

ECONOMIA A – 10.º ANO

Economia A

CADERNO DE APOIO AO PROFESSOR

MARIA JOÃO PAIS • MARIA DA LUZ OLIVEIRA • MARIA MANUELA GÓIS • BELMIRO GIL CABRITO

- Planificações
- Testes por unidade com soluções
- Testes globais por período com soluções
- Soluções do manual



Texto

Introdução	2
-------------------	---

1. Programa de Economia A (excerto adaptado do Programa oficial homologado)

1.1 Finalidades e objetivos da disciplina	3
1.2 Esquema conceptual dos conteúdos	5
1.3 Sugestões metodológicas gerais	6
1.4 Avaliação	7

2. Recursos didáticos disponibilizados por unidade letiva

Módulo Inicial	8
Unidade 1	9
Unidade 2	10
Unidade 3	11
Unidade 4	12
Unidade 5	13
Unidade 6	14
Unidade 7	15

3. Economia e sociedade – propostas de temas para investigação

3.1 Introdução	16
3.2 Competências	16
3.3 Sugestões de temas	17
3.4 Guião para investigação	18
3.5 O relatório – sugestão de uma estrutura	29

4. Atividades

4.1 Proposta de exploração do filme «Tempos Modernos» (Charlie Chaplin)	20
4.2 Visita de estudo a uma empresa	21
4.3 Webquestions	22

4.3.1 Introdução	22
------------------	----

4.3.2 A água como recurso escasso	23
-----------------------------------	----

4.3.3 Desemprego em Portugal	26
------------------------------	----

4.4 A União Europeia a 28	30
---------------------------	----

5. (Re)pensar a Economia

5.1 Alguns marcos da construção do pensamento económico	31
5.2 A Economia da Felicidade	32

6. Testes das unidades letivas

• Teste de avaliação 1 – A atividade económica e a ciência económica	34
• Teste de avaliação 2 – Necessidades e consumo	37
• Teste de avaliação 3 – A produção de bens e serviços	40
• Teste de avaliação 4 – Comércio e moeda	44
• Teste de avaliação 5 – Preços e mercados	48
• Teste de avaliação 6 – Rendimentos e repartição dos rendimentos	51
• Teste de avaliação 7 – Poupança e investimento	54

7. Testes globais de final de período

• Teste global 1	58
• Teste global 2	63
• Teste global 3	68

Soluções

Testes das unidades letivas	72
Testes globais de final de período	77
Manual (questões, Avaliação e Economia Aplicada)	80

INTRODUÇÃO

Colegas,

Assumimos, de novo, a tarefa de elaborar um conjunto de instrumentos de ensino-aprendizagem para os alunos de Economia A: o Manual do Aluno, o livro Preparação para os Testes e um vasto leque de atividades didáticas.

Para o docente, elaborámos o Manual do Professor e o Caderno de Apoio ao Professor, para além de outros elementos didáticos específicos incluídos em 20 Aula Digital.

O Caderno de Apoio ao Professor que vos apresentamos contém algumas inovações: um mapa de recursos que permite uma melhor planificação ou gestão dos diferentes recursos que disponibilizamos para todas as unidades do programa oficial, incluindo o Módulo Inicial; um teste de avaliação por unidade letiva e um teste global para cada final de período, ambos com as respetivas cotações e resoluções; bem como todas as soluções das questões do manual. Outras atividades são também sugeridas: uma proposta de visita de estudo, uma proposta de exploração de um filme, a utilização de recursos didáticos tais como as *webquestions*, por exemplo, completam este instrumento de apoio à gestão curricular da disciplina de Economia A.

Reconhecendo que o recurso a materiais inovadores é sempre um elemento de motivação e utilidade, iniciámos um percurso multimédia, a que o professor poderá aceder, em sala de aula (20 Aula Digital), com um conjunto alargado de atividades para ilustração de conteúdos programáticos e para síntese ou avaliação dos conteúdos lecionados.

Considerando a investigação/pesquisa uma das grandes finalidades do ensino prevista no programa homologado e nos objetivos do sistema educativo vigente, propomos, igualmente, alguns trabalhos nesse sentido, designados por Economia e Sociedade.

Desejamos, assim, poder ter correspondido às expectativas dos colegas e ter contribuído para a nobre tarefa de ensinar.

Os Autores

1 Programa de Economia A (excerto adaptado do Programa oficial homologado)

1.1 Finalidades e objetivos da disciplina

A iniciação ao estudo da Economia é hoje, no princípio do século XXI, indispensável à formação geral do cidadão português e da União Europeia, qualquer que seja o percurso académico que este venha a seguir.

De facto, a iniciação ao estudo da Economia permite:

- a aquisição de instrumentos fundamentais para o entendimento da dimensão económica da realidade social;
- a decodificação e a sistematização da terminologia económica, hoje de uso corrente, sobretudo nos meios de comunicação social;
- o desenvolvimento da capacidade de intervenção construtiva num mundo em mudança acelerada e cada vez mais global, mas onde as decisões a tomar são, quase sempre, nacionais e, muitas vezes, de natureza ou com implicações económicas.

Assim, **são finalidades da disciplina de Economia A**, no conjunto dos dois anos da sua lecionação:

- Perspetivar a Economia no conjunto das ciências sociais.
- Fornecer conceitos básicos da ciência económica.
- Promover a compreensão dos factos de natureza económica, integrando-os no seu contexto social mais amplo.
- Fomentar a articulação de conhecimentos sobre a realidade social.
- Contribuir para a compreensão de grandes problemas do mundo atual, a diferentes níveis de análise.
- Promover o rigor científico e o desenvolvimento do raciocínio, do espírito crítico e da capacidade de intervenção, nomeadamente na resolução de problemas.
- Contribuir para melhorar o domínio escrito e oral da língua portuguesa.
- Desenvolver técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente no domínio da pesquisa, do tratamento e da apresentação da informação.
- Promover a utilização das novas tecnologias da informação.
- Desenvolver a capacidade de trabalho individual e em grupo.
- Fomentar a interiorização de valores de tolerância, respeito pelas diferenças, democracia e justiça social, solidariedade e cooperação.
- Fomentar atitudes de não discriminação, favoráveis à promoção da igualdade de oportunidades para todos.
- Contribuir para a formação do cidadão, educando para a cidadania, para a mudança e para o desenvolvimento, no respeito pelos Direitos Humanos.

Do exposto, resultam os seguintes objetivos para os alunos da disciplina de Economia A:

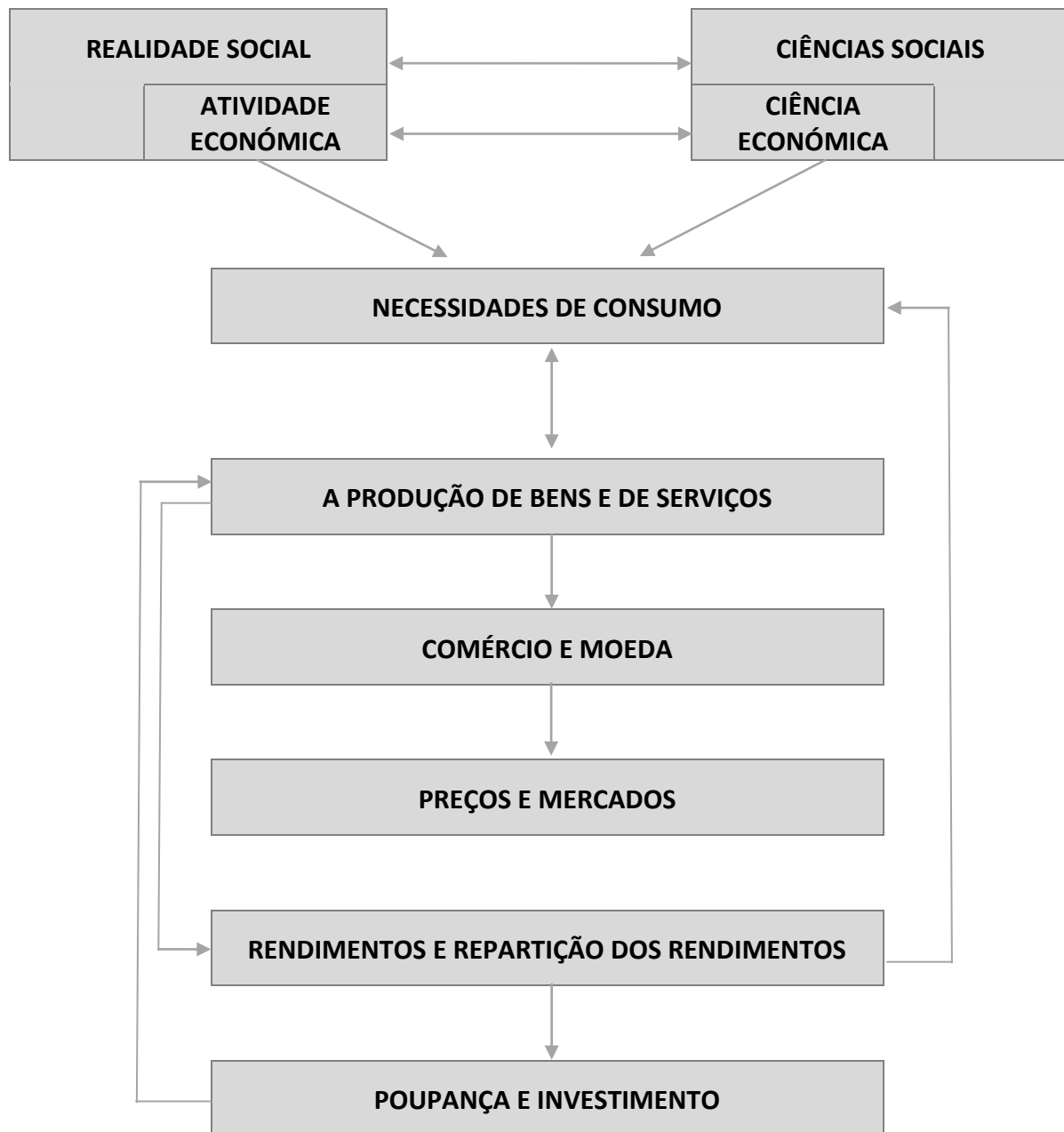
I – No domínio dos conhecimentos:

- Compreender a perspetiva da ciência económica na análise dos fenómenos sociais.
- Integrar os fenómenos económicos no contexto dos fenómenos sociais.
- Compreender conceitos económicos fundamentais.
- Utilizar corretamente a terminologia económica.
- Compreender normas básicas da contabilização da atividade económica das sociedades.
- Compreender aspetos relevantes da organização económica das sociedades.
- Conhecer aspetos relevantes das economias portuguesa e da União Europeia.

II – No domínio das competências e das atitudes:

- Desenvolver hábitos e métodos de estudo.
- Desenvolver competências no domínio do «aprender a aprender».
- Desenvolver o gosto pela pesquisa.
- Desenvolver capacidades de compreensão e de expressão oral e escrita.
- Pesquisar informação em diferentes fontes, nomeadamente com a utilização das novas tecnologias da informação.
- Analisar documentos de diversos tipos – textos de autor, notícias da imprensa, dados estatísticos, documentos audiovisuais.
- Interpretar quadros e gráficos.
- Elaborar sínteses de conteúdo de documentação analisada.
- Utilizar técnicas de representação da realidade como esquemas-síntese, quadros de dados e gráficos.
- Fazer comunicações orais com apoio de suportes diversificados de apresentação de informação.
- Estruturar respostas escritas com correção formal e de conteúdo.
- Elaborar projetos de trabalho, realizá-los e avaliá-los.
- Desenvolver o espírito crítico.
- Desenvolver a capacidade de discutir ideias, de as fundamentar corretamente e de atender às ideias dos outros.
- Desenvolver o espírito de tolerância, de respeito pela diferença e de cooperação.
- Desenvolver o espírito criativo e de abertura à inovação.
- Desenvolver a capacidade de intervir de forma construtiva.

1.2 Esquema conceptual dos conteúdos



1.3 Sugestões metodológicas gerais

De acordo com as finalidades e os objetivos apresentados, torna-se evidente a necessidade de um processo de ensino-aprendizagem centrado no aluno; um processo ativo que promova a aquisição rigorosa de conhecimentos, incentive o desenvolvimento de competências e de atitudes socialmente úteis e que fomente a autonomia.

De facto:

«Há maiores possibilidades de aprendizagem nas salas de aula onde existe:

1. Aprendizagem ativa, ou seja, abordagens que encorajam os participantes a implicar-se em oportunidades de aprendizagem.
2. Negociação de objetivos, ou seja, abordagens em que as atividades têm em conta as motivações e interesses de cada participante.
3. Demonstração, prática e reflexão sobre a prática, ou seja, abordagens em que se propõem modelos práticos, se promove a sua utilização e se dão oportunidades de refletir sobre eles.
4. Avaliação contínua, ou seja, abordagens que promovem a investigação e a reflexão como meios de revisão da aprendizagem.
5. Apoio, ou seja, abordagens que ajudam os indivíduos a correr riscos.»

(UNESCO, 1996)

Em termos metodológicos, recorda-se a importância da utilização de estratégias diversificadas, na medida do possível adequadas à diversidade das necessidades e das especificidades dos alunos, sempre com recurso a metodologias ativas.

Ressalta ainda das finalidades e dos objetivos definidos a importância a dar ao desenvolvimento de técnicas de pesquisa, de tratamento e de apresentação da informação, com recurso indispensável às designadas novas tecnologias da informação. Este trabalho deverá desenvolver-se quer individualmente quer em trabalho de grupo e, quando for considerado oportuno, poderá assumir a forma de trabalho de projeto.

1.4 Avaliação

A avaliação deverá ser uma prática pedagógica sistematizada e contínua, integrada no processo de ensino-aprendizagem, e que deverá incidir não só sobre os produtos mas igualmente sobre os processos, com intenção profundamente formativa. De facto, o professor deverá ter em conta os diversos fatores condicionantes das aprendizagens dos alunos, nomeadamente a sua diversidade sociocultural e a sua diversidade de estilos pessoais de aprendizagem, integrando-os nas suas preocupações e permitindo uma seleção mais adequada de estratégias de ensino-aprendizagem e de estratégias de superação de dificuldades detetadas. Do referido decorre, igualmente, a necessidade de recorrer a estratégias, técnicas e instrumentos diversificados de avaliação.

Por outro lado, a avaliação deverá ser sempre uma prática contextualizada, decorrendo das atividades praticadas pelos alunos na sala de aula e, quando necessário, fora dela.

Assim, devem ser considerados os seguintes **objetos de avaliação**:

- As atitudes e os comportamentos na aula, nomeadamente a assiduidade, a pontualidade e a participação nos trabalhos do dia a dia (nível de empenhamento e qualidade dessa participação).
- Os conhecimentos e as competências.
- A progressão no nível de consecução dos objetivos.

Considera-se, ainda, fundamental que a avaliação formativa promova o desenvolvimento de hábitos e de métodos de estudo, bem como o desenvolvimento de técnicas de trabalho intelectual, nomeadamente no domínio da pesquisa, seleção, tratamento e apresentação da informação, procurada em fontes diversificadas, nomeadamente com recurso às novas tecnologias da informação e da comunicação.

Por outro lado, os **instrumentos de avaliação** deverão ser diversificados e adequados aos objetos da avaliação. Entre outros, a selecionar em função das circunstâncias concretas, sugerem-se:

- Grelhas de registo de atitudes e de comportamento.
- Grelhas de observação do trabalho individual e em grupo dos alunos.
- Entrevistas e questionários.
- Relatório de atividades, nomeadamente de visitas de estudo e de participação em debates.
- Apresentações escritas e orais de trabalhos (fichas de trabalho, trabalhos de investigação, trabalhos de projeto, etc.).
- Testes escritos que contemplem tipos diversificados de questões (questões objetivas de diversos tipos, questões de composição curta e questões de composição longa).
- Testes orais.

MÓDULO INICIAL

2 Recursos didáticos disponibilizados por unidade letiva

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
1. A importância do estudo da Economia 2. Alguns conceitos a relembra 3. Técnicas essenciais 3.1 Interpretação de textos 3.2 Elaboração de esquemas 3.3 Análise de quadros 3.4 Construção de gráficos 3.5 Redação de sínteses de conclusões	• Compreender a importância do estudo da Economia • Compreender conceitos • Interpretar textos e esquemas • Aplicar diferentes instrumentos na representação de dados económicos e sociais • Analisar gráficos e quadros • Produzir sínteses • Reconhecer a dimensão social na análise económica	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 10 a 22) – Questões n.º 1 a 10 – Avaliação (págs. 23 a 25) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – Teste interativo para o professor • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções da Avaliação do manual	• 9 tempos letivos (13,5 h)

MÓDULO I – INTRODUÇÃO

Unidade 1 – A atividade económica e a ciência económica

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
1.1 Realidade social e as ciências sociais 1.2 Fenómenos sociais e fenómenos económicos 1.3 A Economia como ciência e o seu objeto de estudo 1.4 A atividade económica e os agentes económicos	• Compreender a importância da dimensão económica na realidade social • Perspetivar a Economia como uma ciência social • Justificar a interligação da Economia com as outras ciências sociais • Compreender os fenómenos económicos como fenómenos sociais • Compreender o objeto da ciência económica • Conhecer o papel dos agentes económicos na atividade económica	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 28 a 37) – Questões n.º 1 a 12 – Sintetizando (págs. 30, 31, 34, 37) – Esquematizando (pág. 38) – Resumindo (pág. 39) – Avaliação (págs. 40 a 43) – Economia Aplicada (págs. 44 e 45) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 8 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «Escola: realidade social» – <i>PowerPoint</i> – «Economia: ciência social» – <i>PowerPoint</i> – «A atividade económica e os agentes económicos» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 2 a 4) – Ficha formativa 1 (págs. 5 e 6) – Teste de avaliação 1 (págs. 7 a 9) – Soluções da ficha formativa 1 e do teste de avaliação 1 (págs. 75 e 76) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia Aplicada do manual – Teste da unidade 1 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 5 tempos letivos (7,5 h)

MÓDULO II – ASPETOS FUNDAMENTAIS DA ATIVIDADE ECONÓMICA

Unidade 2 – Necessidades e consumo

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
2.1 Necessidades – noção e classificação 2.2 Consumo – noção e tipos de consumo 2.3 Padrões de consumo – diferenças e fatores explicativos 2.4 Evolução da estrutura de consumo em Portugal e na União Europeia 2.5 A sociedade de consumo 2.6 O consumerismo e a responsabilidade social dos consumidores 2.7 A defesa dos consumidores em Portugal e na União Europeia	• Reconhecer a existência de múltiplas necessidades decorrentes da vida humana • Compreender o consumo como satisfação de necessidades • Analisar algumas situações dentro da diversidade de padrões de consumo • Compreender a ação condicionante/determinante de fatores económicos e extra-económicos sobre o consumo • Reconhecer na sociedade de consumo a origem do consumerismo • Perspetivar o consumerismo como uma prática social responsável pela defesa dos direitos dos consumidores • Reconhecer a necessidade de organizações que defendam o cidadão na atual sociedade de consumo • Analisar algumas situações de consumo em Portugal e na UE	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 48 a 83) – Questões 1 a 64 – Sintetizando (págs. 52, 58, 69, 73, 78, 80, 83) – Esquematizando (pág. 84) – Resumindo (pág. 85) – Avaliação (págs. 86 a 89) – Economia Aplicada (págs. 90 e 91) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 14 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «A moda – fenómeno social, a complexidade e a interdisciplinaridade» – <i>PowerPoint</i> – «O consumo: fenómeno social total» – <i>PowerPoint</i> – «Fatores que influenciam o consumo» – <i>PowerPoint</i> – «Estrutura do consumo» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 10 a 14) – Ficha formativa 1 (págs. 15 e 16) – Teste de avaliação 2 (págs. 17 a 19) – Soluções da ficha formativa 2 e do teste de avaliação 2 (págs. 76 a 79) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia aplicada do manual – Teste da unidade 2 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 16 tempos letivos (24 h)

Unidade 3 – A produção de bens e serviços

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
3.1 Bens – noção e classificação 3.2 Produção e processo produtivo. Setores de atividade económica 3.3 Fatores de produção – noção e classificação 3.4 A combinação dos fatores de produção	• Compreender o conceito de bem económico • Aplicar a classificação dos bens • Relacionar produção com satisfação de necessidades • Relacionar a estrutura sectorial do produto com o nível de desenvolvimento dos países • Aplicar as fórmulas relativas à taxa de atividade e desemprego • Interpretar valores • Analisar, em termos de custo-benefício, situações de trabalho decorrentes do desenvolvimento tecnológico • Avaliar o papel da educação/formação na valorização dos recursos humanos • Analisar diferentes combinações dos fatores produtivos numa perspetiva de curto e longo prazo • Aplicar os conceitos de produtividade dos fatores produtivos na resolução de problemas • Compreender os conceitos de economia e deseconomias de escala	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 94 a 129) – Questões 1 a 46 – Sintetizando (págs. 97, 102, 120, 129) – Esquematisando (pág. 130) – Resumindo (pág. 131) – Avaliação (págs. 132 a 135) – Economia Aplicada (págs. 136 e 137) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 8 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «Fatores produtivos» – <i>PowerPoint</i>– «Produção e setores de atividade económica» – <i>PowerPoint</i> – «Terciária das economias» – <i>PowerPoint</i> – «Produtividade» – <i>PowerPoint</i> – «A combinação dos fatores produtivos» - Jogos • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 20 a 25) – Ficha formativa 3 (págs. 26 a 28) – Teste de avaliação 3 (págs. 29 a 31) – Soluções da ficha formativa 3 e do teste de avaliação 3 (págs. 79 e 80) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia Aplicada do manual – Teste da unidade 3 e soluções – Teste global 1 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 17 tempos letivos (25,5 h)

Unidade 4 – Comércio e moeda

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
4.1 Comércio – noção e tipos 4.2 A evolução da moeda – formas e funções 4.3 A nova moeda portuguesa – o euro 4.4 O preço de um bem – noção e componentes 4.5 A inflação – noção e medida 4.6 A inflação em Portugal e na União Europeia	• Compreender aspetos importantes da distribuição • Compreender a função da distribuição na atividade económica • Compreender a função da moeda numa economia de troca • Analisar o fenómeno inflacionista	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 140 a 167) – Questões 1 a 21 – Sintetizando (págs. 150, 157, 159, 160, 166, 167) – Esquematisando (pág. 168) – Resumindo (pág. 169) – Avaliação (págs. 170 a 173) – Economia Aplicada (págs. 174 e 175) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 10 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «A inflação – noção, causas e consequências» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 32 a 39) – Ficha formativa 4 (págs. 40 a 42) – Teste de avaliação 4 (págs. 43 a 45) – Soluções da ficha formativa 4 e do teste de avaliação 4 (págs. 80 a 82) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia Aplicada do manual – Teste da unidade 4 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 14 tempos letivos (21 h)

Unidade 5 – Preços e mercados

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
5.1 Noção e exemplos de mercado 5.2 O mecanismo de mercado 5.3 Estrutura dos mercados	• Compreender o conceito de mercado • Compreender o mecanismo de mercado • Conhecer as determinantes da oferta e da procura • Relacionar a oferta e a procura com a variação dos preços • Representar graficamente as curvas da oferta e da procura • Relacionar as deslocações das curvas da procura e da oferta com variações das suas determinantes • Determinar o ponto de equilíbrio do mercado • Caracterizar diferentes tipos de mercados – mercado de concorrência perfeita e mercados de concorrência imperfeita	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 178 a 199) – Questões 1 a 30 – Sintetizando (págs. 179, 188, 199) – Esquematizando (pág. 200) – Resumindo (pág. 201) – Avaliação (págs. 202 a 205) – Economia Aplicada (págs. 206 e 207) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 6 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «Oferta» – <i>PowerPoint</i> – «Procura» – <i>PowerPoint</i> – «Equilíbrio de mercado» – <i>PowerPoint</i> – «Tipos de mercado» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 46 a 48) – Ficha formativa 5 (págs. 49 e 50) – Teste de avaliação 5 (págs. 51 a 53) – Soluções da ficha formativa 5 e do teste de avaliação 5 (págs. 82 a 85) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia aplicada do manual – Teste da unidade 5 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 12 tempos letivos (18 h)

Unidade 6 – Rendimentos e repartição dos rendimentos

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
6.1 A atividade produtiva e a formação dos rendimentos 6.2 A repartição funcional dos rendimentos 6.3 A repartição pessoal dos rendimentos 6.4 A redistribuição dos rendimentos 6.5 As desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia	• Relacionar a atividade produtiva com o processo de formação dos rendimentos • Compreender o processo de repartição funcional dos rendimentos • Analisar, de um ponto de vista económico e social, o processo de repartição pessoal dos rendimentos • Relacionar salário nominal, taxa de inflação e salário real • Relacionar leque salarial com desigualdades na repartição dos rendimentos do trabalho • Compreender o conceito de Rendimento <i>per capita</i> • Interpretar curvas de Lorenz • Compreender os mecanismos de redistribuição dos rendimentos • Analisar desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 210 a 235) – Questões 1 a 49 – Sintetizando (págs. 210, 214, 221, 229, 235) – Esquematizando (pág. 236) – Resumindo (pág. 237) – Avaliação (págs. 238 a 241) – Economia Aplicada (págs. 242 e 243) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 10 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «A repartição dos rendimentos» – <i>PowerPoint</i> – «A redistribuição dos rendimentos» – <i>PowerPoint</i> – «As desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 54 a 58) – Ficha formativa 6 (pág. 59) – Teste de avaliação 6 (págs. 60 a 63) – Soluções da ficha formativa 6 e do teste de avaliação 6 (págs. 85 e 86) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia Aplicada do manual – Teste da unidade 6 e soluções – Teste global 2 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 12 tempos letivos (18 h)

Unidade 7 – Poupança e investimento

Conteúdos	Objetivos	Recursos didáticos disponibilizados	Calendarização
7.1 A utilização dos rendimentos – consumo e poupança 7.2 Os destinos da poupança. A importância do investimento 7.3 O financiamento da atividade económica – autofinanciamento e financiamento externo 7.4 O investimento em Portugal e o investimento português no estrangeiro	• Compreender a importância do financiamento à economia • Compreender a relação entre poupança, investimento e crescimento da economia • Compreender a importância do crédito para o financiamento da atividade económica • Conhecer o papel das instituições financeiras no financiamento da atividade económica	• Manual – Texto expositivo/explicativo (págs. 246 a 273) – Questões 1 a 18 – Sintetizando (pág. 246, 252, 271, 273) – Esquematizando (pág. 274) – Resumindo (pág. 275) – Avaliação (págs. 276 a 279) – Economia Aplicada (págs. 280 e 281) – Glossário (págs. 282 a 291) – Índice remissivo (págs. 292 a 294) • 20 Aula Digital – 8 testes para os alunos – 1 teste para o professor – <i>PowerPoint</i> – «O investimento – tipos, funções e importância para a economia dos países» – <i>PowerPoint</i> – «Os títulos mobiliários e a aplicação da poupança» • Livro Preparação para os Testes – Resumo (págs. 64 a 68) – Ficha formativa 7 (págs. 69 a 71) – Teste de avaliação 7 (págs. 72 a 74) – Soluções da ficha formativa 7 e do teste de avaliação 7 (págs. 86 a 88) • Caderno de Apoio ao Professor – Planificação de recursos – Soluções das questões, da Avaliação e da Economia Aplicada do manual – Teste da unidade 7 e soluções – Teste global 3 e soluções – Propostas de trabalho de investigação subordinadas ao tema «Economia e Sociedade» – Outras atividades	• 14 tempos letivos (21 h)

3 ECONOMIA E SOCIEDADE – Propostas de temas para investigação

3.1 Introdução

São considerados objetivos do sistema educativo para os alunos do ensino secundário, conforme se pode ler nos documentos oficiais, nomeadamente na Lei n.º 49/2005, artigo 9.º, o proporcionar aos alunos um ensino baseado no raciocínio e reflexão, na curiosidade científica, na observação e experimentação na crítica fundamentada, para que a formação dos jovens não seja sustentada, apenas, em termos de literacia científica, mas também na capacidade de dar resposta aos problemas da comunidade.

Nesse sentido, parece-nos fundamental que o aluno, para além da compreensão indispensável dos conteúdos programáticos, possa ser confrontado com a realidade social global de que faz parte, que o condiciona, se interroge e procure, de forma orientada e articulada com outras dimensões sociais, o conhecimento.

Nesse percurso para o saber, o aluno deverá ser sensibilizado para a dimensão ética que a problemática económica implica, sobretudo quando as questões de escolha se impõem.

É esse questionamento e reflexão que poderão transportar o aluno para outra realidade menos técnica e mais humana, afinal, o objetivo de uma formação para a cidadania.

As áreas suscetíveis de abordagem são muitas, tudo dependendo do interesse do aluno por algum tema de investigação, em particular. Sugerimos, contudo, que nos temas que os alunos possam selecionar, se procure a comparação e avaliação de situações, recorrendo a dados estatísticos atualizados, permitindo, assim, obter uma quadro evolutivo caracterizador de realidades sociais.

A metodologia a seguir dependerá do tema-problema e das possibilidades do investigador. Sugere-se, contudo, a metodologia do trabalho de projeto por respeitar a curiosidade, a motivação ou os interesses do investigador e pelas potencialidades formativas que desenvolve. No entanto, qualquer método é de respeitar.

Pelas possibilidades formativas que estes trabalhos de investigação proporcionam, decidimos intitular as atividades propostas de «Economia e Sociedade».

3.2 Competências

Consideramos ser possível desenvolver as seguintes competências:

- Selecionar uma área de estudo, identificando o problema a pesquisar;
- Recolher informação bibliográfica, teórica e estatística relativa ao tema selecionado;
- Selecionar a informação, recolhendo os conteúdos e os indicadores próprios para a investigação do tema-problema, aplicando os conceitos e os conhecimentos teóricos estudados nas unidades letivas anteriores;
- Analisar a informação e estabelecer relações entre as variáveis;
- Retirar conclusões;
- Expor, sob a forma de relatório escrito ou apresentação em PowerPoint, o tema estudado;
- Apresentar e discutir o trabalho na turma.

3.3 Sugestões de temas

TEMAS PROPOSTOS PARA INVESTIGAÇÃO	
Unidades letivas	Temas e sugestões de exploração
Unidade 1	• A Escola e as desigualdades sociais como objeto de estudo das diversas ciências sociais (a Escola na I República, no Estado Novo e após a Revolução de 25 de Abril de 1974; a Escola e a reprodução das desigualdades; a Escola como motor de ascensão social; a Escola e o desemprego juvenil; a igualdade de oportunidades; os custos da Escola, por exemplo). • As Famílias: realidade social complexa estudada pelas ciências sociais (diferentes tipos de famílias; os custos dos casamentos e das separações; desigualdades de género nas famílias; famílias monoparentais; famílias recompostas; famílias solidárias, por exemplo). • A ciência económica e a Ética (respostas da Economia às situações de: desemprego; pobreza; exclusão social; desperdícios; racionalidade económica; desequilíbrios ambientais; desigualdades sociais; por exemplo). • A Ética e a racionalidade económica – uma conciliação impossível? • As atividades económicas e os agentes económicos na região onde os alunos vivem.
Unidade 2	• A sociedade de consumo e o endividamento (o papel do consumo nas sociedades industrializadas; o crédito como fator de propensão ao consumo e sua relação com o rendimento disponível – o problema das escolhas; o endividamento como consequência de opções consumistas; a racionalidade económica como limite ao consumo, por exemplo). • O consumo ético (consumo e satisfação de necessidades – que necessidades?; consumo de bens e serviços produzidos com respeito por valores como o ambiente e os direitos humanos, por exemplo). • Traços da sociedade de consumo atual – (comparações temporais e sua avaliação).
Unidade 3	• Desemprego – fenómeno social total (implicações pessoais, económicas, sociais e globais do fenómeno). • Economia do conhecimento e importância da qualificação de recursos humanos (a posição de Portugal na divisão internacional do trabalho; a necessidade de qualificação dos recursos humanos para subir na cadeia de valor dos produtos exportáveis; a análise do caso português: a importância crescente das empresas inovadoras; a evolução do I&D, setores institucionais que mais promovem o I&D, setores de atividade mais utilizadores de I&D, etc.). • Desemprego de longo prazo (caracterização do desemprego de longa duração por setores/ramos de atividade económica, nível de escolaridade, género, idade, formação contínua, etc.).

Unidade 4	• Peso dos produtos nacionais nas lojas (vestuário, calçado, bens alimentares, eletrodomésticos) – realização de uma amostra através da ida às lojas. Elaborar uma tabela de resultados e tirar conclusões. • A crise económica e o comércio local – levantamento de lojas fechadas na área da escola; inquérito aos comerciantes locais.
Unidade 5	• Ecomercados (as preocupações ambientais; quem procura produtos e serviços «verdes»; características e importância dos mercados «verdes» nas economias desenvolvidas, etc.). • Falhas de mercado (consequências económicas, sociais e ambientais; a intervenção do Estado como regulador, por exemplo). • Estudo de caso sobre exemplos de concentração empresarial.
Unidade 6	• A repartição primária dos rendimentos. • As desigualdades sociais face ao desemprego (jovens; pessoas com mais de 40 anos; diferentes níveis educacionais e de formação; género; região; tendências do mercado de trabalho para a juventude e subsídio de desemprego, por exemplo). • A redistribuição dos rendimentos e a justiça social.
Unidade 7	• O crédito e o endividamento excessivo das famílias. As famílias podem declarar insolvência? Relações entre o rendimento e as obrigações decorrentes do crédito. • A poupança nos jovens – produtos financeiros disponíveis. Pesquisa da oferta existente no mercado e comparações dos produtos.
Casos de sucesso da economia portuguesa	O aluno poderá recolher informação sobre casos de sucesso de empresas ou nichos de mercado em expansão, identificando o seu percurso.

3.4 Guião para investigação

Apresenta-se, em seguida, um método de abordagem para um tema de pesquisa.

I – Identificação do tema / problema / objeto de estudo

- Formulação da pergunta de partida:
«O que vai ser estudado? O que vai ser pesquisado?»

II – Procura de informação para exploração do problema

- Onde procurar os elementos necessários ao estudo?
- Estatísticas do Banco de Portugal, do INE, do Ministério da Economia e Investigação, Ministério do Trabalho, da OCDE, do FMI e do Eurostat.

- Notícias específicas sobre o tema retiradas de jornais económicos e de revistas da especialidade.
- Inquéritos.
- Entrevistas a alguns empresários, ou seus representantes, e representantes dos trabalhadores.
- Recolha bibliográfica.
- Estudos.

III – Seleção e análise da informação recolhida

Deverá ser feita uma seleção que permita estabelecer a relação entre as variáveis que foram consideradas corretas para o estudo em causa, isto é, deverá ser selecionada a informação que permita testar o quadro teórico estabelecido. Nesta fase da pesquisa será testada a relação que se definiu entre as variáveis.

IV – Conclusões

A apresentação das conclusões deverá incluir pistas para solucionar o problema ou aprofundar o estudo iniciado.

3.5 O relatório – sugestão de uma estrutura

Todo o relatório deverá seguir uma estrutura sequencial, articulada e coerente.

Capa	• Identificação da escola. • Identificação da disciplina e da unidade didática. • Identificação do trabalho realizado. • Identificação do autor do relatório. • Identificação da data da realização do relatório.
Índice	• Identificação das partes e dos capítulos em que o relatório se encontra organizado, bem como do número da página em que cada capítulo se inicia.
Introdução	• Identificação do trabalho desenvolvido. • Definição dos objetivos do trabalho. • Apresentação da estrutura do relatório.
Corpo do relatório	• Introdução – razões que levaram a escolher o tema, por exemplo. • Desenvolvimento dos subtemas – é a parte principal do relatório onde se pode seguir as diferentes etapas da pesquisa. • Conclusão – resultados do trabalho. Pode incluir soluções para o problema estudado ou apresentar novas pistas para aprofundamento do tema.
Bibliografia e outros documentos	• Listagem de livros, revistas, textos avulsos, quadros estatísticos, esquemas, gráficos e endereços da internet que foram utilizados.
Anexos	• Inquéritos realizados, entrevistas feitas e todos os documentos que foram produzidos durante a investigação de onde se retiraram as conclusões apresentadas no relatório.

4.1 Proposta de exploração do filme «Tempos Modernos» (Charlie Chaplin)

Deve incluir os primeiros 20 minutos do filme

«Tempos Modernos», realizado em 1936, é um magnífico exemplo de um filme de intervenção que, recorrendo ao humor e à ironia/caricatura, ilustra bem a desumanização do trabalho nas grandes fábricas do início do século XX.

O filme, realizado com mestria, propõe-nos uma visita a uma das «catedrais» da produção da época – a fábrica moderna, organizada, produtiva, onde cada segundo representa dinheiro. Segundo o modelo capitalista, a fábrica deverá recorrer a todas as estratégias para que a produção não seja interrompida, independentemente das consequências para o trabalhador. E é, exatamente, esta a ideia estruturante do filme – a lógica do lucro contra a dignidade humana.

A proposta de exploração do filme que apresentamos é uma sugestão que se poderá utilizar como motivação no início da aula.

I – Breve síntese da vida e obra do realizador e ator

Charlie Chaplin, mais tarde agraciado com o título de *Sir*, nasceu em Inglaterra em 1889 e morreu em 1977, na Suíça. Era filho de pais ligados ao *music-hall*, privando, desde sempre, com o meio artístico. Nos primeiros anos da década de 1910, foi para os EUA onde construiu a sua carreira no cinema. Dotado de um grande sentido de justiça, foi um crítico feroz das situações de desumanização do trabalho nas grandes unidades produtivas, bem como dos sistemas políticos totalitários. Os filmes «Tempos Modernos» (1936) e «O Grande Ditador» (1940) são disso exemplo. Charlie Chaplin acabou por ter de sair dos EUA, em 1952, no período macarthista, por motivos políticos.

II – Visionamento do filme (primeiros 20 minutos)

III – Debate orientado pelos seguintes pontos:

- Relação do tema do filme com a época da sua realização (período após a grande depressão dos anos 30);
- Significado do relógio (no início do filme) relacionando-o com o princípio «Time is Money»;
- Analogia entre a multidão a sair do metropolitano e o rebanho;
- Presença da organização científica do trabalho e sua relação com o tipo de produção (referir alguns conceitos base – a produção em série, a cadeia de produção, a parcelização da produção/divisão técnica do trabalho, os movimentos repetidos, os tempos mortos eliminados, a função da máquina alimentadora e o aumento do ritmo de trabalho como meios de aumentar a produtividade,);
- As consequências da desumanização do trabalho e sua relação com os movimentos crescentes de contestação (Elton Mayo e o papel das relações humanas no trabalho);
- Significado do título do filme «Tempos Modernos – Uma cruzada da Humanidade pela felicidade».

4.2 Visita de estudo a uma empresa

Sugere-se uma visita de estudo a uma empresa da região da Escola, como forma de ligação dos conhecimentos aprendidos à realidade económica e social.

Depois de escolhida a empresa, os alunos deverão fazer uma pesquisa relativa à história da empresa, elaborar o guião da visita, participar na organização da visita e elaborar a ficha de observação sobre o funcionamento e atividade da mesma.

Posteriormente os alunos deverão elaborar um relatório da atividade.

I – Planificação da visita

Etapas a percorrer	
1. ^a etapa	Seleção da empresa
2. ^a etapa	Definição dos objetivos da visita
3. ^a etapa	Pesquisa da história da Empresa
4. ^a etapa	Elaboração do guião da visita
5. ^a etapa	Organização da visita – trajeto, orçamento, transporte, refeições, material necessário, visita complementar (museu, património, etc.), dia, horas, etc.
6. ^a etapa	Elaboração da ficha de observação
7. ^a etapa	Dar cumprimento aos normativos internos da Escola, relativos a visitas de estudo
8. ^a etapa	Dia da visita
9. ^a etapa	Elaboração do relatório

II – Sugestões para a ficha de observação

Questões a observar e a inquirir
Ano de constituição da empresa
Tipo de sociedade comercial
Setor de atividade em que a empresa se insere
Produtos da empresa
N.º de trabalhadores
Horários de trabalho e de funcionamento da empresa
Equipamentos utilizados
Matérias-primas utilizadas
Nível tecnológico
Mercados preferenciais
Concorrentes
Normas de higiene e segurança
Componente social a nível interno e local
Componente ambiental
Certificação de qualidade

III – Sugestões de itens a incluir no relatório

- Objetivos da visita
- Organização da visita
- Guião da visita
- Ficha de observação
- Aspetos observados
- Interesse da visita
- Contributo para a consolidação dos conhecimentos
- Apreciação global
- Sugestões de melhoria para uma próxima visita de estudo
- Grau de consecução*
- Aspetos conseguidos / não conseguidos
- Completo / incompleto / aspetos que falharam
- Respondeu / não respondeu às questões a observar
- Descrição de acordo com a ficha de observação
- Relevante / pouco relevante
- Elevado / médio / baixo
- Síntese qualitativa
- Explicitação

4.3 Webquestions

4.3.1 Introdução

Uma *webquest* é um recurso didático que se poderá utilizar com diversas finalidades:

- descoberta de conhecimento;
- consolidação e aprofundamento de conteúdos programáticos já lecionados;
- síntese de matérias lecionadas.

Independentemente da finalidade escolhida, a utilização da *web*, como fonte de informação, constitui um recurso didático transversal às aprendizagens.

Considerando como competência estruturante o aluno ser capaz de selecionar a informação indicada, reconhecendo o essencial e identificando os elementos necessários para a produção do seu conhecimento, a procura na internet constitui uma atividade de pesquisa por excelência. Assim sendo, os recursos fornecidos para a realização do trabalho são abrangentes, sendo até alguns deles dispensáveis, obrigando o aluno ao exercício da sua seleção.

Menu:

- I. Introdução
- II. Processo
- III. Tarefas
- IV. Recursos e tarefas
- V. Avaliação
- VI. Conclusão

* 4 – Plenamente alcançados

3 – Alcançados

2 – Alcançados parcialmente

1 – Não alcançados

4.3.2 Webquestion: A água como recurso escasso

Na proposta de trabalho que apresentamos, o aluno deverá reconhecer a água como um recurso escasso, ter consciência do problema e propor soluções, demonstrando ações de cidadania ativa.

I – Introdução

Na sociedade atual, as questões ambientais são fundamentais, podendo constituir um limite a um crescimento económico «selvagem».

A água é um elemento indispensável à vida do Planeta. O respeito por este bem não tem sido suficiente. A poluição resultante de descargas industriais nos rios, a pesca em quantidades superiores à reprodução das espécies e todo o tipo de lixo que aos rios, mares e oceanos vai desaguar é um problema que urge resolver.

O que se pretende com o trabalho a seguir indicado é a caracterização desse fenómeno e a procura de soluções para ele.

Na *web* poderá ser encontrada informação suficiente para a tarefa a executar.

II – Processo

- Formar grupos de trabalho com 4 ou 5 elementos;
- Cada grupo trabalhará os itens indicados na tabela abaixo;
- Cada grupo definirá o percurso de trabalho e distribuirá tarefas entre os seus elementos;
- O trabalho será apresentado em PowerPoint ou num outro suporte, em sessão aberta à escola, procurando a participação de todos na análise e debate do tema.

III – Tarefas

O que propomos à turma é, exatamente:

1. Identificar situações de má utilização do recurso natural água.
2. Propor soluções a nível da escola e pessoal para minimizar alguns dos problemas identificados.
3. Apresentar as conclusões em PowerPoint
4. Apresentar, em sessão aberta à escola, as conclusões tiradas.

IV – Recursos e tarefas

Grupos	Recursos e tarefas
Grupo 1	Procurar informação no link do Instituto da Água: http://www.inag.pt/inag2004/port/divulga/pdf/CicloAgua.pdf http://www.inag.pt/inag2004/port/divulga/pdf/Poupehojeparateramanha.pdf e fazer uma síntese em PowerPoint sobre o ciclo da água e como poupar um recurso tão escasso.
Grupo 2	Visionar os vídeos «Ouro Azul» (1 a 4): http://www.youtube.com/watch?v=73oH2Jx06ng&feature=player_embedded e fazer uma síntese, em PowerPoint, das principais mensagens.
Grupo 3	Visionar os vídeos «Ouro Azul» (5 a 9): http://www.youtube.com/watch?v=73oH2Jx06ng&feature=player_embedded e fazer uma síntese, em PowerPoint, das principais mensagens.
Grupo 4	- Procurar informação no link do Instituto da Água sobre a Carta Europeia da Água e demonstrar que a água é um recurso global, sendo a sua gestão um problema global. http://www.inag.pt/inag2004/port/divulga/pdf/OCiclododaAgua.pdf - Apresentar as conclusões em PowerPoint.
Grupo 5	- Realizar um pequeno inquérito a 25 colegas no sentido de averiguar os seus conhecimentos sobre formas de poupar água. - Tratar e apresentar os dados do inquérito.
Turma	- Tirar conclusões. - Formular propostas credíveis que possam contribuir para a solução do problema. - Preparar a sessão de apresentação à escola das conclusões tiradas (poderão ser convidados representantes das organizações relacionadas com o tema).

V – Avaliação

A avaliação incidirá sobre dois aspetos do trabalho: produto final e trabalho desenvolvido.

PRODUTO FINAL			
	(10 pontos)	(20 pontos)	(30 pontos)
Parâmetros	Insuficiente	Suficiente	Bom
Comunicação do trabalho à assistência	Apresentação mal estruturada	Apresentação estruturada mas com falhas	Apresentação bem estruturada
Interação com a assistência	Não interage Não responde às questões colocadas	Interage mas não consegue responder às questões colocadas	Interage Dinamiza Responde com correção às questões colocadas
PowerPoint ou outro suporte utilizado	Com pouca criatividade e falhas técnicas ou científicas	Com criatividade mas com falhas técnicas ou científicas	Com criatividade e sem falhas técnicas ou científicas
Linguagem	Pouco clara e rigorosa	Clara e rigorosa	Muito clara e rigorosa
Organização da informação	Informação desorganizada e mal estruturada	Informação organizada e estruturada	Informação muito bem organizada e estruturada

TRABALHO DE GRUPO			
	(10 pontos)	(15 pontos)	(25 pontos)
Desempenho do grupo	Pouco organizado Pouco autónomo	Organizado com integração de todos os elementos Quase autónomo	Muito organizado permitindo uma participação ativa de todos os elementos Autónomo
Desempenho individual no trabalho de grupo	Pouco interveniente	Interveniente e cumpridor das tarefas	Ativamente interveniente, respeitando os outros e procurando soluções para os problemas

Produto final = 150 pontos (30 x 5)

Trabalho de grupo = 50 pontos (25 x 2)

VI – Conclusões

Com a realização desta *webquest*, o aluno poderá desenvolver as seguintes capacidades e competências:

- Procurar e selecionar informação;
- Distinguir o essencial do acessório;
- Analisar gráficos e esquemas;
- Elaborar gráficos e esquemas;
- Realizar inquéritos;
- Tratar qualitativamente e quantitativamente a informação recolhida nos inquéritos;
- Elaborar sínteses de conclusões;
- Utilizar *software* informático;
- Fazer comunicações,
- Trabalhar em grupo e individualmente;
- Interessar-se por questões atuais da sociedade.

No entanto, o interesse maior deste trabalho será:

- Tomar conhecimento de um problema económico e social;
- Identificar estratégias para a solução do problema;
- Envolver a comunidade escolar na discussão do problema.

4.3.3 Webquestion: Desemprego em Portugal

Na proposta de trabalho que apresentamos, o aluno deverá reconhecer o desemprego como um fenómeno social. Através da caracterização do problema, o aluno poderá encontrar algumas das suas causas e propor soluções, demonstrando ações de cidadania ativa.

I – Introdução

As questões de cidadania são sempre atuais. O desemprego, para além de ser um problema económico, é, igualmente, um grave problema social e pessoal. Compreender e analisar esta temática é, assim, indispensável para que iniciativas, mesmo individuais, possam ser tomadas, contornando as graves consequências de um tão grave problema.

O que se pretende com o trabalho a seguir indicado é a caracterização desse fenómeno e a procura de soluções para ele, identificando os grupos mais afetados e as suas causas.

Na *web* poderá ser encontrada informação suficiente para a tarefa a executar.

II – Processo

- Formar grupos de trabalho com 4 ou 5 elementos;
- Cada grupo trabalhará os itens indicados na tabela abaixo;
- Cada grupo definirá o percurso de trabalho e distribuirá tarefas entre os seus elementos;
- O trabalho será apresentado em *PowerPoint* ou num outro suporte, em sessão aberta à escola, procurando a participação de todos na análise e debate do tema.

Grupos	Tarefas
Grupo 1	Recolher a informação contida no site indicado nos recursos
Grupo 2	Recolher a informação contida no <i>site</i> indicado nos recursos
Grupo 3	Recolher a informação contida no <i>site</i> indicado nos recursos
Grupo 4	Recolher a informação contida no <i>site</i> indicado nos recursos
Grupo 5	Elaborar o inquérito, aplicá-lo, tratar os dados e apresentar conclusões
Turma	Tirar conclusões Formular propostas credíveis, ao alcance da escola, que possam contribuir para a resolução do problema Preparar a sessão de apresentação das conclusões tiradas

III – Tarefas

O que propomos à turma é, exatamente:

- Analisar a evolução do nível de escolaridade da população ativa (grupo 1);
- Analisar a evolução do emprego por conta de outrem, por nível de escolaridade (grupo 2);
- Analisar a evolução do desemprego por nível de escolaridade completo (grupo 3);

- Caracterizar a evolução do desemprego de longa duração por nível de escolaridade (grupo 4);
- Conhecer experiências de vida, procurando identificar algumas das práticas sociais dos inquiridos (grupo 5);
- Apresentar as conclusões, em *PowerPoint*, em sessão na aberta escola, com convite a um especialista sobre o tema.

IV – Recursos e tarefas

Grupos	Recursos e tarefas
Grupo 1	• Procurar informação no site do Pordata em: – Estudos Nacionais – Emprego – População ativa – Nível de escolaridade completo • Elaborar um <i>PowerPoint</i> com as conclusões tiradas.
Grupo 2	• Procurar informação no site do Pordata em: – Estudos Nacionais – Emprego – População empregada por conta de outrem – Nível de escolaridade completo • Elaborar um <i>PowerPoint</i> com as conclusões tiradas
Grupo 3	• Procurar informação no site do Pordata em: – Estudos Nacionais – População desempregada – Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo • Elaborar um <i>PowerPoint</i> com as conclusões tiradas
Grupo 4	• Procurar informação no site do Pordata em: – Estudos Nacionais – População desempregada – Duração do desemprego – Nível de escolaridade completo • Elaborar um <i>PowerPoint</i> com as conclusões tiradas
Grupo 5	• Realizar um pequeno inquérito a 20 indivíduos desempregados no sentido de caracterizar a sua situação (causas do seu desemprego, medidas que tem tomado para resolver o problema, sentimentos em relação à sua situação, ...) • Tratar e apresentar os dados do inquérito
Turma	• Tirar conclusões • Preparação da sessão de apresentação à escola das conclusões tiradas (poderão ser convidadas individualidades ligadas ao tema)

V – Avaliação

A avaliação incidirá sobre dois aspetos do trabalho: produto final e trabalho desenvolvido.

PRODUTO FINAL			
	(10 pontos)	(20 pontos)	(30 pontos)
Parâmetros	Insuficiente	Suficiente	Bom
Comunicação do trabalho à assistência	Apresentação mal estruturada	Apresentação estruturada mas com falhas	Apresentação bem estruturada
Interação com a assistência	Não interage Não responde às questões colocadas	Interage mas não consegue responder às questões colocadas	Interage Dinamiza Responde com correção às questões colocadas
PowerPoint ou outro suporte utilizado	Com pouca criatividade e falhas técnicas ou científicas	Com criatividade mas com falhas técnicas ou científicas	Com criatividade e sem falhas técnicas ou científicas
Linguagem	Pouco clara e rigorosa	Clara e rigorosa	Muito clara e rigorosa
Organização da informação	Informação desorganizada e mal estruturada	Informação organizada e estruturada	Informação muito bem organizada e estruturada

TRABALHO DE GRUPO			
	(10 pontos)	(15 pontos)	(25 pontos)
Desempenho do grupo	Pouco organizado Pouco autónomo	Organizado com integração de todos os elementos Quase autónomo	Muito organizado permitindo uma participação ativa de todos os elementos Autónomo
Desempenho individual no trabalho de grupo	Pouco interveniente	Interveniente e cumpridor das tarefas	Ativamente interveniente, respeitando os outros e procurando soluções para os problemas

Produto final = 150 pontos (30 x 5)

Trabalho de grupo = 50 pontos (25 x 2)

VI – Conclusões

Com a realização desta *webquest* poderás desenvolver as seguintes capacidades e competências:

- Procurar e selecionar informação;
- Distinguir o essencial do acessório;
- Analisar gráficos e esquemas;
- Elaborar gráficos e esquemas;
- Realizar inquéritos;
- Tratar qualitativamente e quantitativamente a informação recolhida nos inquéritos;
- Elaborar sínteses de conclusões;
- Utilizar *software* informático;
- Fazer comunicações,
- Trabalhar em grupo e individualmente;
- Interessar-se por questões atuais da sociedade.

No entanto, o interesse maior deste trabalho será:

- Tomar conhecimento de um problema económico e social;
- Identificar estratégias para a solução do problema;
- Envolver a comunidade escolar na discussão do problema.

4.4 A União Europeia a 28

Como na altura em que o manual foi elaborado, em 2012, a Croácia ainda não era membro da União Europeia, achámos conveniente a introdução do mapa da União Europeia a 28. Neste recurso surgem destacados, quer os valores da população e do PIB dos países-membros, quer a história dos alargamentos por considerarmos informações relevantes para o subponto **6.5 As desigualdades na repartição dos rendimentos em Portugal e na União Europeia**.

Poderá constituir uma atividade, solicitar aos alunos a atualização dos dados, após a integração da Croácia ao longo dos seis anos da adoção do manual.



ALARGAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA

- 1957 - França, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Holanda e Alemanha (RFA)
- 1973 - Irlanda, Reino Unido e Dinamarca
- 1981 - Grécia
- 1986 - Portugal e Espanha
- 1990 - Reunificação da Alemanha (RFA/RDA)
- 1995 - Áustria, Finlândia e Suécia
- 2004 - Estónia, Lituânia, Letónia, Rep. Checa, Eslováquia, Polónia, Hungria, Eslovénia, Malta e Chipre
- 2007 - Roménia e Bulgária
- 2013 - Croácia

Hors-Série, n.º 95, 1.º Trimestre de 2013 (adaptado)

5 (Re)pensar a Economia

Desde que a Economia se constituiu como ciência que cada época teve o seu pensamento dominante, referente de reflexões teóricas e das ações políticas.

A par dessas correntes, desenvolveram-se outras dimensões mais críticas, as chamadas correntes heterodoxas, que questionaram e questionam os valores, princípios e teorias das ortodoxias e apresentaram, e apresentam, outras mundividências.

Cabe-nos a nós, docentes, refletir também sobre os cruzamentos entre estas diversas correntes do pensamento económico de fronteiras fluidas e instáveis, questionar as interações entre Economia e Ética, afinal de onde proveio a ciência económica, e proporcionar aos nossos alunos outras visões do mundo e a perspectiva de que o conhecimento se encontra sempre incompleto e a ser (re)construído.

Disponibilizamos, de seguida, uma pequena cronologia de marcos da construção do pensamento económico e um texto acerca de uma perspectiva de abordagem mais recente – a Economia da Felicidade.

5.1 Alguns marcos da construção do pensamento económico

1758 – Quesnay, *Quadro Económico*.

1776 – Smith, *A Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*.

1798 – Malthus, *Ensaio sobre o Princípio da População*.

1803 – Say, *Tratado de Economia Política*.

1817 – Ricardo, *Princípios de Economia Política e do Imposto*.

1819 – Sismondi, *Novos Princípios de Economia Política*.

1841 – List, *Sistema Nacional de Economia Política*.

1848 – Mill, *Princípios de Economia Política*.

1867 – Marx, *O Capital*, Livro I (Livro II, 1885 e Livro III, 1894).

1871 – Jevons, *Teoria da Economia Política*.

1874 – Walras, *Elementos de Economia Política Pura*.

1890 – Marshall, *Princípios de Economia Política*.

1899 – Veblen, *A Teoria da Classe Ociosa*.

1912 – Scumpeter, *Teoria da Evolução Económica*.

1931 – Hayek, *Preços e Produção*. Myrdal, *O Equilíbrio Monetário*.

1932 – Robbins, *Ensaio Sobre a Natureza e o Significado da Ciência Económica*.

1936 – Keynes, *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

1947 – Samuelson, *Os Fundamentos da Análise Económica*.

1970 – Sen, *Escolha Coletiva e Bem-Estar Social*.

2006 – Stiglitz, *Fazendo a Globalização Funcionar*.

5.2 A Economia da Felicidade

O economista da felicidade

Em vez de discutir o PIB ao cêntimo, Gabriel Leite Mota prefere estudar a relação entre crescimento e bem-estar. Caso único no país, o primeiro português doutorado em Economia da Felicidade demarca-se da via tradicional e assume-se como um porta-voz do futuro



Gabriel Leite Mota

E se, do nada, receber um ultimato de um colega para aceitar dinheiro? Nestes termos: «É pegar ou largar. Entregaram-me 100 euros mas só os posso manter se dividir contigo. Toma um, eu fico com 99». Aceitaria?

Resposta clássica: claro, qualquer um prefere ganhar um euro em vez de ficar a zeros. estão em jogo 100.

Mais do que um exercício abstrato, o portuense Gabriel Leite Mota apresenta as duas perspetivas como quem traça a fronteira entre o passado e o futuro da Economia.

«Os resultados do chamado jogo do ultimato contradizem as previsões teóricas dos que durante 50 anos andaram a dizer que o homem basicamente se move por incentivos financeiros. Agora percebe-se que o comportamento humano tem um conjunto de dimensões que estavam a ser ignoradas».

A conclusão de que «o crescimento económico não é sinónimo de bem-estar» ganha sustentação científica internacional há duas décadas, mas só agora começa a posicionar-se em Portugal, sob impulso deste portuense.

Licenciado em Economia pela Universidade do Porto, o investigador assume a responsabilidade de dar voz a uma corrente pioneira no país: é, aos 32 anos, o único português doutorado em Economia da Felicidade.

«Tive a oportunidade de convencer o professor Paulo Trigo Pereira, do Instituto Superior de Economia e Gestão, de que o tema era válido e interessante», recorda Leite Mota, incansável nas demonstrações de «consistência científica» desta matéria.

Vencer resistências no meio académico

«É preciso perceber que nos últimos 20 anos existe um movimento científico internacional e interdisciplinar apostado em investigar a felicidade».

O batalhão de pesquisa, artilhado de neurologistas, psiquiatras, filósofos, antropólogos e economistas, revelou-se uma poderosa arma ao serviço da primeira batalha pré-doutoral do economista.

«Há estudos que mostram como a felicidade pressentida – e quantificada numa escala hipotética – se correlaciona com níveis de stresse e de tensão arterial medidos objetivamente», explica o especialista, desfiando outros exemplos sobre a fiabilidade dos dados recolhidos.

«Também existem estudos longitudinais que demonstram que as pessoas que se afirmavam mais felizes aos 20 anos viveram mais».

Economia em maré de mudança

«Costumo dizer que as resistências advêm mais do desconhecimento do que de outra coisa», nota Gabriel, perentório em apontar baterias para uma viragem nacional.

«Enquanto no mundo vemos novas correntes surgirem como ramos cada vez mais fortes e, no futuro, talvez dominantes da Economia, em Portugal ainda temos um corpo de especialistas muito focado num modelo de pensamento que está a desaparecer».

Além da análise do crescimento económico

Empenhado na transição para um futuro menos ligado a especulações de modelos matemáticos – e mais sintonizado nas reações humanas analisadas em situações reais – o doutorado defende que «o grande contributo da Economia da Felicidade é demonstrar os erros do passado e, com eles, abrir caminho à mudança».

Tudo sem perder de vista a relação entre crescimento económico e bem-estar, e a forma como esse bem-estar resulta de múltiplas variáveis, medidas por «novas disciplinas com resultados científicos já expostos e reconhecidos». Com destaque para a Economia Experimental, a Neuroeconomia, e a Economia Comportamental.

Por isso, da mesma forma que se aventurou na Economia da Felicidade, o agora bolseiro de pós-doutoramento aplica-se numa sinergia com uma especialista em Economia Experimental. Desta vez agregado ao Núcleo de Investigação em Microeconomia Aplicada da Universidade do Minho, mas como sempre disposto a cumprir a sua primeira vocação.

«A Economia é uma ciência social e como tal tem de se estudar pela vida das pessoas, debruçando-se sobre como nos organizamos nas tarefas de produzir o que precisamos para viver». Muito além das análises de crescimento económico.

Paula Cardoso, <http://sol.sapo.pt/>, 02/06/2012 (excerto adaptado)

Ranking do índice de felicidade em 2011:

http://www.nationmaster.com/graph/lif_hap_net-lifestyle-happiness-net

Teste de avaliação 1

Unidade 1 – A atividade económica e a ciência económica

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. O objeto de estudo da Economia é
 - (A) redistribuição dos rendimentos.
 - (B) a produção e a acumulação.
 - (C) o problema económico.
 - (D) o consumo e a distribuição.

2. A Economia é uma ciência social que tem como objeto de estudo específico os fenómenos económicos. A afirmação é
 - (A) verdadeira, porque a Economia não tem metodologia nem teoria próprias.
 - (B) falsa, porque a Economia não é uma ciência, apenas se limita a fazer previsões.
 - (C) falsa, porque a Economia não tem como objeto de estudo os fenómenos económicos.
 - (D) verdadeira, porque a Economia estuda a dimensão económica da realidade social.

3. O custo de oportunidade consiste
 - (A) na necessidade que se sacrificou para satisfazer outra.
 - (B) na otimização da utilização dos recursos.
 - (C) no benefício que se obteve ao satisfazer uma necessidade.
 - (D) no emprego alternativo dos recursos ilimitados.

4. A distribuição é uma atividade económica que engloba
 - (A) o comércio e o consumo.
 - (B) os transportes e o comércio.
 - (C) os transportes e o consumo.
 - (D) o comércio e a produção.

5. A produção de bens e serviços é uma função do agente económico
 - (A) Resto do Mundo.
 - (B) Estado.
 - (C) Instituições Financeiras.
 - (D) Empresas Não Financeiras.

GRUPO II

1. Lionel Robbins, na década de 1930, definiu a Economia como a **Ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm utilizações diferentes.**

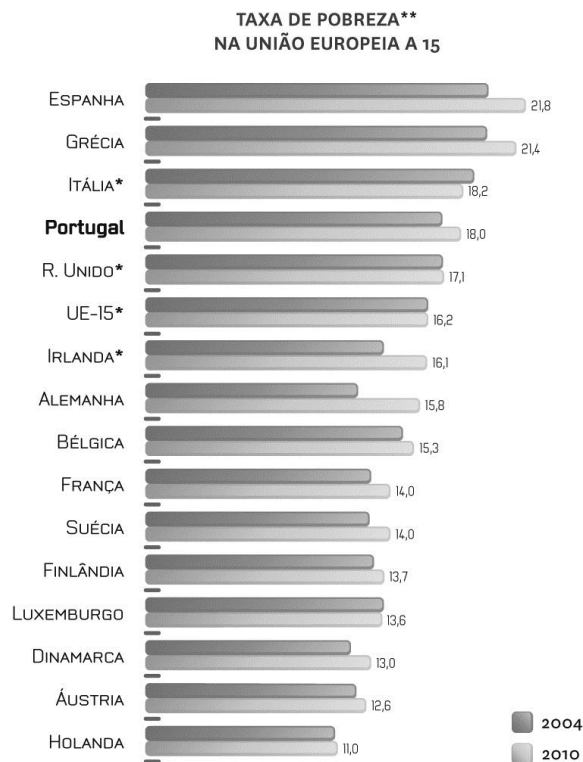
Arnaud Parienty, *La science économique aujourd'hui*, n.º 57 (adaptado)

- 1.1 Define escassez.
- 1.2 Justifica o facto de a Economia ser uma ciência social, a partir da afirmação.
- 1.3 Relaciona a afirmação destacada com o objeto de estudo da Economia.

2. Observa o gráfico ao lado e lê a seguinte afirmação.

Os jovens são afetados desproporcionadamente com o défice de trabalho digno e empregos de baixa qualidade, medidos em termos de pobreza no trabalho, baixos salários e/ou situação no emprego, incluindo a incidência da informalidade.

Relatório *A crise do emprego jovem: Tempo de agir*,
Conferência Internacional do Trabalho, 101.ª sessão, OIT, 2012



* Dados de 2009.

** A taxa de pobreza refere-se à percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza que corresponde, segundo os cálculos do Eurostat, a 60% do rendimento mediano do país (o valor mediano separa a metade inferior da amostra da metade superior).

Eurostat, 2012

- 2.1 Justifica o facto de a pobreza ser um fenómeno social.
- 2.2 Refere dois fenómenos sociais para além da pobreza.
- 2.3 Explica de que forma a Economia estuda o fenómeno social – «pobreza».
- 2.4 Explicita a necessidade da Matemática e da Estatística para o estudo dos fenómenos sociais, tendo em conta o gráfico.
- 2.5 Interpreta o valor da taxa de pobreza verificada em Portugal em 2010.
- 2.6 Indica os sete países da UE a 15 que registaram em 2010 uma maior taxa de pobreza.
- 2.7 Compara os valores da taxa de pobreza registada em Portugal com a média dos outros países da UE a 15.
- 2.8 Explica com base no gráfico e na afirmação a vulnerabilidade da juventude no que respeita à pobreza.

GRUPO III

1. Gary Becker trouxe a Família para o corpo central da ciência económica ao evidenciar as motivações económicas da sua formação e funcionamento e o seu contributo decisivo para a sobrevivência e o bem-estar das sociedades humanas.

Cattani, et. al., Dicionário Internacional da Outra Economia, Coimbra: Edições Almedina, 2009 (adaptado)

- 1.1 Apresenta uma noção de agente económico a partir da afirmação.
- 1.2 Indica os outros agentes económicos para além do agente Famílias.
- 1.3 Relaciona o conteúdo da afirmação com o objeto da Economia.
- 1.4 Refere a necessidade da interdisciplinaridade como atitude metodológica no estudo das Famílias.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 1

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	5	
	1.2	15	
	1.3	15	
	2.1	8	
	2.2	6	
	2.3	15	
	2.4	8	
	2.5	10	
	2.6	7	
	2.7	14	
	2.8	17	120
Grupo III	1.1	12	
	1.2	8	
	1.3	17	
	1.4	13	50
Total			200 pontos

Teste de avaliação 2

Unidade 2 – Necessidades de consumo

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. Quanto ao custo e importância, a educação é, respetivamente, uma necessidade
(A) económica e secundária.
(B) livre e individual.
(C) livre e terciária.
(D) económica e coletiva.
2. O consumo de fruta por parte de uma família e o consumo de fruta por uma empresa de sumos é, respetivamente
(A) consumo intermédio e consumo final.
(B) consumo público e consumo privado.
(C) consumo individual e consumo coletivo.
(D) consumo final e consumo intermédio.
3. A Família X melhorou o seu nível de vida, a partir de 1990. Então,
(A) o coeficiente orçamental relativo à alimentação aumentou, a partir de 1990.
(B) o coeficiente orçamental relativo à alimentação diminuiu, a partir de 1990.
(C) o coeficiente orçamental relativo à alimentação manteve-se.
(D) o valor do consumo de bens alimentares diminuiu, desde 1990.
4. A sociedade de consumo caracteriza-se
(A) pelo excesso de rendimento de todos os consumidores.
(B) pelos bens postos à disposição dos consumidores.
(C) pelo facto do consumo ser superior à produção de bens.
(D) pela preocupação em escoar a produção.
5. Os padrões de consumo das sociedades industrializadas encontram no consumerismo um travão aos seus modelos económico-sociais. Esta afirmação é
(A) verdadeira, porque impedem o consumo individual.
(B) falsa, porque constituem um reforço aos seus modelos económico-sociais.
(C) verdadeira, porque nos convocam para uma atitude reflexiva sobre os nossos modelos de comportamento.
(D) falsa, porque o consumo é um ato individual que depende da vontade do consumidor.

GRUPO II

1. Observa os dados relativos aos orçamentos das Famílias X e Y.

Despesas de consumo	Família X	Família Y
Alimentação e bebidas não alcoólicas	500 u.m.	700 u.m.
Total das despesas de consumo	1000 u.m.	3 500 u.u.
Rendimento	1 500 u.m.	4 800 u.m.

1.1 Dá uma noção de coeficiente orçamental.

1.2 Calcula os coeficientes orçamentais relativos à alimentação e bebidas não alcoólicas para as duas famílias.

1.3 Justifica, com base na resposta dada em 1.2 que a Família Y auferir um rendimento superior à Família X.

2. O peso relativo da despesa anual média em bens alimentares (13,3% em 2010/2011) prossegue a tendência de queda das duas últimas décadas, representando menos 2,2 p.p. relativamente a 2005/2006 e menos 16,2 p.p. face a 1989/90.

Orçamentos Familiares, INE, 2011

2.1 Enuncia a Lei de Engel.

2.2 Avalia a evolução do rendimento das famílias portuguesas entre 2005 e 2011.

3. Identifica dois traços do padrão de consumo dos jovens portugueses, articulando-os com os fatores que os possam influenciar.

GRUPO III

1. Lê a seguinte notícia.

Silvex contorna a crise com vendas ao exterior

A Silvex, empresa portuguesa conhecida pelas embalagens de plástico e película aderente, virou-se para o mercado externo para continuar a crescer nas vendas. A Silvex tem investido na inovação para acompanhar a evolução do consumo. Neste âmbito, o último projeto de I&D está a ser desenvolvido em plásticos biodegradáveis para a agricultura através do qual coordena equipas multidisciplinares em Portugal, Espanha, França e Dinamarca.

Diário Económico, 21/11/2012 (excerto adaptado)

1.1 Identifica o fator económico, referido na notícia, que está a influenciar o consumo dos bens produzidos pela empresa Silvex.

1.2 Explica de que modo o fator indicado em 1.1 pode ser potenciador de consumo.

1.3 Indica mais dois fatores não económicos que possam influenciar o consumo.

1.4 Comenta o conteúdo da notícia, tendo em conta o consumo como comportamento ético.

GRUPO IV

1. No seu livro *Somos aquilo que consumimos* (2007), Beja Santos pronuncia-se sobre o consumo dos portugueses (pág. 16).

«Acompanhando a diminuição relativa do orçamento familiar, assiste-se a uma consolidação do consumo de produtos frescos, a par da desestruturação das refeições, em certos meios urbanos, mas mesmo aí acompanhada de práticas de alimentação equilibrada (disparou o consumo de sopas, saladas, fruta).

Depois de uma década de ascensão, o mercado de *fast-food* (do hambúrguer à piza, passando por toda a linha do *take-away*) tende a estabilizar ou mesmo a recuar. A linha do «saudável» (queijo magro, águas minerais, cereais e fibras, laticínios conotados com a saúde, complementos alimentares) conhece uma lenta progressão, até porque os preços são mais elevados que os produtos correntes. A «comida saúde» (uma mistura de alimento e medicamento) é uma das pontas de lança das multinacionais, mas esbarra com as debilidades do poder de compra, não passando, por enquanto, de um fenómeno de moda.»

1.1 Identifica os dois padrões de consumo referidos no texto.

1.2 Identifica, no texto, dois dos fatores suscetíveis de influenciar o consumo.

1.3 Comenta o conteúdo do texto, tendo em conta que o consumo é um fenómeno social total.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 2

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	10	
	1.2	10	
	1.3	20	40
	2.1	15	
	2.2	15	
	3	10	40
Grupo III	1.1	5	
	1.2	10	
	1.3	10	
	1.4	20	45
Grupo IV	1.1	10	
	1.2	10	
	1.3	25	45
Total			200 pontos

Teste de avaliação 3

Unidade 3 – A produção de bens e serviços

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

- Quanto à sua natureza, um manual escolar e a explicação do professor são, respetivamente
(A) um serviço e um bem de produção.
(B) um bem material e um bem imaterial.
(C) um bem material e um bem duradouro.
(D) um serviço e um bem material.
- Dois bens são complementares quando
(A) se completam para a função para que foram criados.
(B) são semelhantes no preço.
(C) apresentam características homogéneas.
(D) pertencem ao mesmo setor de atividade económica.
- Quanto à sua função, a eletricidade consumida pelas famílias e pelas empresas é, respetivamente,
(A) um bem de consumo intermédio e um bem de produção.
(B) um bem não duradouro e um bem duradouro.
(C) um bem de consumo final e um bem de produção.
(D) um bem material e um serviço.
- A produtividade marginal do trabalho é nula quando
(A) se emprega mais um trabalhador e a produção não aumenta.
(B) se pode despedir trabalhadores sem indemnização.
(C) a produção adicional do último trabalhador for mínima.
(D) a produção decresce com o último trabalhador empregado.
- De acordo com o quadro seguinte, a combinação ótima dos fatores produtivos é

Capital	Trabalhadores rurais	Produção total (sacos de cereal)
100 ha 1 trator 30 alfaias diversas	10	300
	11	320
	12	350
	13	360
	14	365

- 365 sacos de cereal.
- 360 sacos de cereal.
- 14 trabalhadores e 365 sacos de cereais.
- 100 ha, 1 trator, 30 alfaias e 12 trabalhadores.

GRUPO II

1. O país A apresenta os seguintes valores.

População residente = 12 milhões

População ativa = 6 milhões

Taxa de desemprego = 5%

Produto = 570 milhões de unidades monetárias

- 1.1 Calcula:

- A taxa de atividade.
- A população inativa.
- O número de desempregados.
- A produtividade por trabalhador.

- 1.2 Interpreta o valor da taxa de desemprego.

2. Dá uma noção de desemprego tecnológico.

3. Relaciona o desemprego tecnológico com a formação ao longo da vida.

GRUPO III

1. Considera o quadro seguinte relativo à Empresa X.

Quantidade produzida (milhares de unidades)	Custos fixos (u.m.)	Custos variáveis (u.m.)	Custos totais (u.m.)	Custos médios /unitários (u.m.)
5		50		
7	30		110	
10		120		
15			210	14,0
20		290		

- 1.1 Preenche o quadro.

- 1.2 Indica, justificando, o nível de produção ótima para a Empresa X.

- 1.3 Indica a produção a partir da qual a Empresa X tem economias de escala.

- 1.4 Justifica a resposta dada em 1.3.

- 1.5 Indica o ponto a partir do qual a Empresa X tem deseconomias de escala.

- 1.6 Justifica a existência de economias e deseconomias de escala.

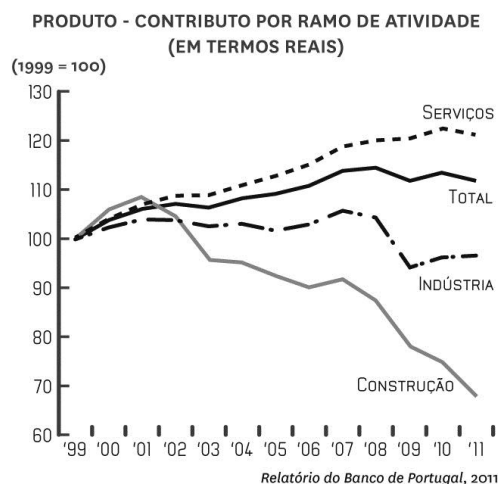
GRUPO IV

1. Observa o gráfico abaixo relativo ao contributo do diferentes ramos de atividade para o Produto.

1.1 Descreve a evolução verificada, quanto ao total e por ramos de atividade.

1.2 De acordo com o gráfico, explicita o significado da afirmação:

«A economia portuguesa é uma economia terciarizada».



GRUPO V

1. Lê a seguinte notícia publicada no *Diário Económico*, em 21/11/2012.

Petratex continua a conquistar medalhas

A Petratex entrou nas bocas do mundo quando se soube que estava por detrás do desenvolvimento dos fatos de natação LZR Racer usados por Michael Phelps nos Jogos Olímpicos de Pequim, competição onde o nadador norte-americano conquistou oito medalhas. A empresa de Paços de Ferreira trabalha essencialmente para a exportação para 35 países.

O modelo de negócio da Petratex está assente na investigação e desenvolvimento de produtos. A Empresa desenvolveu, entretanto, novos fatos de natação da *Speedo*, que foram usados este ano nos Jogos Olímpicos de Londres, já que os anteriores davam uma vantagem competitiva, considerada desleal, aos nadadores que os usavam.

A Petratex emprega 800 pessoas e com os subcontratados oferece 1500 postos de trabalho.

1.1 Em que setor de atividade económica se integra a Petratex?

1.2 Dá o exemplo de mais dois ramos de atividade económica integrados no mesmo setor.

1.3 Comenta, do ponto de vista económico, o conteúdo da notícia.

2. A Comissão Europeia, atenta ao ímpeto dos direitos sociais e ambientais, apresentou, em 2001, um livro verde sobre a responsabilidade social das empresas. Este documento de trabalho prestou um valioso serviço à discussão pública sobre o que são critérios sociais e ambientais à luz das expectativas dos investidores e da vida empresarial: qualidade do trabalho, investimento socialmente responsável, preocupações com o rótulo social, ecoeficácia, combate ao esbanjamento de energia e recursos naturais, etc.

Beja Santos, *Somos aquilo que consumimos*, p. 34 (excerto)

2.1 Identifica os critérios sociais e ambientais que a Comissão Europeia entende que os investidores e empresários deverão considerar na sua atividade.

2.2 Justifica-os, tendo em conta a responsabilidade social e ambiental das empresas.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 3

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	4 x 5 = 20	
	1.2	5	
	2.	5	
	3.	10	40
Grupo III	1.1	13	
	1.2	12	
	1.3	5	
	1.4	10	
	1.5	5	
	1.6	10	55
Grupo IV	1.1	5	
	1.2	10	15
Grupo V	1.1	5	
	1.2	10	
	1.3	20	
	2.1	10	
	2.2	15	60
Total			200 pontos

Teste de avaliação 4

Unidade 4 – Comércio e moeda

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. Um circuito de distribuição é considerado longo quando
 - (A) atinge uma vasta área geográfica.
 - (B) integra muitos produtores, intermediários e consumidores.
 - (C) integra vários tipos de intermediários.
 - (D) o produto comercializado demora algum tempo a chegar aos consumidores.

2. O papel-moeda representa
 - (A) moeda convertível e de aceitação obrigatória.
 - (B) moeda inconvertível cuja aceitação se baseia na confiança do público.
 - (C) moeda convertível em valor equivalente fixado pelos bancos centrais.
 - (D) moeda inconvertível cuja aceitação é imposta pelo Estado.

3. O euro
 - (A) constituiu a moeda dos Estados-membros da União Europeia.
 - (B) é a moeda comum a vários países europeus.
 - (C) é a moeda dos países que integram a Zona Euro.
 - (D) constitui a moeda europeia.

4. Em período de inflação verifica-se sempre uma diminuição do nível de vida. Esta afirmação é
 - (A) falsa, pois apenas ocorrerá diminuição do nível de vida se o aumento dos preços for superior ao aumento dos rendimentos.
 - (B) falsa, pois com a inflação o nível de vida fica mais alto.
 - (C) verdadeira, pois o aumento do custo de vida faz baixar o nível de vida.
 - (D) verdadeira, na medida em que é necessário pagar mais pelos bens.

5. No país A, o Índice de Preços no Consumidor no ano de 2007 foi de 94. Então, pode-se afirmar que
 - (A) no ano de 2007, verificou-se um aumento dos preços de 94%, no país A.
 - (B) em 2007, no país A, os preços caíram 94%.
 - (C) os preços no país A subiram 6% em 2007.
 - (D) os preços em 2007 desceram 6% no país A.

GRUPO II

1. Considera os seguintes dados.

Comércio a retalho em Portugal			
UCDR ¹	No continente	Alimentar	Não alimentar
Número de estabelecimentos	3031	1617	1414
Área de exposição média (m ²)	1073 m ²	1136 m ²	1002 m ²
N.º pessoas ao serviço (média por estabelecimento)	32	42	21
N.º de horas abertos ao público (média diária por estabelecimento)	12 h	12 h	12 h
Volume de vendas (média por estabelecimento) milhares de euros	4942	6473	3191

Estatísticas do Comércio, INE, 2009

1.1 Poder-se-á afirmar que no nosso país se verifica uma maior importância dos estabelecimentos do ramo alimentar no comércio a retalho? Justifica a resposta utilizando os dados fornecidos.

1.2 Apresente um exemplo para cada um dos tipos de estabelecimentos referidos.

1.3 Explica o significado de comércio a retalho.

2. A nova loja de rua da Antarte², que resultou de uma deslocalização do *retail* de Coimbra, beneficia de fácil acesso e de parque de estacionamento próprio e gratuito. Um comunicado enviado à imprensa refere que a marca aposta num «serviço de atendimento ao público ainda mais personalizado» e que a nova localização permite à empresa «reforçar a sua presença numa das maiores cidades do país, aprofundando a sua política de proximidade com os clientes.»

Público, 16/05/2012 (adaptado)

2.1 A notícia faz referência ao *retail*. Explicita em que consiste este tipo de comércio.

2.2 Explica as vantagens que a nova localização da loja oferece aos consumidores.

3. O Aqua Portimão, o maior espaço comercial do Barlavento Algarvio, tem uma área de cerca de 35 500 m², 117 lojas, nove **lojas âncora** e mais de 20 restaurantes, distribuídos por três pisos. Conta ainda com um hipermercado e disponibiliza 1800 lugares de estacionamento abaixo do solo.

Oje, 16/05/2012

3.1 Caracteriza o tipo de comércio referido na notícia

3.2 Explicita o significado da expressão destacada.

3.3 Muitas lojas, neste tipo de comércio, são em regime de *franchising*.

3.3.1 Em que consiste este tipo de comércio?

3.3.2 Apresenta uma vantagem deste tipo de negócio para cada uma das partes.

¹ UCDR – Unidades Comerciais de Dimensão Relevante – no retalho alimentar a área de vendas é igual ou superior a 1500 m² e no não alimentar é igual ou superior a 2500 m².

² Antarte – marca de mobiliário

GRUPO III

1. A maior parte das transações comerciais efetuadas nos dias de hoje são realizadas com moeda desmaterializada. No entanto, para as transações de baixo montante ainda são utilizados outros tipos de moeda.

1.1 Apresenta uma definição de moeda.

1.2 Explicita o conceito de moeda desmaterializada.

1.3 Indica os outros tipos de moeda.

1.4 Explica o significado da frase: A moeda que circula nas economias atuais é de curso forçado.

2. Em 2011, no país X, o cabaz de compras custava €1800 e o IPC de 2012/2011 foi de 102.

2.1 Calcula o cabaz de compras em 2012 (apresenta os cálculos).

2.2 No país X, verificou-se em 2012 um aumento dos rendimentos de 1,3%. O nível de vida da população aumentou ou diminuiu? Justifica a resposta com os cálculos realizados.

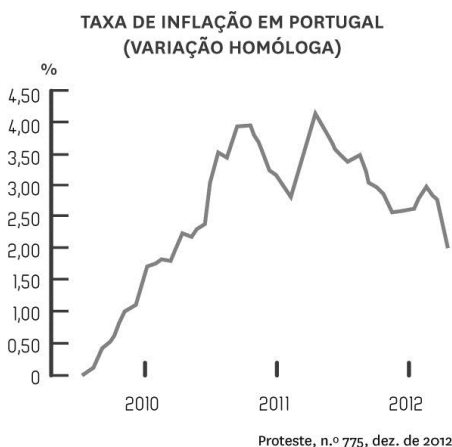
3. O gráfico seguinte mostra a tendência, nos últimos meses de 2012, para uma diminuição dos valores da inflação. Esta evolução deve-se em grande parte à recessão económica que o país atravessa, e, em particular, à queda da procura interna. Para 2013, o Banco de Portugal, prevê uma taxa de inflação de 0,9%.

3.1 Explicita o conceito de taxa de inflação homóloga.

3.2 Explica a influência da recessão económica na evolução da taxa de inflação.

3.3 Se a previsão do Banco de Portugal para 2013 se confirmar, a variação dos preços manterá a tendência de descida.

Como se designa esse fenómeno?



4. Uma queda dos preços na economia portuguesa, numa situação de queda dos rendimentos das famílias, poderia ser uma vantagem. Mas, se a descida dos preços se prolongar, a recessão económica poder-se-á agravar devido à expectativa permanente de descida dos preços: o consumo e o investimento não serão incentivados.

4.1 Como se designa a situação dos preços referida acima?

4.2 Explica o significado do último período.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 4

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	10	
	1.2	5	
	1.3	5	
	2.1	5	
	2.2	10	
	3.1	10	
	3.2	5	
	3.3.1	10	
	3.3.2	10	70
Grupo III	1.1	5	
	1.2	10	
	1.3	5	
	1.4	10	
	2.1	10	
	2.2	10	
	3.1	10	
	3.2	15	
	3.3	5	
	4.1	5	
	4.2	15	100
Total			200 pontos

Teste de avaliação 5

Unidade 5 – Preços e mercados

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

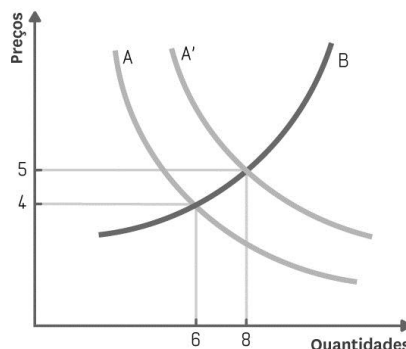
As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

- Quando o preço de um bem diminui, mantendo-se tudo o resto constante, verifica-se
 - uma deslocação ao longo da curva da procura, para baixo do ponto de equilíbrio inicial.
 - uma deslocação ao longo da curva da procura, para cima do ponto de equilíbrio inicial.
 - uma deslocação para outra curva da procura mais à direita da curva inicial.
 - uma deslocação para outra curva da procura mais à esquerda da curva inicial.
- No mercado do bem X, a curva da oferta deslocou-se para a esquerda relativamente à posição inicial. Mantendo-se tudo o resto contante, esta situação ficou a dever-se a
 - uma diminuição do preço do bem X.
 - um aumento dos custos de produção do bem X.
 - um aumento do preço do bem X.
 - um aumento de produtividade na produção do bem X.
- Foram introduzidas alterações no processo produtivo de um bem, aumentando a produtividade. Então, mantendo-se tudo o resto constante, verifica-se uma deslocação do ponto de equilíbrio
 - para a direita.
 - para a esquerda.
 - para a esquerda e para cima.
 - para a direita e para baixo.
- Quando do lado da procura existem numerosos agentes, a produção encontra-se centrada em poucas empresas e os bens são homogéneos, esse mercado designa-se por
 - concorrência monopolística.
 - concorrência bilateral.
 - oligopólio.
 - monopólio.
- A concentração empresarial é sempre vantajosa. Esta afirmação é
 - verdadeira, porque permite preços mais baixos.
 - falsa, porque origina preços mais elevados.
 - verdadeira, porque os consumidores beneficiam de mais qualidade.
 - falsa, porque pode haver um défice de concorrência no mercado.

GRUPO II

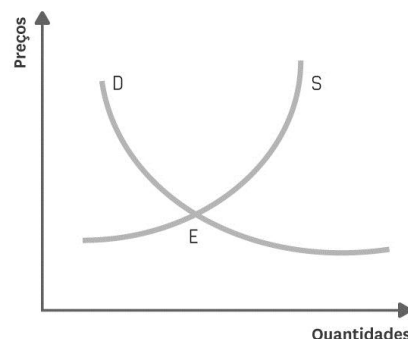
1. Observa o gráfico ao lado relativo ao mercado do bem X.

- 1.1 Identifica as curvas A, A' e B.
- 1.2 Identifica o ponto de equilíbrio, após a deslocação de A para A'.
- 1.3 Indica um fator suscetível de deslocar a curva A para A'.
- 1.4 Explicita o significado do novo ponto de equilíbrio, em função da resposta dada em 1.3.



2. Na economia X, verificou-se a introdução de novas tecnologias na produção de determinados bens.

- 2.1 Representa no gráfico ao lado, a nova situação de mercado.
- 2.2 Justifica a resposta à questão anterior.
- 2.3 Se nessa economia se verificarem aumentos dos custos salariais e aumentos das taxas de juro, especifica a situação do novo ponto de equilíbrio, relativamente à situação inicial.



3. Existem vários mercados de concorrência imperfeita.

- 3.1 Caracteriza o mercado monopolista quanto ao número de produtores/vendedores, consumidores, tipo de bens e poder sobre o preço.
- 3.2 Distingue o mercado monopolista do mercado de concorrência monopolística.
- 3.3 Dá o exemplo de um mercado de concorrência imperfeita, para além dos mencionados atrás, caracterizando-o quanto ao número de produtores, número de compradores, tipo de bens transacionados e poder sobre o preço.

GRUPO III

1. O preço é sempre um fator fundamental. O preço de exportação não tem que ser igual ao praticado no mercado interno já que tem de cobrir custos relacionados com a adaptação do produto, campanhas de *marketing*, custos de transporte e administrativos, mas também os riscos cambiais, nos mercados que não operam em euros.

Por outro lado, em termos estratégicos, um preço baixo, normalmente, garante um aumento da procura, mas um preço elevado, em situações de concorrência limitada, pode gerar mais ganhos por unidade de venda e pode associar o produto à ideia de qualidade.

Diário Económico, 21/11/2012

- 1.1 Identifica no texto o fator suscetível de influenciar a oferta dos bens de exportação.
- 1.2 Para além do preço, indica dois fatores suscetíveis de influenciar a procura dos bens.
- 1.3 Explica o sentido do segundo parágrafo do texto.

2. Lê a seguinte afirmação do economista norte-americano Milton Friedman.

A primeira e única responsabilidade da empresa é aumentar os seus lucros, na medida em que se respeitem as regras do jogo, de uma competição aberta, livre, sem engano nem fraude.

2.1 Especifica as «regras do jogo» a que Milton Friedman se refere.

3. A fusão e a concentração são estratégias de concentração empresarial.

3.1 Especifica uma das vantagens e um dos inconvenientes de um processo de fusão.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 5

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	15	
	1.2	10	
	1.3	5	
	1.4	10	40
	2.1	10	
	2.2	10	
	2.3	15	35
	3.1	15	
	3.2	10	
	3.3	10	35
Grupo III	1.1	10	
	1.2	10	
	1.3	15	35
	2.1	15	15
	3.1	10	10
Total			200 pontos

Teste de avaliação 6

Unidade 6 – Rendimentos e repartição dos rendimentos

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

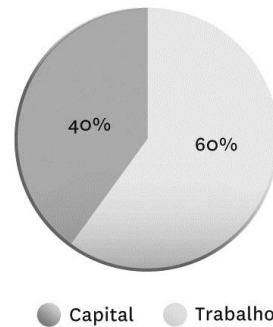
GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. O gráfico ao lado diz respeito ao peso das remunerações dos fatores trabalho e capital no Rendimento Nacional de um dado país, num determinado ano.

Então, podemos afirmar que o gráfico evidencia

- (A) a repartição pessoal dos rendimentos.
- (B) a redistribuição dos rendimentos.
- (C) a repartição funcional dos rendimentos.
- (D) a repartição dos rendimentos pelos trabalhadores.



2. Se num país o salário mínimo for 800 euros e o salário máximo 16 000 euros, o leque salarial é

- (A) 1 para 200.
- (B) 2 para 100.
- (C) 1 para 20.
- (D) 10 para 20.

3. O Rendimento *per capita* permite conhecer

- (A) o valor do salário médio de um país.
- (B) o rendimento disponível das famílias.
- (C) o valor do salário real dos trabalhadores.
- (D) o rendimento médio de cada habitante.

4. Em 2013 num determinado país, verificou-se uma descida do salário real médio dos trabalhadores.

Então, pode concluir-se que se verificou uma das situações seguintes:

- (A) o salário nominal reduziu-se necessariamente.
- (B) o poder de compra dos trabalhadores aumentou.
- (C) o salário nominal aumentou menos do que o IPC.
- (D) o IPC aumentou menos do que o salário nominal.

5. O rendimento disponível das famílias é dado pela expressão

- (A) remunerações do trabalho + rendimentos de empresa e propriedade + transferências internas e externas – contribuições sociais – impostos diretos.
- (B) remunerações do trabalho + rendimentos de empresa e propriedade + transferências internas e externas + contribuições sociais – impostos diretos.
- (C) remunerações do trabalho + rendimentos de empresa e propriedade + transferências internas e externas + contribuições sociais + impostos diretos.
- (D) remunerações do trabalho + rendimentos de empresa e propriedade – transferências internas e externas – contribuições sociais – impostos indiretos.

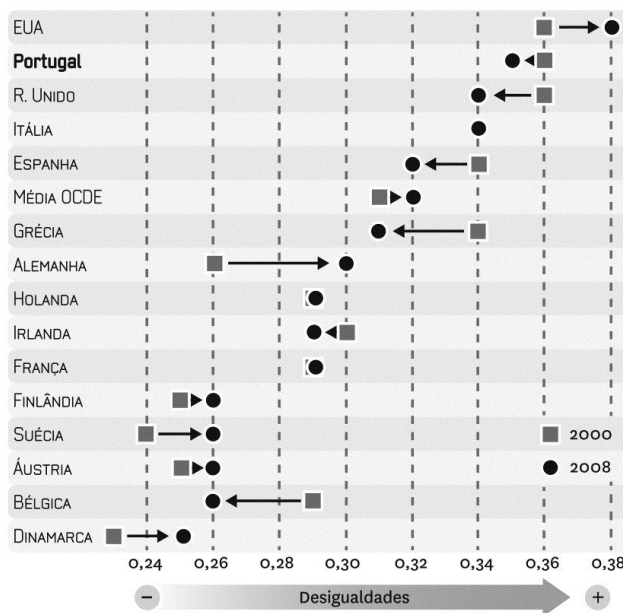
GRUPO II

1. Observa o gráfico ao lado e lê o texto que se segue.

A procura de uma medida objetiva das desigualdades, baseada nos modelos de medida das grandezas fiscais, é vã. As medidas de desigualdade dependem, com efeito, da opinião dos membros da sociedade no que respeita à justiça distributiva.

Jessua, Claude; Labrousse, Christian; Vitry, Daniel
(Coordenação), *Dictionnaire des Sciences économiques*,
Paris: PUF – Presses Universitaires de France,
p. 462, 2001

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NOS PAÍSES DA OCDE



Nota: Quanto maior o índice de Gini, mais acentuadas são as desigualdades.

OCDE, 2012

- 1.1 Define índice de Gini.
- 1.2 Relaciona a curva de Lorenz com o índice de Gini.
- 1.3 Interpreta, com base no gráfico, o valor do índice de Gini relativo a Portugal em 2008.
- 1.4 Interpreta, com base no gráfico, a evolução do valor do índice de Gini em Portugal entre 2000 e 2008.
- 1.5 Refere, com base no gráfico, os países com um índice de Gini superior à média da OCDE em 2008.
- 1.6 Refere, com base no gráfico, os países que sofreram um aumento das desigualdades sociais entre 2000 e 2008.
- 1.7 Expõe três fatores de desigualdade social.
- 1.8 Expõe com base no gráfico e no texto uma crítica ao índice de Gini.

GRUPO III

1. Observa o quadro e lê o texto.

Os obstáculos que a juventude encontra no mercado de trabalho têm pelo menos duas consequências. Por um lado, origina um risco de pobreza superior ao das pessoas mais velhas e, por outro, entrava a sua autonomia e liberdade de escolha.

Hors-Série, n.º 94, dezembro de 2012 (adaptado)

Taxa de desemprego em março de 2012		
	Total	< 25 anos
Portugal	15,3	36,1
Zona Euro	10,9	22,1

Newsrelease 67/2012, Eurostat, 02/05/2012

1.1 Compara a taxa de desemprego registada em Portugal, em 2012, com a média da Zona Euro.

1.2 Apresenta, com base no quadro e no texto, a situação da juventude em Portugal e na Zona Euro, tendo em conta:

- a. a taxa de desemprego; b. a exposição à pobreza.

2. De entre os recursos financeiros de que o Estado dispõe para fazer face às suas responsabilidades estão os impostos que representam a sua principal fonte de receita.

2.1 Identifica a política que tem como instrumento os impostos.

2.2 Distingue impostos diretos de impostos indiretos.

3. As receitas públicas são fundamentais para o Estado poder despender recursos na prossecução das políticas de redistribuição dos rendimentos.

3.1 Define receitas públicas.

3.2 Refere a finalidade das políticas de redistribuição dos rendimentos.

4. Explica de que forma é que o Estado deverá atuar para reduzir o risco de pobreza da juventude.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 6

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	6	
	1.2	11	
	1.3	10	
	1.4	15	
	1.5	9	
	1.6	11	
	1.7	12	
	1.8	16	90
Grupo III	1.1	15	
	1.2	20	
	2.1	6	
	2.2	9	
	3.1	6	
	3.2	6	
	4	18	80
Total			200 pontos

Teste de avaliação 7

Unidade 7 – Poupança e investimento

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. A aquisição de novas matérias-primas por uma empresa com vista a garantir a manutenção da produção
(A) é um investimento financeiro que se destina a repor o capital gasto.
(B) é um investimento que se destina a formar um novo capital.
(C) constitui investimento designado por variação de existências e tem por função repor o capital gasto.
(D) constituiu investimento designado por variação de existências e tem por função formar um novo capital.
2. Em períodos de inflação elevada, a taxa de juro tem tendência a baixar. A afirmação é
(A) falsa, pois quando a inflação é elevada, a procura e o consumo têm de baixar, e, para tal, verifica-se o aumento da taxa de juro.
(B) verdadeira, para os preços dos bens ficarem mais baixos.
(C) falsa, pois o valor da taxa de juro não influencia a inflação.
(D) verdadeira, para facilitar o acesso ao crédito.
3. O crédito é um elemento essencial para a economia dos países. A afirmação é
(A) falsa, pois o endividamento que o crédito gera é sempre prejudicial à vida das empresas e dos países.
(B) verdadeira, pois através do crédito as empresas podem aumentar o investimento, fazendo crescer a produção dos países.
(C) verdadeira, na medida em que o crédito origina elevados lucros e maior riqueza.
(D) falsa, na medida em que o crédito terá de ser sempre pago com taxas de juro altas, empobrecendo os agentes económicos e a economia no seu conjunto.
4. O endividamento gerado pelo crédito é sempre um problema para os agentes económicos e para os países. A afirmação é
(A) verdadeira, caso o montante da dívida seja elevado.
(B) falsa, pois só será um problema caso os rendimentos dos agentes e dos países decresçam ao mesmo tempo que ocorra uma subida da taxa de juro.
(C) verdadeira, pois pagar a dívida significa entregar aos credores riqueza, ficando sempre os agentes económicos e os países devedores mais pobres.
(D) falsa, pois o endividamento nunca poderá ser um problema na medida em que o crédito gera o crescimento da economia, criando riqueza.

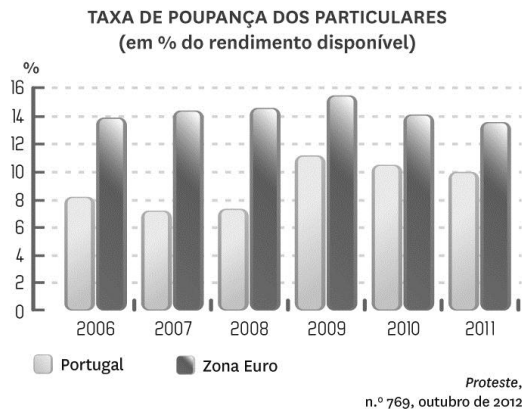
5. Na aplicação das suas poupanças, o aforrador tem várias possibilidades, tudo dependendo do risco, rentabilidade e liquidez que pretende. Caso deseje
- (A) segurança, deverá optar por produtos financeiros de baixo risco como as ações.
 - (B) elevada liquidez, deverá aplicar as poupanças em obrigações.
 - (C) rentabilidade elevada e baixo risco, deverá adquirir obrigações e ações.
 - (D) baixo risco e elevada liquidez, deverá optar pelos depósitos bancários.

GRUPO II

1. O ato de poupar passou a fazer parte do quotidiano de muitos portugueses. Mas **se uns o fizeram de forma voluntária, muitos foram forçados pelas circunstâncias**. Em 2013, o panorama será semelhante. A recessão económica irá prolongar-se e a taxa de desemprego irá aumentar ainda mais.

Proteste – Investe, n.º 769, outubro de 2012

- 1.1 Dá uma noção de poupança.
- 1.2 Compara a taxa de poupança em Portugal e na Zona Euro.
- 1.3 Explica o sentido da frase destacada no texto.
- 1.4 Indica os destinos da poupança.



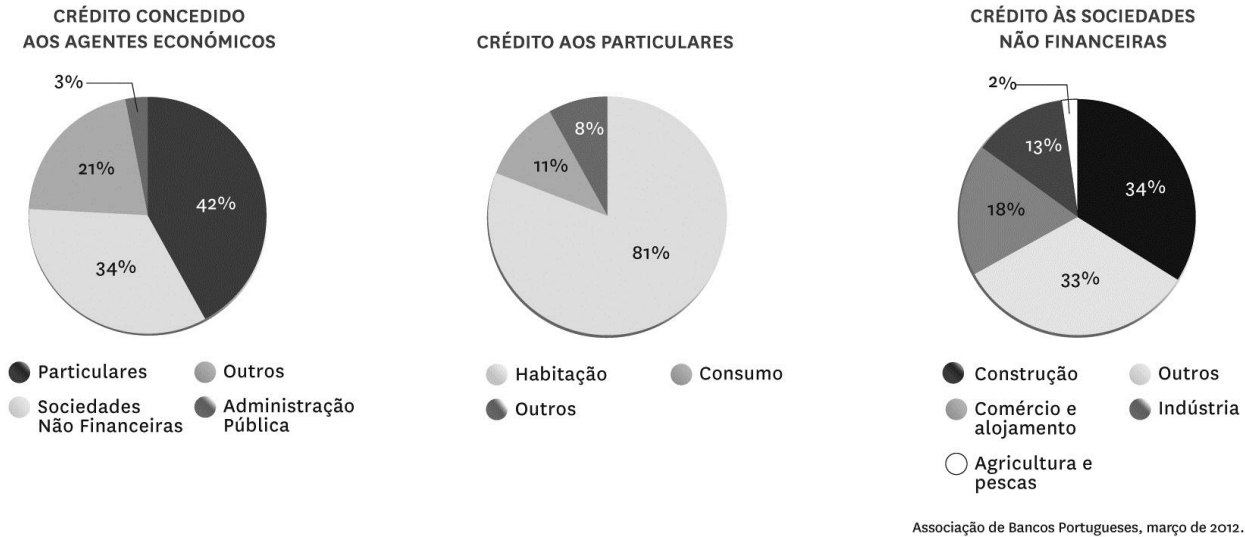
2. A Bluepharma, empresa portuguesa especializada na produção de genéricos, foi distinguida com o prémio PME Inovação – COTEC, 2012. O prémio foi resultado de uma aposta muito forte no investimento em investigação e desenvolvimento (I&D): a empresa participa no capital de empresas cujo modelo de negócio se baseia no conhecimento gerado em universidades. A Luzitin, empresa criada há dois anos, desenvolve investigação no desenvolvimento de uma nova solução para o tratamento do cancro.

Público, 22/11/2012

- 2.1 Explica a ligação entre investigação e inovação.
- 2.2 Como desenvolveu a empresa, de acordo com a notícia, o investimento em investigação?
- 2.3 Relaciona investimento em investigação, inovação e desenvolvimento.

GRUPO III

1. Analisa os gráficos relativos ao crédito concedido em Portugal, em dezembro de 2011.



1.1 Analisa os gráficos apresentados, explicitando:

- os agentes económicos que mais beneficiaram do crédito concedido;
- o destino dado ao crédito;
- os ramos de atividade económica que mais crédito absorveram.

1.2 Explica a importância do crédito para os agentes económicos.

2. Considera o exemplo seguinte:

A empresa X, do ramo do comércio de eletrodomésticos, recebeu um empréstimo no valor de 45 mil euros do banco de que é cliente, tendo apresentado uma fiança como garantia. O juro acordado foi a uma taxa de 5% ao ano. Com o dinheiro recebido, a empresa irá proceder a obras de ampliação no estabelecimento e a modernização de alguns equipamentos.

- A situação referida enquadra-se no recurso ao autofinanciamento? Justifica a resposta.
- Calcula o juro a pagar pela empresa ao fim de um trimestre.
- A taxa de juro é ativa ou passiva? Justifica a resposta.
- Classifica a garantia prestada.
- Qual o tipo e função do investimento a realizar pela empresa?

3. O quadro que se segue mostra o peso das várias aplicações financeiras feitas pelos aforradores portugueses.

Repartição das aplicações financeiras feitas pelos portugueses, em 2012	
Depósitos a prazo	58%
Depósitos à ordem	13%
Ações, obrigações e fundos	13%
Planos de pensões	10%
Outras	6%

Proteste-Investe, outubro de 2012

- 3.1 Poder-se-á afirmar que o aforrador português apresenta um perfil essencialmente conservador, pouco atraído pelo risco? Justifica a resposta com os valores adequados.
- 3.2 Identifica as aplicações que oferecem maior rendibilidade e risco.
- 3.3 No contexto económico, distingue uma ação de uma obrigação.

COTAÇÕES DO TESTE DE AVALIAÇÃO 7

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 5	6 pontos cada	30
Grupo II	1.1	10	
	1.2	15	
	1.3	10	
	1.4	6	
	2.1	10	
	2.2	5	
	2.3	14	70
Grupo III	1.1	15	
	1.2	10	
	2.1	10	
	2.2	10	
	2.3	10	
	2.4	5	
	2.5	10	
	3.1	13	
	3.2	5	
	3.3	12	100
Total			200 pontos

Teste global 1

Final do 1.º período

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. A realidade social pode ser estudada segundo perspetivas diferentes porque
 - (A) a realidade social é económica e política.
 - (B) a realidade social se encontra regulamentada.
 - (C) a realidade social é complexa e pluridimensional.
 - (D) a realidade social se encontra compartimentada.
2. A Economia é a «ciência das escolhas», porque os recursos
 - (A) são escassos face às necessidades primárias.
 - (B) são escassos face às necessidades não económicas.
 - (C) são escassos face às necessidades complementares.
 - (D) são escassos face às necessidades ilimitadas.
3. A racionalidade está relacionada com o facto de
 - (A) se ter de sacrificar uma alternativa face à escassez dos recursos.
 - (B) se ter de administrar de uma forma eficiente os recursos ilimitados.
 - (C) se ter de gerir de uma forma eficiente os recursos que são escassos.
 - (D) se ter de adequar os recursos às necessidades das famílias.
4. Constituem atividades económicas
 - (A) o consumo, as Empresas Financeiras e a produção.
 - (B) a produção, a distribuição e os consumidores.
 - (C) o consumo, as Empresas Financeiras e as Famílias.
 - (D) a produção, o consumo e a distribuição.
5. A saciabilidade é uma característica das necessidades.
 - (A) Esta afirmação é falsa porque é necessário satisfazer as necessidades pois a sua não satisfação põe em causa a vida.
 - (B) Esta afirmação é verdadeira porque as necessidades podem ser satisfeitas por diversos bens que satisfazem a mesma necessidade.
 - (C) Esta afirmação é falsa porque as necessidades são múltiplas não existindo quaisquer limites para a sua satisfação.
 - (D) Esta afirmação é verdadeira porque a intensidade sentida diminui à medida que vamos satisfazendo a necessidade.

6. O critério que permite classificar o consumo como consumo final ou como consumo intermédio é
- (A) o da finalidade do consumo.
 - (B) o do autor do ato de consumo.
 - (C) o do beneficiário do consumo.
 - (D) o da responsabilidade do consumidor.

7. Numa determinada família, as despesas de consumo repartem-se pelas seguintes rubricas.

Rubricas	Despesas (em euros)
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	12 000,00
Bebidas alcoólicas e tabaco	1 800,00
Vestuário e calçado	5 400,00
Saúde	3 000,00
Transportes	6 000,00
Lazer, recreação e cultura	3 780,00
Outros bens e serviços	28 020,00

Os coeficientes orçamentais das rubricas «Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas» e «Vestuário e calçado» são respetivamente

- (A) 0,20 e 0,09.
 - (B) 20% e 9%.
 - (C) 42% e 19%.
 - (D) 12 000 e 5400.
8. A Lei de Engel enuncia que
- (A) quanto maior for o rendimento de uma família maior é a proporção do rendimento gasto em despesas de alimentação.
 - (B) quanto menor for o rendimento de uma família menor é a proporção do rendimento gasto em despesas de alimentação.
 - (C) quanto menor for o rendimento de uma família maior é a proporção do rendimento gasto em despesas de alimentação.
 - (D) quanto menor for o rendimento de uma família maior é a proporção do rendimento gasto em despesas de lazer, recreação e cultura.
9. Uma taxa de desemprego de 15% relativa a uma população ativa de 5000 milhares de pessoas e a uma população total de 10 000 milhares significa que o número de pessoas desempregadas é
- (A) 750 milhares.
 - (B) 1500 milhares.
 - (C) 75 000 milhares.
 - (D) 150 milhares.

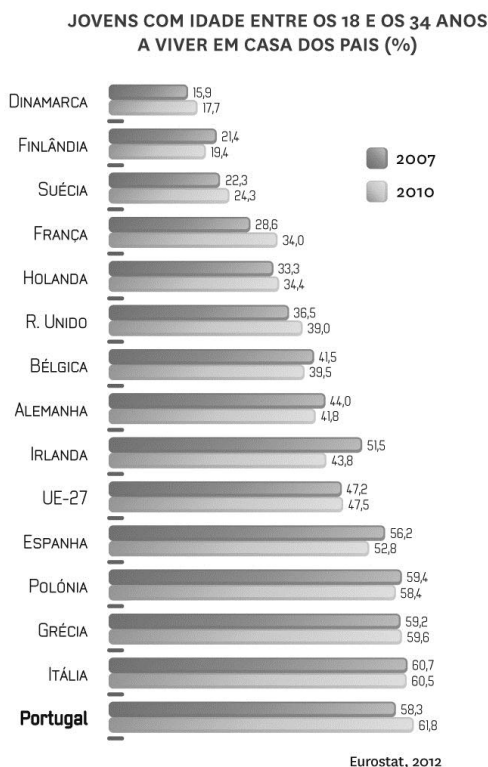
10. A diminuição do custo unitário ou médio de um bem resultante do aumento das quantidades produzidas diz respeito
- (A) à produtividade marginal decrescente.
 - (B) à Lei dos Rendimentos Decrescentes.
 - (C) à complementaridade dos bens de produção.
 - (D) à lei das economias de escala.

GRUPO II

1. Observa o gráfico ao lado e lê o texto.

O marasmo económico da Zona Euro tem-se traduzido por uma subida acentuada do desemprego e são os jovens que estão a pagar um tributo muito elevado, apesar do nível educacional ter aumentado nos últimos anos.

Hors-Série, N.º 94, 4.º Trimestre de 2012
(adaptado)



- 1.1 Apresenta com base no gráfico:
- a. os cinco países com percentagem de jovens a viver em casa dos pais superior à média da UE a 27, em 2010.
 - b. os cinco países que sofreram um maior incremento de jovens a viver em casa dos pais no período considerado.
- 1.2 Interpreta os valores relativos a Portugal no contexto dos países da UE.
- 1.3 Justifica, com base no gráfico e no texto, três ciências sociais a que recorrerias para estudar a autonomia da juventude na União Europeia.
- 1.4 Identifica a atitude metodológica necessária ao estudo do fenómeno social – autonomia da juventude na União Europeia.
- 1.5 Relaciona o conteúdo do texto com o conceito de racionalidade.

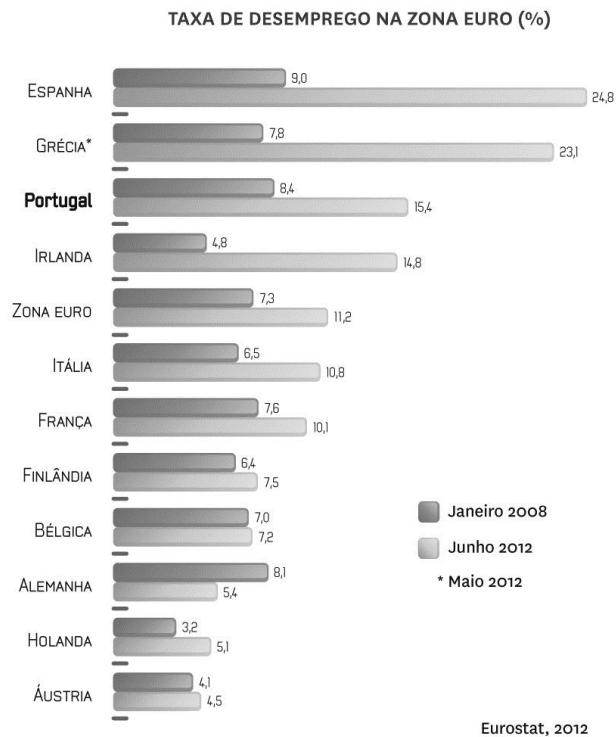
GRUPO III

1. Em 1979, a Sony lança o *walkman*; em 1980 o Minitel entra nas casas europeias; em 1983, o primeiro telemóvel da Motorola aparece nos EUA. Estas inovações são emblemáticas das transformações do consumo de massas destas três últimas décadas.

Alternatives Économiques, n.º 295

- 1.1 Apresenta uma noção de sociedade de consumo, a partir do texto anterior.
- 1.2 Explica em que consiste a responsabilidade social dos consumidores.

2. Observa o gráfico que se segue.



- 2.1 Interpreta o valor da taxa de desemprego registada em Portugal em 2012.
- 2.2 Apresenta com base no gráfico:
 - a. os cinco países com maior taxa de desemprego em 2012;
 - b. os cinco países que sofreram um maior incremento do desemprego no período considerado.
- 2.3 Expõe duas causas do desemprego.

3. Certos custos do fabricante de pizzas como os da farinha variam em função do número de pizzas produzidas, enquanto outros custos são independentes como os que dizem respeito à compra de fornos ou à utilização dos locais.

M. Montoussé e I. Waquet, *Microéconomie*, Bréal, 2004 (adaptado)

- 3.1 Dá uma noção de custos de produção, a partir da afirmação.
- 3.2 Identifica na afirmação custos fixos e custos variáveis.
- 3.3 Identifica na afirmação um consumo intermédio.
- 3.4 Refere o que aconteceria à produtividade marginal, numa primeira fase, se fossem introduzidas na empresa de pizzas novas unidades de trabalho.
- 3.5 Justifica o facto da curva dos rendimentos marginais ser primeiro crescente e, numa segunda fase, decrescente.

COTAÇÕES DO TESTE GLOBAL 1

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	10 questões	5 pontos cada	50
Grupo II	1.1	10	
	1.2	8	
	1.3	15	
	1.4	7	
	1.5	10	50
Grupo III	1.1	12	
	1.2	8	
	2.1.	10	
	2.2.	10	
	2.3	10	
	3.1	7	
	3.2	10	
	3.3	5	
	3.4	16	
	3.5	12	100
Total			200 pontos

Teste global 2

Final do 2.º período

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. A Economia é uma ciência social. Esta afirmação é
- (A) verdadeira, porque estuda os fenómenos sociais.
 - (B) falsa, porque não é possível estudar fenómenos sociais.
 - (C) verdadeira, porque estuda fenómenos económicos.
 - (D) falsa, porque os fenómenos sociais não podem ser estudados cientificamente.

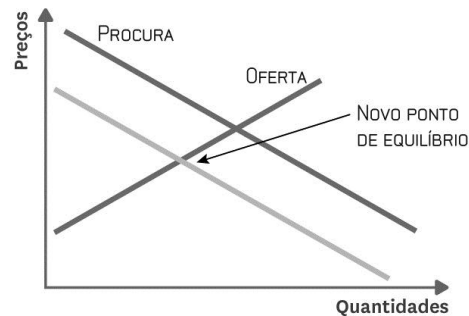
2. Observa o quadro seguinte.

Famílias	X	Y
Despesas de consumo (u.m.)	800	1200
Despesas com a alimentação e bebidas não alcoólicas (u.m.)	200	-----

De acordo com o quadro acima, representativo das despesas familiares no país ABC, e sabendo que a família Y tem um rendimento superior, pode-se afirmar que o coeficiente orçamental relativo à alimentação e bebidas não alcoólicas da família Y é

- (A) superior a 25%.
 - (B) inferior a 25%.
 - (C) igual a 25%.
 - (D) igual ao da família X.
3. O açúcar e o adoçante dizem-se bens substitutos. Esta afirmação é
- (A) verdadeira, porque os seus preços são semelhantes.
 - (B) falsa, pois não satisfazem de modo semelhante a mesma necessidade.
 - (C) verdadeira, porque satisfazem de modo semelhante a mesma necessidade.
 - (D) falsa, porque têm características muito diferenciadas.
4. Sabendo que a população total de um país é de 10 milhões de indivíduos, que a população ativa é 60% da população total e a taxa de desemprego é de 10%, então o número de desempregados é de
- (A) 600 mil.
 - (B) 6 milhões.
 - (C) 1 milhão.
 - (D) 1000 milhões.

5. Construção, água, gás e eletricidade são ramos da atividade económica que
- (A) se registam no setor I.
 - (B) se registam no setor II.
 - (C) se registam no setor III.
 - (D) não se registam em nenhum dos setores de atividade económica.
6. Quando os trabalhadores recebem os seus salários por transferência bancária, estamos na presença de
- (A) moeda metálica.
 - (B) moeda fiduciária.
 - (C) moeda-papel.
 - (D) moeda desmaterializada.
7. A taxa de inflação homóloga fixou-se nos 2,1%, em outubro de 2012, menos 0,8% do que em setembro. Esta afirmação significa que
- (A) os preços subiram de setembro para outubro de 2012.
 - (B) a taxa de inflação média em 2012 foi de 2,1%.
 - (C) os preços subiram 2,1% em outubro de 2012, relativamente a outubro de 2011.
 - (D) os preços subiram 2,1% em outubro de 2012, relativamente a setembro de 2012.
8. De acordo com o gráfico seguinte, o novo ponto de equilíbrio, deveu-se a



- (A) um aumento do rendimento disponível dos consumidores.
 - (B) um aumento da oferta dos produtores.
 - (C) ao aparecimento no mercado de um bem substituto mais barato.
 - (D) à adoção de tecnologia mais produtiva.
9. A diferença entre o rendimento e o consumo designa-se por
- (A) investimento.
 - (B) poupança.
 - (C) entesouramento.
 - (D) depósitos bancários.
10. O investimento em formação de pessoal e o investimento em novo equipamento tecnológico é, respetivamente,
- (A) investimento direto.
 - (B) investimento externo indireto.
 - (C) investimento material e imaterial.
 - (D) investimento imaterial e material.

GRUPO II

1. O texto do INE refere-se ao indicador económico PIB por habitante.

Em 2011:

O Produto Interno Bruto por habitante, a preços constantes de 2006, era de 15 062,09 euros. Este valor representa um decréscimo de 1,7% face ao verificado no ano anterior.

Por outro lado, o consumo final das Famílias registou, igualmente, um decréscimo de 0,1%, face ao ano anterior.

A taxa de variação média anual do Índice de Preços ao Consumidor situou-se em 3,65%. No ano anterior esta taxa tinha sido de 1,40%.

Destaque, INE, 27/12/2012

1.1 Define o conceito de PIB por habitante.

1.2 Explicita o significado do conceito Índice de Preços no Consumidor.

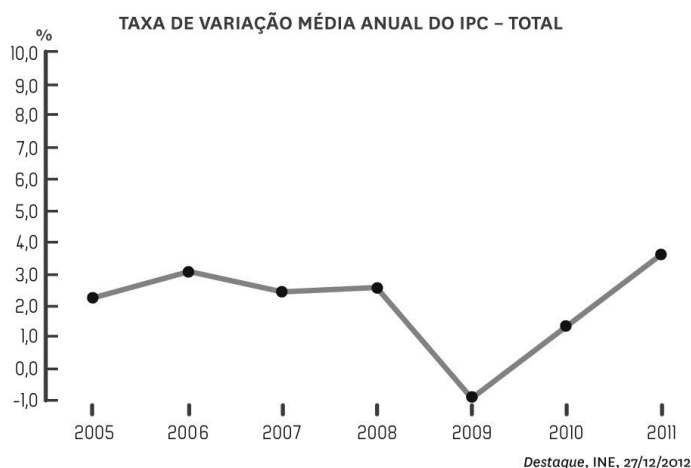
1.3 Relaciona a primeira afirmação do texto com o nível de vida.

1.4 O consumo final das famílias registou um decréscimo face ao ano anterior.

1.4.1 Indica dois fatores (um económico e outro não económico) que possam influenciar o consumo.

1.4.2 Justifica a afirmação acima com base no conteúdo do texto.

2. Observa o gráfico seguinte.



2.1 Dá uma noção de inflação.

2.2 Explicita uma causa da inflação.

2.3 Selecciona, no gráfico apresentado, um período de desinflação e outro de deflação.

3. O Estado tem por função redistribuir o rendimento. Para tal, necessita de receitas para fazer face às despesas necessárias.

3.1 Indica a principal fonte de receitas do Estado.

3.2 Distingue, no essencial, impostos diretos de impostos indiretos.

3.3 Explica de que modo a política fiscal pode ser um instrumento de equidade social.

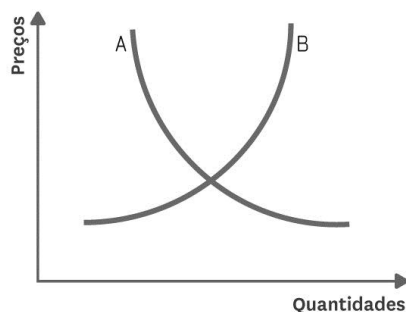
3.4 Calcula o rendimento disponível dos particulares, em 2011.

Rendimento disponível dos particulares, 2011 (milhões de euros – valores arredondados)	
Remunerações do trabalho	86
Rendimentos de empresas e propriedade	38
Transferências correntes	40
Impostos diretos	11
Contribuições para a Segurança Social	27

Relatório do Banco de Portugal, INE, 2011

GRUPO III

1. Observa as seguintes curvas da oferta e da procura.



1.1 Identifica as curvas A e B.

1.2 Indica no gráfico o ponto de equilíbrio, precisando o seu significado.

1.3 Supõe que na economia em questão, se verificou uma contração do rendimento disponível.

1.3.1 Representa uma nova curva da procura correspondente à situação descrita atrás.

1.3.2 Explica como reagiria a oferta e qual o novo preço de equilíbrio.

2. Caracteriza o mercado de concorrência perfeita, quanto ao número de consumidores e produtores, quanto ao tipo de bens e quanto ao poder dos intervenientes sobre a fixação dos preços.

COTAÇÕES DO TESTE GLOBAL 2

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 10	5 pontos cada	50
Grupo II	1.1	5	
	1.2	10	
	1.3	10	25
	1.4.1	4	
	1.4.2	16	20
	2.1	10	
	2.2	10	
	2.3	10	30
	3.1	5	
	3.2	10	
	3.3	10	
	3.4	15	40
Grupo III	1.1	2	
	1.2	8	
	1.3.1	10	
	1.3.2	10	
	2	5	35
Total			200 pontos

Teste global 3

Final do 3.º período

Nome _____ Ano _____ Turma _____ N.º _____ Data _____

GRUPO I

As questões que se seguem são de escolha múltipla. Das quatro respostas (A a D), apenas uma está correta. Assinala-a com X.

1. A Economia analisa a realidade sob o ponto de vista das escolhas. A afirmação é

- (A) verdadeira, pois a dimensão económica da vida resulta das decisões que as pessoas tomam.
- (B) falsa, pois a realidade económica impõe-se às pessoas.
- (C) verdadeira, pois tudo na vida é uma escolha.
- (D) falsa, pois as decisões humanas não têm relação com a Economia.

2. As necessidades constituem o fundamento da Economia. A afirmação é

- (A) falsa, pois o lucro comanda todas as decisões económicas.
- (B) verdadeira, pois todos os seres humanos têm necessidades.
- (C) verdadeira, pois a Economia existe para satisfazer as necessidades.
- (D) falsa, pois a Economia não pode satisfazer todas as necessidades.

3. É consumo intermédio

- (A) a utilização de manteiga para fazer as sandes para a praia.
- (B) o uso de farinha no fabrico de um bolo para o lanche.
- (C) a utilização de combustível pelos autocarros.
- (D) o uso de água na rega do jardim.

4. São capital circulante,

- (A) os automóveis utilizados pelas empresas de táxis.
- (B) o açúcar e os ovos utilizados na confeção do arroz doce.
- (C) os instrumentos de trabalho utilizados na produção.
- (D) as matérias-primas utilizadas na padaria.

5. Da população inativa fazem parte

- (A) militares de carreira, estudantes, reformados e donas de casa.
- (B) os reformados, estudantes e donas de casa.
- (C) os indivíduos com ocupação, reformados, estudantes e donas de casa.
- (D) os desempregados, estudantes, reformados e donas de casa.

6. A produtividade mede
- (A) a relação entre a produção e os fatores produtivos utilizados.
 - (B) a relação entre a produção e o lucro obtido.
 - (C) a diferença entre a produção e os custos.
 - (D) a diferença entre a produção obtida e os fatores produtivos utilizados.
7. O papel-moeda significa
- (A) que as notas podem ser convertíveis em ouro e prata nos bancos.
 - (B) que a moeda é representativa do ouro e prata existente nos bancos.
 - (C) que a moeda é inconvertível e circula com base na confiança do público.
 - (D) que a moeda é inconvertível e circula por imposição do Estado.
8. Num mercado de concorrência perfeita, mantendo-se tudo o resto constante, um deslocamento ao longo da curva da procura do bem X é resultado do
- (A) preço do bem X.
 - (B) preço dos bens sucedâneos.
 - (C) rendimento das famílias.
 - (D) preço das matérias-primas.
9. Numa situação de desinflação
- (A) os preços da generalidade dos bens diminuem.
 - (B) a inflação é negativa.
 - (C) os preços crescem a um menor ritmo.
 - (D) os preços de alguns bens descem.
10. As taxas de juro passivas
- (A) são cobradas pelos bancos e são de valor inferior às taxas ativas.
 - (B) são pagas pelos bancos e são de valor inferior às taxas ativas.
 - (C) são pagas pelos bancos e são de valor superior às taxas ativas.
 - (D) são cobradas pelos bancos e são de valor superior às taxas ativas.

GRUPO II

1. O país X apresenta os seguintes valores relativos à sua população.

População residente: 30 milhões

População ativa: 16 milhões

Taxa de desemprego: 10%

Produto do país: 288 mil milhões de unidades monetárias

Determina (apresentando os cálculos efetuados):

- 1.1 A taxa de actividade.
- 1.2 O número de desempregados.
- 1.3 A produtividade por trabalhador empregado.

2. Considera os seguintes valores de produção de batatas de uma empresa agrícola.

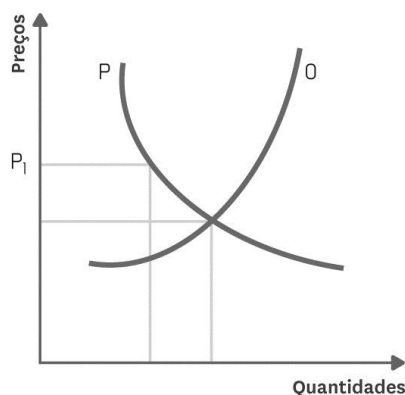
Capital	N.º trabalhadores	Produção de batatas (ton.)	Produtividade marginal
100 ha 2 tratores	10	30	
	11	32	
	12	35	
	13	37	
	14	38	

2.1 Calcula a produtividade marginal.

2.2 Qual a combinação ótima dos fatores produtivos? Justifica a tua resposta.

2.3 Explica a evolução da produtividade marginal, com base na Lei dos Rendimentos Decrescentes.

3. Observa a figura relativa ao mercado do bem X.



3.1 Seleciona a afirmação verdadeira:

- (A) Em P_1 , a quantidade procurada é superior à quantidade oferecida.
- (B) O equilíbrio de mercado estabelece-se a um preço inferior a P_1 .
- (C) O preço de equilíbrio é P_1 .
- (D) Ao preço P_1 as empresas vendem mais produto.

3.2 Explica o que acontecerá à curva da procura se ocorrer um aumento do rendimento das famílias.

GRUPO III

1. A Zon e a Optimus vão avançar com o projeto de fusão das suas operações na área das telecomunicações e dar origem à anunciada «Zonaecom». O projeto de fusão reforça a concorrência à líder PT.

Expresso, 22/12/2012

1.1 Relaciona o conteúdo da notícia com o processo de concentração empresarial.

1.2 Explicita a finalidade do projeto de fusão.

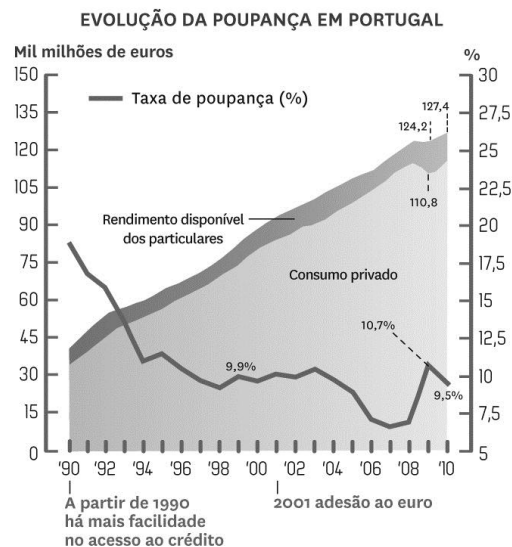
1.3 Os consumidores são beneficiados com a fusão? Justifica a tua resposta.

2. Lê o texto que se segue e observa o gráfico.

Fomos heróis do máximo de poupança do mundo nos anos 60 e 70, orgulhámo-nos muito disso, mas isso era um sinal de subdesenvolvimento. Era sinal de um país que não tinha crédito ao consumo, que não tinha crédito para quase nada e que não tinha Segurança Social para todos e, por isso, as pessoas ou poupavam ou estariam desgraçadas.

João César das Neves, *Oje*, 31/10/2012

- 2.1 Faz um breve comentário ao texto.
- 2.2 Estabelece a relação entre os indicadores representados no gráfico e o conteúdo do texto.
- 2.3 Explicita o papel do crédito no bem-estar das famílias.
- 2.4 Explica a importância de um sistema de Segurança Social universal.



Séries Trimestrais Banco de Portugal, *Boletim Económico de Verão 2011*, Expresso 29/10/2011

COTAÇÕES DO TESTE GLOBAL 3

Grupos	Questões	Cotação	Total
Grupo I	1 a 10	5 pontos cada	50
Grupo II	1.1	5	
	1.2	10	
	1.3	10	
	2.1	5	
	2.2	10 (5 + 5)	
	2.3	10	
	3.1	5	
	3.2	10	65
Grupo III	1.1	10	
	1.2	10	
	1.3	10	
	2.1	20	
	2.2	15	
	2.3	10	
	2.4	10	85
Total			200 pontos

Soluções dos testes de avaliação

TESTE DE AVALIAÇÃO 1 – UNIDADE 1 p. 34

GRUPO I

1. C 2. D 3. A 4. B 5. D

GRUPO II

- 1.1 Escassez consiste na falta de recursos (que estão disponíveis de uma forma limitada) para a satisfação das necessidades que são ilimitadas.
- 1.2 A Economia é uma ciência social, porque estuda os fenómenos sociais, o que decorre da vida social, ou seja, o *comportamento humano*, tal como as outras ciências sociais. Só que cada uma delas estuda os fenómenos sociais a partir da sua própria perspetiva.
- 1.3 O objeto de estudo da Economia é o problema económico, ou seja, que necessidades satisfazer face à escassez de recursos, isto é, a Economia estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm utilizações diferentes como é referido no texto. Por isso é que a Economia é denominada a «ciência das escolhas».
- 2.1 A pobreza é um fenómeno social porque decorre da vida em sociedade. É uma construção social e, como tal, essa realidade pode ser modificada, como é o facto de os jovens serem afetados com o défice de trabalho digno e emprego de baixa qualidade.
- 2.2 Dois fenómenos sociais para além da pobreza poderão ser, entre outros, a educação ou o desporto.
- 2.3 A Economia estuda a dimensão económica do fenómeno social – pobreza, ou seja, a relações entre pobreza e produção, consumo, distribuição, acumulação e repartição dos rendimentos. A pobreza reduz o consumo, com implicações na distribuição, na produção (que também não escoia para o mercado o que leva a mais falências e mais desemprego, originando pobreza), menor acumulação e uma repartição dos rendimentos mais assimétrica.
- 2.4 A Matemática e a Estatística são muito importantes na quantificação dos fenómenos sociais, permitindo observar, compreender, analisar, explicar e prever quantitativamente os comportamentos humanos, como se pode verificar no gráfico relativo à percentagem da taxa de pobreza.
- 2.5 A taxa de pobreza verificada em Portugal em 2010 atingiu 18% o que quer dizer que 18% da população vive abaixo do limiar da pobreza que corresponde 60% do rendimento mediano de Portugal, em 2010, (o valor mediano separa a metade inferior da amostra da metade superior, isto é, valor que divide a população em duas partes, a metade que ganha mais e a outra metade que ganha menos).
- 2.6 Os sete países da UE a 15 que registaram em 2010 uma maior taxa de pobreza foram os seguintes: Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Reino Unido, Irlanda e Alemanha.
- 2.7 A taxa de pobreza registada em Portugal (18%) é superior à média dos outros países da UE a 15 que, em 2010, atingiu 16,2%, isto é, havia 16,2% de pessoas, em média, nos 15 países da UE que viviam abaixo do limiar da pobreza que corresponde a 60% do rendimento mediano. É de salientar que 60% do rendimento mediano da média dos 15 países da UE é muito superior ao rendimento mediano de Portugal.
- 2.8 A vulnerabilidade da juventude no que respeita à pobreza é muito elevada. De acordo com os valores do gráfico, podemos constatar que a taxa de pobreza aumentou, de 2004 para 2010, em todos os países representados e que, de acordo com o texto «os jovens são afetados desproporcionadamente com o défice de trabalho digno e empregos de baixa qualidade» o que evidencia um elevado desemprego juvenil, bem como uma grande precariedade no mercado de trabalho. Esta situação origina um elevado risco de pobreza na juventude devido ao desemprego, salários baixos, empregos informais como é referido no texto «pobreza no trabalho, baixos salários e/ou situação no emprego, incluindo a incidência da informalidade.»

GRUPO III

- 1.1 Agente económico é toda a entidade autónoma com capacidade para realizar operações económicas, tomando decisões e com capacidade para deter valor económico. A afirmação ao referir as motivações económicas da formação e funcionamento das famílias está a integrar a capacidade deste agente económico para decidir, possuir valor e realizar operações económicas. A função principal do agente Famílias (que é consumir) está associada ao «seu contributo decisivo para a sobrevivência e o bem-estar das sociedades humanas.»
- 1.2 Os outros agentes económicos para além das Famílias são: as Empresas Não Financeiras, as Instituições Financeiras, o Estado e o Resto do Mundo.
- 1.3 O objeto da Economia é a dimensão económica da realidade social, ou seja, o facto de Gary Becker ter trazido «a Família para o corpo central da ciência económica» bem como «as motivações económicas» das Famílias.
- 1.4 A interdisciplinaridade é atitude metodológica indispensável para o estudo das Famílias que constituem um fenómeno social por decorrerem da vida em sociedade. Como fenómeno social total, complexo e pluridimensional, interessa a todas as ciências sociais só que a partir da perspetiva própria de cada uma delas, da sua terminologia, conceitos, método e teoria. Como vimos, a Economia interessa-se pela dimensão económica das Famílias; a Sociologia por exemplo, pelos diferentes tipos de famílias, relações dentro delas, papéis sociais das mães, pais, crianças e avós e a igualdade de género nas Famílias; e a História pela evolução das Famílias e pela vida privada ao longo dos tempos, por exemplo. O contributo de cada ciência social é fundamental para o estudo mais aprofundado dos fenómenos sociais pois todas as ciências sociais são interdependentes e complementares entrando no objeto de estudo umas das outras.

TESTE DE AVALIAÇÃO 2 – UNIDADE 2 p. 37

GRUPO I

1. A 2. D 3. B 4. D 5. C

GRUPO II

- 1.1 Coeficiente orçamental é a relação entre as despesas de consumo de um bem ou classe de bens e o total das despesas de consumo.
- 1.2 Coeficiente orçamental relativo à alimentação e bebidas não alcoólicas da família X = 50%.
Coeficiente orçamental relativo à alimentação e bebidas não alcoólicas da família Y = 20%.
- 1.3 A Família Y, como se pode observar no quadro apresentado, tem um rendimento superior à Família X (4800 u.m. contra 1500 u.m.). A Lei de Engel vem confirmar esta situação, na medida em que o coeficiente orçamental relativo à alimentação da Família Y é inferior ao da Família X (20% contra 50%).
- 2.1 A Lei de Engel relaciona os coeficientes orçamentais da rubrica «Alimentação e Bebidas não Alcoólicas» com os rendimentos das Famílias, afirmando que quanto menor for esse coeficiente, maior será o rendimento das famílias.
- 2.2 O rendimento das famílias portuguesas entre 2005 e 2011 aumentou, conforme o enunciado na Lei de Engel.
3. Dois dos traços do padrão de consumo dos jovens portugueses poderão ser o gosto por *fast-food* e produtos inovadores de tecnologia elevada. Estes traços do comportamento de consumo dos jovens poderão ter como justificação o gosto pela inovação e tecnologia ou a moda.

GRUPO III

- 1.1 O fator económico, referido na notícia, que está a influenciar o consumo dos bens produzidos pela empresa Silvex é a inovação.
- 1.2 A inovação pode ser potenciadora de consumo, na medida em que novos produtos com outras qualidades apresentam vantagens competitivas relativamente a produtos mais antiquados.
- 1.3 Dois fatores não económicos que possam influenciar o consumo poderão ser a moda ou a tradição, por exemplo.
- 1.4 A notícia refere-se ao comportamento inovador de uma empresa portuguesa produtora de embalagens de plástico e película aderente – a Silvex. Esta empresa, também voltada para o mercado externo, tem apostado em novos bens amigos do ambiente, como é referido na notícia, investindo em pesquisa e produção de plásticos biodegradáveis para uso na agricultura, num trabalho com outros países. A Silvex é um exemplo de responsabilidade ambiental e os consumidores dos seus produtos, exemplos de consumidores com ética.

GRUPO IV

- 1.1 Os dois padrões de consumo referidos no texto são o *fast-food* (hambúrguer e pizzas, por exemplo), modelo de consumo de há uma década atrás, e o consumo com base em produtos naturais (sopas e saladas, por exemplo), que, atualmente, vai substituindo o modelo anterior.
- 1.2 Dois dos fatores suscetíveis de influenciar o consumo são, como refere o texto, a moda pela *fast-food* (modelo importado de outros países) e o preço (ainda como fator de constrangimento para novos modelos de consumo).
- 1.3 O consumo é um fenómeno social total porque se refere a práticas sociais influenciadas por fatores diversos.
Como o texto refere, há cerca de uma década atrás, a alimentação das famílias era influenciada por padrões de consumo estrangeiros (hambúrguers e pizzas, por exemplo), correspondendo a desejos de identificação com sociedades mais ricas. No entanto, com a crise económica e os novos modelos de alimentação saudável, os portugueses desviaram-se da *fast-food* e têm optado por «comer saudável». A Sociologia e a Psicologia são duas das ciências que se poderiam pronunciar sobre esta situação. No entanto, a ciência económica tem, igualmente, uma «palavra a dizer» já que os preços continuam a constituir um fator de grande influência sobre as decisões de consumo.
Em síntese, poder-se-á afirmar que o consumo é um fenómeno social de grande complexidade e, para a sua compreensão, necessita de uma abordagem interdisciplinar.

TESTE DE AVALIAÇÃO 3 – UNIDADE 3 p. 40

GRUPO I

1. B 2. A 3. C 4. A 5. D

GRUPO II

1.1

- a. A taxa de atividade: $\frac{\text{População ativa}}{\text{População residente}} \times 100 = 50\%$
- b. A população inativa: $\text{População residente} - \text{População ativa} = 6 \text{ milhões}$
- c. O número de desempregados:

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{\text{N.º desempregados}}{\text{População ativa}} \times 100$$

$$5 = \frac{\text{N.º desempregados}}{6\,000\,000} \times 100$$

$$\text{N.º desempregados} = 300\,000$$

$$\text{d. A produtividade por trabalhador} = \frac{\text{Produto}}{\text{N.º trabalhadores}}$$

$$\begin{aligned}\text{N.º Trabalhadores} &= \text{População ativa} - \text{Desempregados} \\ &= 6\,000\,000 - 300\,000 \\ &= 5\,700\,000\end{aligned}$$

$$\text{Produtividade} = \frac{570 \text{ milhões de u.m.}}{5,70 \text{ milhões}} = 100$$

- 1.2 Uma taxa de desemprego de 5% significa que em cada 100 elementos da população ativa estão 5 desempregados.
2. Desemprego tecnológico é o desemprego resultante da inadaptação do trabalhador às novas tecnologias por insuficiente qualificação ou incapacidade física, por exemplo; ou simplesmente o desemprego resultante da evolução tecnológica.
3. A formação ao longo da vida, ao (re)qualificar os trabalhadores, preparando-os para novos desempenhos, poderá ser um fator de adaptação permanente às novas exigências profissionais, afastando, deste modo, o desemprego por insuficiência de qualificação para o posto de trabalho.

GRUPO III

1.1

Quantidade produzida (milhares de unidades)	Custos fixos (u.m.)	Custos variáveis (u.m.)	Custos totais (u.m.)	Custos totais médios /unitários (u.m.)
5	30	50	80	16,0
7	30	80	110	15,7
10	30	120	150	15,0
15	30	180	210	14,0
20	30	290	320	16,0

- 1.2 O nível de produção ótima para a Empresa X é de 15 unidades porque é o valor que corresponde ao menor custo de produção unitário (14 u.m.)
- 1.3 A produção a partir da qual a Empresa X tem economias de escala é 5000 unidades.
- 1.4 Porque a partir das 5000 unidades, os custos por unidade produzida já diminuem.
- 1.5 A Empresa X começa a ter deseconomias de escala entre a produção da 16.ª unidade e a 20.ª unidade.
- 1.6 As economias de escala devem-se a poupanças que se conseguem obter com elevados níveis de produção, conseguindo-se poupar nos custos fixos, por exemplo; já as deseconomias de escala ocorrem quando o volume de produção excede determinado volume de produção, podendo ocorrer ineficiências ligadas à organização, por exemplo.

GRUPO IV

- 1.1 Segundo o gráfico, o Produto total está a decrescer desde 2010; o mesmo se verifica relativamente aos setores de atividade económica, à exceção da indústria que se mantém estabilizada. O ramo que apresenta maior queda é a construção, mas os serviços evidenciam, igualmente, uma quebra.
- 1.2 Portugal tem uma economia terciarizada porque é o setor terciário que mais contribui para o Produto, desde 1999.

GRUPO V

- 1.1 A Petratrex integra-se no setor secundário, isto é, nas indústrias têxteis/transformadoras.
- 1.2 Dois ramos de atividade económica integrados no mesmo setor poderão ser a construção e a produção e distribuição de gás, água e eletricidade.

- 1.3 A notícia refere-se ao sucesso de uma empresa nacional, famosa, entre outros produtos, pela produção de fatos de banho que associamos à vitória da Michael Phelps. É uma empresa essencialmente exportadora cujo sucesso se deve ao I&D que permite a inovação; para tal emprega 800 pessoas e subcontrata cerca de 1500.
Embora a notícia refira o contributo das empresa para vitórias olímpicas, o que se deve destacar são as causas dessa situação: a investigação e desenvolvimento em novos produtos – fator essencial para a competitividade empresarial.
- 2.1 A Comissão Europeia refere como critérios sociais e ambientais que os investidores e os empresários deverão respeitar: a qualidade do trabalho, o investimento socialmente responsável, as preocupações com o rótulo social, a ecoeficiência, o combate ao esbanjamento de energia e recursos naturais, etc.
- 2.2 São indicadores a ter em conta no desenvolvimento da atividade empresarial, dada a responsabilidade social e ambiental das empresas. De facto, o respeito pelo ambiente, combatendo uma produção que desperdice energia ou não satisfaça os requisitos de preservação dos recursos naturais e o ambiente, é, sem dúvida, uma excelente orientação para as empresas e os investidores.

TESTE DE AVALIAÇÃO 4 – UNIDADE 4 p. 44

Grupo I

1. C 2. D 3. C 4. A 5. D

Grupo II

- 1.1 Sim pois os estabelecimentos comerciais do ramo alimentar são em maior número dos que os não alimentar (1617 contra 1414), apresentam uma maior área de exposição média (1136 m² contra 1002 m²), têm, em média, maior número de pessoas ao serviço (42 contra 21) e apresentam um valor de vendas por estabelecimento (média) superior (6473 milhares de euros contra 3191 milhares de euros).
- 1.2 Estabelecimentos de comércio alimentar – hipermercados.
Estabelecimentos de comércio não alimentar – lojas de eletrodomésticos.
- 1.3 Comércio a retalho significa a venda de produtos à unidade, diretamente ao consumidor.
- 2.1 Um *retail* consiste num conjunto de lojas de média dimensão que partilham normalmente um parque de estacionamento. Este tipo de comércio localiza-se nas periferias dos grandes centros urbanos.
- 2.2 As vantagens da localização no centro da cidade, em loja de rua, são a maior proximidade com os clientes pois estes podem aceder com maior facilidade à loja, não tendo de se deslocar para a periferia da cidade e um atendimento mais personalizado, o que agrada mais ao consumidor pois este sente que as suas necessidades são melhor satisfeitas. A estas vantagens há que adicionar o estacionamento gratuito, o que facilita bastante o acesso à loja e às compras.
- 3.1 A notícia refere-se a um centro comercial que é um tipo de comércio que se caracteriza por ser uma grande superfície, com muitas lojas de variados ramos de comércio, entre as quais um hipermercado, vários espaços de restauração e diversão e parque de estacionamento subterrâneo.
- 3.2 Lojas âncora são lojas que funcionam como polos de atração para os consumidores.
- 3.3.1 *Franchising* é um tipo de comércio baseado num contrato em que uma das partes, o franchisador cede à outra parte, o francheado, o direito de utilização da sua marca, mediante o pagamento de uma contrapartida monetária.
- 3.3.2 Franchisador: alargar o mercado. Franchisado: comercializar marcas / produtos com notoriedade.

Grupo III

- 1.1 Moeda é um bem aceite por todos como intermediário nas trocas.
- 1.2 Moeda desmaterializada é moeda sem existência física. É constituída pela movimentação dos depósitos bancários.
- 1.3 Moeda metálica e notas.
- 1.4 A moeda que circula atualmente não é convertível em metal precioso, sendo a sua aceitação imposta pelos Estados: papel-moeda. O valor da moeda emitida é estabelecido pelos Estados.
- 2.1 $IPC\ 2012/2011 = \frac{\text{Cabaz de compras } 2012}{\text{Cabaz de compras } 2011} \times 100$
 $102 = \frac{\text{Cabaz de compras } 2012}{1800} \times 100$
 $\text{Cabaz de compras } 2012 = \frac{1800 \times 102}{100} = 1836$
 O cabaz de compras em 2012 custou 1836 euros
- 2.2 O nível de vida diminuiu pois verificou-se uma diminuição do poder de compra (– 0,7%), visto que o aumento de salários foi inferior ao aumento do custo de vida.
 $\text{Poder de compra} = \frac{\text{Índice de rendimentos}}{IPC} \times 100$
 $= \frac{101,3}{102} \times 100 = 99,3$
 O poder de compra diminuiu 0,7%.

- 3.1 Taxa de inflação homóloga significa a comparação do índice de preços no consumidor num mês com o mesmo mês do ano anterior (por exemplo, julho de 2012 com julho de 2011).
- 3.2 A recessão económica em que o país viveu desde meados de 2011, fruto da política de austeridade seguida, traduziu-se numa quebra da procura interna. Havendo menor procura, há uma menor pressão sobre os preços verificando-se, pelo contrário, uma descida dos preços, conforme a evolução da taxa de inflação mostra (do último trimestre de 2011 para o último trimestre de 2012, a taxa de inflação diminuiu de 4% para 2%).
- 3.3 Se a variação dos preços para 2013 corresponder à previsão, poder-se-á falar em desinflação que consiste no processo de menor crescimento dos preços.
- 4.1 Uma descida acentuada dos preços designa-se por deflação.
- 4.2 Numa situação de descida permanente dos preços, os consumidores irão adiar as suas compras na expectativa que os preços ainda desçam mais e os investidores irão também adiar os seus investimentos para uma altura em que os preços dos bens subam de forma a rentabilizarem as despesas efetuadas. Desta forma a recessão acentuar-se-á (menor consumo e menor investimento).

TESTE DE AVALIAÇÃO 5 – UNIDADE 5 p. 48

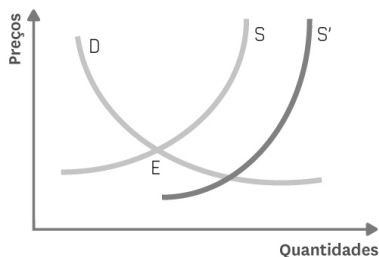
GRUPO I

1. A 2. B 3. D 4. C 5. D

GRUPO II

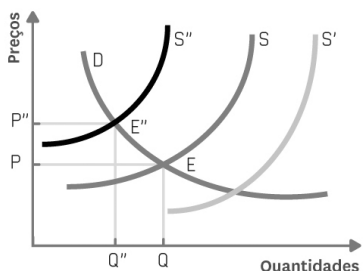
- 1.1 As curvas A e A' representam curvas da procura a curva B é uma curva da oferta.
- 1.2 Após a deslocação de A para A', o ponto de equilíbrio desloca-se de (6; 4) para (8; 5).
- 1.3 Um fator suscetível de deslocar a curva A para A' poderá ser um aumento do rendimento disponível dos consumidores que se traduz por desejar mais quantidades do bem ao mesmo nível de preços.
- 1.4 O novo ponto de equilíbrio significa que, no curto prazo, a oferta não consegue responder às novas solicitações dos consumidores e aumenta o preço do bem procurado.

2.1



2.2 A inovação tecnológica permitiu aumentos de produção e, consequentemente, mais oferta. S' corresponde a essa situação.

2.3 O novo ponto de equilíbrio situar-se-á em E'' na curva S'' . Ao preço inicial (p), a oferta não conseguirá colocar no mercado a mesma quantidade ($q'' < q$), devido ao aumento dos custos de produção.



3.1 O mercado monopolista caracteriza-se por ter inúmeras unidades do lado da procura (compradores/consumidores) e apenas uma unidade do lado da oferta (produtores/vendedores); os bens transacionados são homogêneos e o poder do monopolista sobre o preço é total, visto ser o único produtor.

3.2 O mercado monopolista distingue-se do mercado de concorrência monopolística pelo tipo de bens oferecidos, pelo poder sobre o preço e pelo número de unidades do lado da oferta.

O mercado de concorrência monopolística caracteriza-se por produzir bens diferenciados (pela marca, por exemplo), o que faz com que exista um tipo de «monopolismo» relativamente ao que diferencia os bens (no exemplo dado, será a marca). Haverá concorrência entre os produtores, no sentido de que competem entre si para conquistar o mercado (com a sua marca). Neste caso, o poder sobre o preço é algum, mas esta situação não é comparável com o monopólio, em que apenas há um produtor em situação de exclusividade que determina o preço do bem, o que lhe confere um poder total sobre a determinação do nível de preços.

3.3 Outro exemplo de um mercado de concorrência imperfeita poderá ser o oligopólio que se caracteriza por ter inúmeras unidades do lado da procura e apenas algumas do lado da oferta. Neste caso, o poder sobre o preço é grande mas não total, visto que os bens transacionados são semelhantes ou substitutos.

GRUPO III

1.1 O fator suscetível de influenciar a oferta dos bens de exportação, referidos no texto, é o preço (que depende dos custos com: a adaptação do produto ao mercado de exportação, o *marketing*, os transportes, as tarefas administrativas e os riscos cambiais).

1.2 Dois fatores suscetíveis de influenciar a procura dos bens poderão ser, para além do preço, o rendimento dos consumidores e a moda.

1.3 O segundo parágrafo do texto explica de que modo o preço pode jogar a favor ou contra a procura de um bem. Se, por um lado, um preço baixo joga a favor da quantidade vendida; por outro lado, um preço mais elevado, ao conferir a ilusão da qualidade, também pode fazer aumentar a procura, sobretudo em situações de concorrência limitada. Decidir o nível dos preços, como é referido no texto, é uma questão de estratégia.

2.1 As «regras do jogo» a que Milton Friedman se refere são a competição livre, sem interferências exteriores (Estado) ou situações de concorrência imperfeita, em que se tenha em conta os requisitos da concorrência perfeita como a liberdade de entrar e sair do mercado, a atomidade, a transparência do mercado, a mobilidade dos fatores produtivos e a homogeneidade dos bens.

3.1 Uma das vantagens de um processo de fusão poderá ser uma melhor gestão do novo grupo empresarial, tirando partido do seu potencial. Uma desvantagem poderá ser um excessivo poder no mercado dos bens e serviços produzidos.

TESTE DE AVALIAÇÃO 6 – UNIDADE 6 p. 51

GRUPO I

1. C 2. C 3. D 4. C 5. A

GRUPO II

1.1 O índice de Gini (nome de um matemático italiano) é um indicador, uma medida de desigualdade do rendimento, que varia entre 0 (igualdade absoluta: cada percentagem da população recebe a mesma percentagem de rendimento) e 100 (desigualdade absoluta – maior concentração dos rendimentos, maior desigualdade).

1.2 A curva de Lorenz, que é um diagrama que representa, por classes percentuais, a parte do rendimento que cabe a cada proporção da população, permitindo representar graficamente a desigualdade dos rendimentos, encontra-se relacionada com o índice de Gini. Este índice mede a relação entre a superfície compreendida entre a curva de Lorenz e a diagonal, por um lado, e a superfície total compreendida entre a diagonal e o eixo das abcissas, por outro.

Índice de Gini = Superfície compreendida entre a curva de Lorenz e a diagonal / Superfície total compreendida entre a diagonal e o eixo das abcissas * 100.

1.3 O valor do índice de Gini relativo a Portugal em 2008 foi $0,35 \times 100$, ou seja, corresponde a uma distribuição dos rendimentos distante de uma situação igualitária (que seria 0). Em Portugal, em 2008 existe desigualdade dos rendimentos uma vez que o valor do índice é 35.

1.4 A evolução do valor do índice de Gini em Portugal, entre 2000 e 2008, evidencia uma pequena redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos porque o valor do índice de Gini em 2000 ($0,36 \times 100 = 36$) era superior ao de 2008 ($0,35 \times 100 = 35$), pois quanto maior for o valor deste índice, maiores são as desigualdades.

1.5 Os países com um índice de Gini superior à média da OCDE em 2008, ou seja, superior a $0,32 \times 100 = 32$, foram: Itália, Reino Unido, Portugal e EUA. A Espanha apresentou em 2008 um valor semelhante ao da OCDE (média).

1.6 Os países que sofreram um aumento das desigualdades sociais entre 2000 e 2008, uma vez que o valor do índice de Gini aumentou, foram: a Dinamarca, Áustria, Suécia, Finlândia, Alemanha (todos estes países europeus com valores inferiores ao da média da OCDE) e os EUA.

1.7 Três fatores de desigualdade social poderão ser, entre outros, a propriedade dos meios de produção que possibilita, em geral, a obtenção de maiores rendimentos; o sexo, uma vez que as mulheres ganham em média menos que os homens e, por isso, também recebem pensões inferiores, sendo mais atingidas pela pobreza (quer em Portugal, quer na UE, por exemplo); e o nível educacional que origina, em geral, empregos mais bem pagos.

1.8 O índice de Gini (e a curva de Lorenz) apesar de quantificarem e representarem graficamente a desigualdade na repartição dos rendimentos, apresentam limitações porque, por exemplo, não incluem dados da economia informal, nem os rendimentos em espécie e não explicitam as origens e especificidades das diferenças encontradas. As medidas de desigualdade são construídas por cientistas sociais, inseridos em sociedades com valores, não sendo possível a total objetividade porque «dependem, com efeito, da opinião dos membros da sociedade no que respeita à justiça distributiva» como é referido no texto.

GRUPO III

- 1.1 Em 2012, a taxa de desemprego registada em Portugal (15,3%) era superior à da média da Zona Euro (10,9%). Enquanto em Portugal em cada 100 pessoas ativas 15,3 encontravam-se desempregadas, na Zona Euro, em média, por cada 100 pessoas ativas 10,9 encontravam-se no desemprego.
- 1.2 A situação da juventude em Portugal e na Zona Euro é de alguma vulnerabilidade relativamente à pobreza devido às altas taxas de desemprego. A taxa de desemprego juvenil (jovens com idade inferior a 25 anos) é superior à taxa de desemprego total em Portugal e na Zona Euro onde atinge 36,1% (por cada 100 jovens 36,1 encontram-se no desemprego) e 22,1% (por cada 100 jovens 22,1 encontram-se no desemprego), respetivamente. Estes valores são muito elevados – em Portugal, mais de 1/3 da juventude encontra-se desempregada! Conforme refere o texto «Os obstáculos que a juventude encontra no mercado de trabalho (...) origina um risco de pobreza superior ao das pessoas mais velhas e, (...) entrava a sua autonomia e liberdade de escolha.» De facto, a situação de grande precariedade em que se encontra a juventude nos países da Zona Euro (onde, claro, Portugal se inclui) e o desemprego sofrido por esta camada da população originam que esta categoria social (juventude) sofra uma forte exposição à pobreza.

- 2.1 A política que tem como instrumento os impostos é a política fiscal.
- 2.2 Enquanto os impostos diretos recaem (diretamente) sobre o rendimento dos contribuintes como, por exemplo, o IRS – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares ou o IRC – Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, os impostos indiretos incidem sobre a aplicação de uma taxa sobre um bem como é o caso do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado ou do IT – Imposto de Consumo sobre o Tabaco, entre outros.
- 3.1 Receitas públicas são os meios arrecadados pelo Estado para a realização das despesas públicas.
- 3.2 A finalidade das políticas de redistribuição dos rendimentos é a correção das assimetrias resultantes da repartição primária dos rendimentos.
4. O Estado deverá promover políticas de redistribuição dos rendimentos, pois a sua finalidade enquadra-se na redução do risco de pobreza da juventude. Através das políticas sociais, que têm como objetivos garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a meios que permitam a satisfação das necessidades básicas das pessoas e a prevenção da pobreza, o Estado deverá, através das prestações sociais e apoios técnicos, conceder os meios aos jovens desempregados para que não caiam em situações de pobreza.

TESTE DE AVALIAÇÃO 7 – UNIDADE 7 p. 54

Grupo I

1. C 2. A 3. B 4. B 5. D

Grupo II

- 1.1 Poupança é a parte do rendimento disponível não gasta em consumo imediato.
- 1.2 A taxa de poupança em Portugal apresenta, ao longo do período considerado, valores inferiores à média da taxa de poupança da Zona Euro. No entanto, a partir de 2009, a taxa de poupança dos portugueses tem-se aproximado da média da Zona Euro: em 2009 a taxa de poupança em Portugal atingiu o valor de 11%, contra 7 e 8% nos anos anteriores, ficando mais próxima da média da Zona Euro (15%). Nos anos de 2010 e 2011 a taxa de poupança em Portugal, e na Zona Euro baixou ligeiramente mantendo-se, a diferença de 4 pontos percentuais entre as mesmas.

- 1.3 A frase exprime duas motivações que estão na base da poupança realizada: uma resulta de um ato refletido e intencional das famílias, que decidiram não gastar no imediato a totalidade do seu rendimento disponível, colocando a parte não gasta em reserva, para utilizar no futuro; outra resultou mais das circunstâncias, ou seja, da crise económica do país que levou as famílias a poupar com medo do futuro, nomeadamente do desemprego.
- 1.4 Entesouramento, colocação financeira e investimento.
- 2.1 A inovação, ou seja, novos produtos, novos processos de produção e novas tecnologias só são possíveis com conhecimento, o que exige um trabalho de investigação desenvolvido em universidades e em laboratórios do Estado ou de empresas.
- 2.2 Uma das formas do investimento realizado pela Bluepharma em I&D foi a participação no capital de empresas inovadoras, cuja atividade se centra no conhecimento ligado às universidades, de que a Luzitin é exemplo.
- 2.3 O investimento em investigação ao permitir as inovações tecnológicas, que levam ao aparecimento de novos produtos e novos processos de produção, contribui para uma maior competitividade das empresas e da economia, originando um maior procedimento cuja distribuição contribuirá para uma melhoria dos níveis de vida.

GRUPO III

- 1.1 Os valores apresentados mostram que o crédito concedido beneficiou em primeiro lugar os Particulares (42%) e, em segundo lugar, as Sociedades Não Financeiras (34%). O principal destino do crédito foi, no caso dos Particulares, o crédito à habitação (81%) e dentro do crédito concedido às empresas, os ramos de atividade que absorveram maior percentagem do crédito concedido foi a construção (34%), seguido dos Outros (33%).
- 1.2 O crédito constitui um meio dos agentes económicos obterem os meios financeiros necessários à sua atividade. Sem crédito a grande maioria das famílias não poderia comprar habitação nem comprar bens duradouros de preço elevado, nem as empresas teriam os recursos suficientes para realizar os investimentos necessários à manutenção e aumento da sua capacidade produtiva. Em certos casos, o recurso ao crédito é essencial para o próprio funcionamento das empresas que, em virtude da quebra de vendas, não têm meios suficientes para pagar, por exemplo, aos fornecedores.
- 2.1 Não, pois a empresa ao pedir um empréstimo ao banco teve necessidade de financiamento, não tendo, assim, capacidade de financiamento.
- 2.2
$$\text{Juro} = \text{Capital} \times \text{taxa} \times \text{tempo}$$
$$= \frac{45\,000 \times 0,05}{4} = 562,50$$

O juro a apagar ao fim de 3 meses será de 562,50 euros
- 2.3 Sendo a taxa a pagar por um empréstimo cobrada pelo banco, é classificada como taxa de juro ativa.
- 2.4 A fiança é uma garantia pessoal.
- 2.5 O tipo de investimento é material e a função é de formação de novo capital.
- 3.1 Os valores do quadro permitem concluir que o aforrador português apresenta um perfil essencial conservador uma vez que os depósitos a prazo, produto que oferece grande segurança e portanto, risco praticamente nulo, representam 58% das aplicações financeiras da poupança.
- 3.2 Ações, obrigações e fundos de investimento
- 3.3 Enquanto uma ação representa uma parte do capital de uma empresa, sendo o seu titular chamado de acionista, uma obrigação representa um empréstimo concedido a uma empresa, sendo o titular designado por obrigacionista. No caso das ações, o titular tem o direito de receber uma parte dos lucros distribuídos pela empresa (dividendos), na proporção da quantidade de ações que possui, enquanto o titular de uma obrigação tem o direito a receber um juro e a ser reembolsado dentro do prazo fixado na emissão.

Soluções dos testes globais

TESTE GLOBAL 1 p. 58

GRUPO I

1. C 2. D 3. C 4. D 5. D 6. A 7. B 8. C 9. A 10. D

GRUPO II

- 1.1 Os cinco países com percentagem de jovens a viver em casa dos pais superior à média da UE a 27 são: Portugal, Itália, Grécia, Polónia e Espanha. Os cinco países que sofreram um maior incremento de jovens a viver em casa dos pais no período considerado são: França, Portugal, Reino Unido, Suécia e Dinamarca.
- 1.2 Portugal, no contexto dos países da UE, apresenta uma elevada percentagem de jovens com idade entre os 18 e os 34 anos a viver em casa dos pais – enquanto na UE a 27, em 2012, 47,5% dos jovens viviam em casa dos pais, em Portugal, no mesmo ano, essa percentagem era 61,8%. Em relação a 2007, enquanto que os países da UE a 27 sofreram um incremento muito baixo de cerca de 0,3%, o registado em Portugal foi muito superior.
- 1.3 Três ciências sociais a que recorreria para estudar a autonomia da juventude na União Europeia poderiam ser, entre outras, a Sociologia que analisa as relações dos jovens nas famílias e o seu grau de autonomia; a Economia que estuda o desemprego e a empregabilidade dos jovens e a Psicologia que analisa este fenómeno na perspetiva pessoal.
- 1.4 A atitude metodológica necessária ao estudo deste fenómeno social é a interdisciplinaridade.
- 1.5 Sendo a racionalidade a gestão eficiente dos recursos escassos, a UE não está a ter em conta esse princípio, pois desperdiça recursos – os jovens (que têm um nível educacional elevado) que se encontram desempregados e «que estão a pagar um tributo muito elevado, apesar do nível educacional ter aumentado nos últimos anos.»

GRUPO III

- 1.1 A sociedade de consumo surgiu após a Segunda Guerra Mundial nos países ocidentais e está associada à produção massificada originada pelo progresso tecnológico e pelo desenvolvimento. Neste tipo de sociedade os consumidores são sujeitos passivos, alvo das técnicas de *marketing* e publicidade que criam novas necessidades. Os produtos normalizados, produzidos a baixos custos têm ciclos de vida efémeros, pois as necessidades de produzir e de escoar para os mercados são permanentes. O consumo de massas é um comportamento característico da sociedade de consumo que sofreu transformações devido às inovações que transformaram os quotidianos pois como é referido no texto «em 1983, o primeiro telemóvel da *Motorola* aparece nos EUA. Estas inovações são emblemáticas das transformações do consumo de massas destas três últimas décadas.»
- 1.2 A responsabilidade social dos consumidores está associada ao consumerismo, surgido nos finais da década de 1950 com a finalidade de defender e educar os consumidores, protegê-los, intervir na defesa do ambiente, promover um consumo sustentável e participar nas decisões que afetam as pessoas. É responsabilidade social dos consumidores consumir de uma forma crítica, controlada e baseada em valores que respeitem os direitos humanos e o ambiente.
- 2.1 A taxa de desemprego registada em Portugal em 2012 era 15,4%, ou seja, em cada 100 pessoas ativas existem 15,4 que se encontram desempregadas.
- 2.2 Cinco países com maior taxa de desemprego: Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda e Itália. Cinco países que sofreram um maior incremento do desemprego no período considerado: Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal e Itália.
- 2.3 Duas causas do desemprego poderão ser, entre outras, as falências de empresas e o baixo nível educacional dos trabalhadores.
- 3.1 Custos de produção são as despesas que se fazem para produzir um bem. Neste exemplo «Certos custos do fabricante de pizzas como os da

farinha» e os relativos «à compra de fornos ou à utilização dos locais» são custos de produção.

- 3.2 Custos fixos: dizem respeito «à compra de fornos ou à utilização dos locais» e custos variáveis são «os da farinha.»
- 3.3 Um consumo intermédio é a «farinha».
- 3.4 Numa primeira fase a produtividade marginal iria aumentar, se a empresa ainda não tivesse atingido a dimensão ótima.
- 3.5 A curva dos rendimentos marginais é primeiro crescente e, numa segunda fase, decrescente porque, inicialmente, a produtividade marginal vai aumentando, mas à medida que se continuam a acrescentar unidades de um dos fatores, a capacidade produtiva vai ser totalmente utilizada fazendo decrescer a produtividade marginal, ou seja, os rendimentos.

TESTE GLOBAL 2 p. 63

GRUPO I

1. A 2. B 3. C 4. A 5. B 6. D 7. C 8. C 9. B 10. D

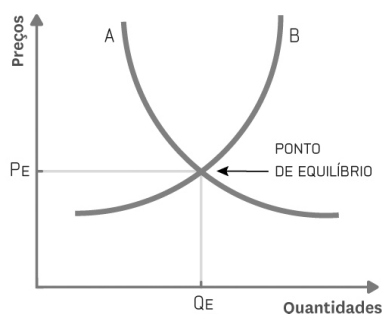
GRUPO II

- 1.1 PIB por habitante é o valor que em média cada habitante produziu num ano, numa economia.
- 1.2 O Índice de Preços no Consumidor é um indicador que revela a variação dos preços de um cabaz de compras, representativo dos consumos médios da população, em relação a um determinado período, normalmente um ano.
- 1.3 O texto refere que, em 2011, o PIB por habitante sofreu um decréscimo em 2011 relativamente ao ano anterior; que o consumo das Famílias sofreu, igualmente, um decréscimo e que os preços aumentaram. Assim, pode-se afirmar que o nível de vida dos portugueses baixou, entendendo-se por nível de vida a quantidade de bens e serviços que as famílias podem adquirir.
- 1.4.1 Preços (fator económico).
Moda (fator não económico).
- 1.4.2 O consumo é uma variável influenciada por inúmeros fatores. No texto, podem-se encontrar alguns deles, como a subida dos preços indicada pela taxa de inflação (o IPC situou-se nos 3,65% contra 1,4% verificado do ano anterior) e a perda de rendimento que o PIB por habitante denuncia (decréscimo de 1,7% face ao ano anterior).
- 2.1 Inflação é a subida sustentada / contínua do preço da generalidade dos bens.
- 2.2 Uma das causas da inflação pode ser o aumento dos custos de produção, como o aumento das matérias-primas ou dos salários, por exemplo. Sendo componentes essenciais no custo dos bens produzidos, o seu aumento terá como efeito o aumento dos preços da generalidade dos bens no mercado.
- 2.3 2006-2007 = desinflação
2008-2009 = deflação
- 3.1 A principal fonte de receitas do Estado são os impostos.
- 3.2 Os impostos diretos são impostos que incidem sobre o rendimento e os impostos indiretos incidem sobre o consumo.
- 3.3 A política fiscal pode ser um instrumento de equidade social, na medida em que, através de impostos progressivos, se pode corrigir as desigualdades na repartição dos rendimentos.
- 3.4 Rendimento disponível dos particulares, 2011 = Remunerações do Trabalho + Rendimentos de empresas e propriedade + Transferências correntes – Impostos diretos – Contribuições para a Segurança Social = 126 milhões de euros

GRUPO III

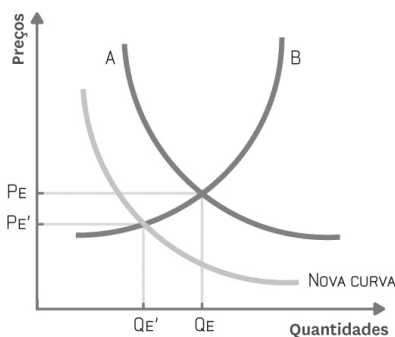
- 1.1 Curva A = curva da procura
Curva B = Curva da oferta

1.2



O ponto de equilíbrio é o ponto em que consumidores e produtores estão de acordo quanto à quantidade e preço relativos ao bem a trocar. Neste caso, tanto os consumidores estão dispostos a comprar a quantidade Q_E ao preço P_E e os produtores estão dispostos a produzir a quantidade Q_E ao preço P_E .

1.3.1



- 1.3.2 A oferta teria de baixar os preços, sendo o novo ponto de equilíbrio Q_E' ; P_E'

2. O mercado de concorrência perfeita caracteriza-se por inúmeras unidades do lado dos consumidores e produtores; os bens transacionados são semelhantes e nenhum dos intervenientes tem poder para fixar o nível dos preços.

TESTE GLOBAL 3 p. 68

Grupo I

1. A 2. C 3. C 4. D 5. B 6. A 7. D 8. A 9. C 10. B

Grupo II

- 1.1 Taxa de atividade = $\frac{N.^{\circ} \text{ ativos}}{\text{população total}} \times 100$
 $= \frac{16\,000\,000}{30\,000\,000} \times 100$
 $= 53,3$

A taxa de atividade no país X é de 53,3%

- 1.2 Taxa de desemprego = $\frac{N.^{\circ} \text{ desempregados}}{\text{População ativa}} \times 100$

$$0,10 = \frac{N.^{\circ} \text{ desempregados}}{16\,000\,000}$$

$N.^{\circ} \text{ desempregados} = 1\,600\,000$

O n.º de desempregados é de 1 milhão e 600 mil pessoas

$$\begin{aligned} 1.3 \text{ Produtividade do trabalho} &= \frac{\text{Produto}}{N.^{\circ} \text{ de trabalhadores}} \\ &= \frac{288\,000\,000\,000}{14\,400\,000} \\ &= 20\,000 \end{aligned}$$

A produtividade por trabalhador é de 20 000 u.m.

$$\begin{aligned} N.^{\circ} \text{ de trabalhadores} &= \text{Pop. ativa} - N.^{\circ} \text{ desempregados} \\ &= 16\,000\,000 - 1\,600\,000 \\ &= 14\,400\,000 \end{aligned}$$

2.1

Capital	N.º trabalhadores	Produção de batatas (ton.)	Produtividade marginal
100 ha	10	30	–
	11	32	2
	12	35	3
2 tratores	13	37	2
	14	38	1

- 2.2 A combinação ótima dos fatores produtivos é de 100 ha e 2 tratores com 12 trabalhadores pois com esta combinação a empresa obtém a maior produtividade marginal (3 ton. de batatas por trabalhador). A partir deste valor a produtividade marginal é decrescente.

- 2.3 Mantendo-se um dos fatores de produção constante, no exemplo o capital, e fazendo variar o outro (no exemplo, o fator trabalho), introduzindo sucessivamente novas unidades, obtêm-se acréscimos de produção até um certo número de trabalhadores (no exemplo 12), valor a partir do qual os acréscimos de produção vão sendo sucessivamente menores. A produtividade marginal vai decrescendo a partir do valor da combinação ótima dos fatores, pois o fator capital, ao não aumentar, encontra-se plenamente utilizado, ou seja, os novos trabalhadores (o 13.º e 14.º) já não têm terra nem máquinas para utilizar com eficiência.

3.1 (B)

- 3.2 Havendo um aumento do rendimento das famílias, irá haver maior procura do bem X, ao preço estabelecido, verificando-se uma deslocação para a direita da curva P.

Grupo III

- 1.1 A notícia refere-se ao projeto de fusão da Zon e da Optimus da qual resultará uma nova empresa, a «Zonecom» que reunirá os meios de produção, os trabalhadores, as operações e os clientes de ambas as empresas. A nova empresa terá assim uma dimensão considerável. A fusão constitui, deste modo, uma forma de concentração de empresas. A concentração realizada é horizontal, na medida em que ocorreu no mesmo ramo de atividade (telecomunicações).
- 1.2 A finalidade da fusão é, através da maior dimensão, a nova empresa tornar-se mais competitiva, enfrentando em melhores condições de concorrência a líder no mercado.
- 1.3 Ficando o mercado reduzido a duas operadoras a concorrência é menor, o que em princípio não beneficia os consumidores. No entanto, como a concorrência entre as duas operadoras será mais intensa, há a perspetiva de uma descida dos preços e melhoria na oferta dos serviços.

- 2.1 O autor exprime a ideia de que o excesso de poupança realizado pelas famílias portuguesas no passado era um sinal de um país pobre, em que as pessoas eram obrigadas a poupar para poder viver um pouco melhor no futuro e sobreviver quando fossem velhas. Não havendo crédito ao consumo e à habitação, as famílias tinham de poupar durante anos para poder comprar carro, bens duradouros ou uma casa e, não havendo um sistema de segurança social universal, tinham também de poupar durante a vida de trabalho para garantir a sua subsistência na velhice.

Deste modo a poupança com sacrifício do consumo, era o único meio de, num país pobre e sem uma rede de segurança social, as pessoas poderem ter a longo prazo uma vida um pouco melhor.

- 2.2 O gráfico mostra a queda da taxa de poupança a partir dos anos 90 (Portugal aderiu à então CEE em 1986) que acompanhou o aumento do rendimento disponível e do consumo das famílias, fenómeno que se acentuou depois da adesão ao euro até à crise financeira internacional (2008). A evolução destes indicadores mostra que o crescimento do rendimento disponível (induzido pela adesão à CEE e mais tarde pela entrada na Zona Euro), a par da consolidação do sistema de segurança social para todos e das maiores facilidades no acesso ao crédito, deu às famílias um sentimento de maior confiança no futuro (ao contrário das décadas anteriores), levando-as a querer usufruir de maior bem estar no presente (traduzido no aumento do consumo e na queda da taxa de poupança).

- 2.3 A obtenção de crédito por parte das famílias permite-lhes aceder a bens de consumo como automóveis, eletrodomésticos, viagens, computadores que dificilmente poderão adquirir com os salários que auferem, podendo desta forma viver com um maior conforto. A compra de habitação própria é, também, outra possibilidade ao dispor das famílias através do crédito, o que aumenta não só o seu bem-estar como lhes confere maior segurança relativamente ao futuro. O crédito aumenta assim as possibilidades de consumo das famílias contribuindo para o seu maior bem-estar, desde que o nível de endividamento seja adequado ao nível de rendimento.

- 2.4. O sistema de segurança social que abranja toda a população, sistema tornado efetivo no país depois do 25 de Abril de 1974, e para o qual trabalhadores descontam ao longo da sua vida ativa, a par dos descontos da entidade patronal, criou uma rede que garante e protege os cidadãos em situação de doença, desemprego e reforma e apoia as crianças e a maternidade. Desta forma o cidadão sente maior confiança no futuro e tem melhores condições de bem-estar.

Soluções do manual

MÓDULO INICIAL

PRATICANDO

Pág. 11

1. O aluno deverá referir-se a alguns atos de consumo.
2. O aluno deverá identificar o consumo de alguns bens alimentares, vestuário, calçado, serviços de educação e de transporte, por exemplo.
3. A Economia é muito importante porque estuda tudo o que respeita à satisfação ou não das necessidades das pessoas e os recursos que existem, ou seja, está relacionada com tudo ou quase o que acontece na vida das pessoas. Por exemplo, o texto sobre a fome das crianças «reconhece que a agricultura poderia alimentar... quase o dobro da população atual do planeta»; o texto que fala do tsunami do Japão refere que as pessoas afetadas encontram-se «na precariedade» e que a economia sofreu um rude golpe; e o texto de Dilma Rousseff salienta que «o crescimento económico» que atenta contra o ambiente põe em causa o «presente e o futuro dos países».
4. A Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, defendeu que o crescimento económico terá de respeitar o ambiente para não pôr em causa nem o presente nem o futuro e possibilitar que o desenvolvimento seja maior e melhor.

Pág. 13

- 5.1 A população ativa masculina cresceu entre 2001 e 2006, estagnou entre 2006 e 2008, sofreu uma redução entre 2008 e 2010 e estagnou de novo em 2011.
A população ativa feminina cresceu entre 2001 e 2007, estagnou entre 2007 e 2010, sofreu uma redução em 2011.
Verifica-se uma ligeira aproximação entre a população ativa feminina e a população ativa masculina (que é sempre superior à feminina) entre 2001 e 2010, mas em 2011 verifica-se um ligeiro afastamento entre ambas.
- 5.2 Em 2011:
Taxa de atividade feminina = $2602,800 / 5490,336 \times 100 = 47,4\%$
Taxa de atividade masculina = $2940,500 / 5146,643 \times 100 = 57,13\%$
- 5.3 Tem a ver com a menor participação das mulheres na população ativa.

Pág. 14

- 6.1 Em 2010, em Portugal a taxa de mortalidade infantil atingiu 3‰ (3 por mil), ou seja, por cada 1000 crianças com idades entre 0 e 1 ano morreram, em 2010, 3.
- 6.2 A descida da taxa de mortalidade infantil entre 1990 de 11‰ para 3‰ em 2010, em Portugal, é muito significativa e deve-se aos cuidados na saúde materno-infantil, ao aumento do nível de escolaridade das mulheres, ao desenvolvimento do planeamento familiar e meios contraceptivos, ao aumento do nível de vida, entre outros.
- 6.3 Os países com taxas de mortalidade infantil superiores à portuguesa em 2010 foram: o Reino Unido, Uruguai e Moçambique.
- 6.4 Portugal em 1990 tinha a segunda menor taxa de mortalidade infantil, a seguir ao Reino Unido e, em 2010, passou a ser o país (no contexto dos representados no quadro) com a mais baixa taxa de mortalidade infantil, nomeadamente com um valor inferior ao do Reino Unido.

Pág. 15

- 7.1 A estrutura setorial da população empregada refere-se à repartição da população empregada pelos três setores de atividade.
- 7.2 Primário: $478,5/4837 \times 100 = 9,9\%$
Secundário: $1322,7/4837 \times 100 = 27,34\%$
Terciário: $3035,9/4837 \times 100 = 62,76\%$

Pág. 17

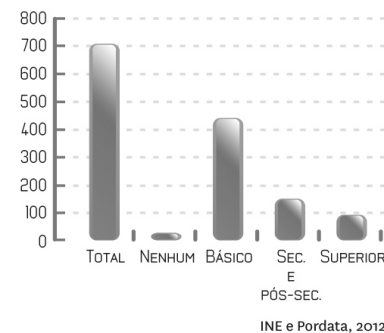
8. Depende do texto escolhido.

Pág. 20

- 9.1 O tema é o nível de escolaridade da população desempregada e estuda-se o ano de 2011.
- 9.2 As fontes do quadro são o INE e Pordata.
- 9.3 A unidade é milhares de indivíduos.
- 9.4 O objeto de estudo é a população desempregada.
- 9.5 Peso das pessoas sem qualquer nível de escolaridade no total da população desempregada:
 $24,6/706,1 \times 100 = 3,5\%$
Peso das pessoas com o ensino básico no total da população desempregada:
 $440,2/706,1 \times 100 = 62,3\%$
Peso das pessoas com o ensino secundário e pós-secundário no total da população desempregada:
 $149,4/706,1 \times 100 = 21,2\%$
Peso das pessoas com o ensino superior no total da população desempregada:
 $91,9/706,1 \times 100 = 13\%.$

10.

POPULAÇÃO DESEMPREGADA:
TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO
EM PORTUGAL (milhares de indivíduos)



- 10.1 São as pessoas que concluíram o ensino básico no total da população desempregada que sofrem a maior taxa de desemprego. Concluímos que existe uma necessidade de formação profissional e de desenvolvimento do setor da educação em Portugal.

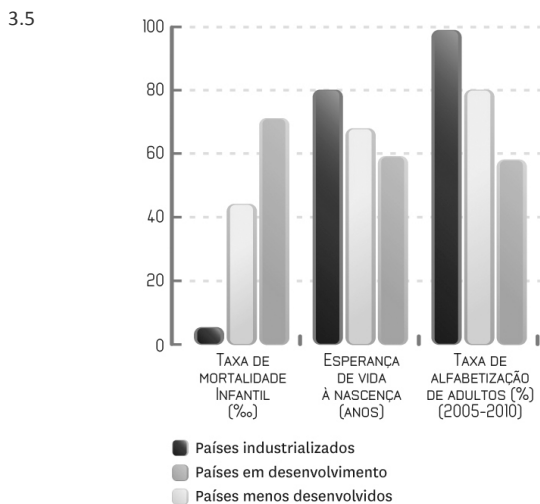
AValiação

Págs. 23 a 25

- 1.1 O texto é da autoria da UNICEF e diz respeito ao relatório deste Fundo das Nações Unidas para a Infância relativamente ao ano de 2012.
- 1.2 «Em princípio, as privações enfrentadas por crianças em áreas urbanas constituem uma prioridade para os programas de desenvolvimento baseados nos direitos humanos.
Na prática – e principalmente tendo em vista a perceção equivocada de que os serviços estão ao alcance de todos os moradores urbanos – têm sido destinados menos recursos às populações que vivem em bairros degradados e em núcleos urbanos informais. Para que essa situação seja alterada, é necessário que se dê prioridade às crianças em situação menos favorecida, onde quer que estejam a viver.»
- 1.3 Ideias-chave do texto:
Privações das crianças das áreas urbanas são uma prioridade;
As populações urbanas que vivem em bairros degradados e núcleos informais têm sido objeto de menos recursos;
Necessidade de mudança através da prioridade às crianças menos favorecidas.

- 2.1 Variáveis em causa: estratégias de desenvolvimento de baixas emissões de gases e resistentes às alterações climáticas; parcerias público-privadas; fundo de investimentos no combate às alterações climáticas; instrumentos de implementação e de monitorização. As relações entre as variáveis são de correlação e de causalidade.
- 2.2 A síntese terá por base as variáveis e as relações entre elas.
- 2.3 Os esquemas, versões simplificadas da realidade, permitem visualizar os conhecimentos ou informações mais importantes acerca de determinado fenómeno (objeto de estudo), evidenciando as principais relações que se estabelecem entre as variáveis. É sempre importante relativizar as informações, a partir de análises críticas.

- 3.1 Taxa de mortalidade infantil corresponde à relação entre o número de óbitos entre 0 e 1 ano e o número total de nados-vivos verificados nesse ano a multiplicar por 1000. Este valor é apresentado em milígram.
- 3.2 A taxa de mortalidade infantil registada nos países industrializados em 2010 foi 5‰, ou seja, por cada mil crianças nascidas em 2010 faleceram até atingirem 1 ano de idade 5 crianças.
- 3.3 A taxa de mortalidade infantil desceu nos três grupos de países entre 1990 e 2010. Porém nos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos, embora tenha descido muito, é ainda muito elevada com particular incidência nos países menos desenvolvidos que em 2010 ainda apresentava um valor terrível 71‰, ou seja, por cada mil crianças nascidas em 2010 faleceram até atingirem 1 ano de idade 71 crianças.
- 3.4 A taxa de mortalidade infantil (2010), a esperança de vida à nascença e a taxa de alfabetização de adultos encontram-se relacionadas, isto é, quanto mais elevada for a taxa de alfabetização de adultos, maior é a preparação das pessoas, mais elevada é a esperança de vida e menor é a taxa de mortalidade infantil. Nos países industrializados verificam-se os valores mais elevados da taxa de alfabetização de adultos e da esperança de vida e a mais reduzida taxa de mortalidade infantil, o que evidencia satisfação das necessidades básicas das pessoas e um maior nível de desenvolvimento. Nos outros dois grupos de países verificam-se menores valores da taxa de alfabetização de adultos e da esperança de vida e taxas de mortalidade infantil mais elevadas, nomeadamente nos países menos desenvolvidos que apresentam a maior taxa de mortalidade infantil, uma esperança de vida à nascença de 59 anos e em média, entre 2005 e 2010, em cada 100 pessoas adultas apenas 58 eram alfabetizadas.



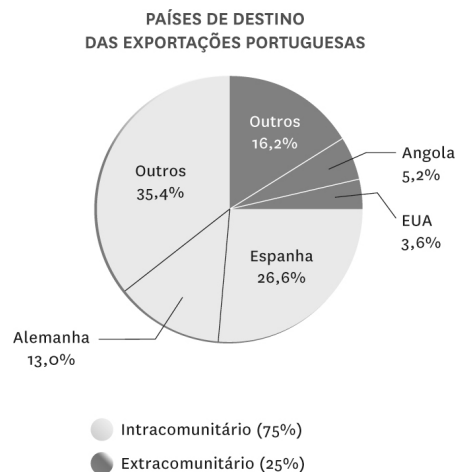
Situação Mundial da infância, UNICEF, 2012

- 3.6 A partir dos valores do quadro, podemos afirmar que «A educação é uma das condições para o desenvolvimento», pois nos países industrializados em cada 100 pessoas adultas 99 são alfabetizadas e é nesse grupo de países que, em média, a esperança de vida é muito mais elevada e a taxa de mortalidade infantil muito mais reduzida. Com elevadas taxas de alfabetização de adultos as pessoas têm maior acesso à

informação, a empregos com maiores remunerações, a condições de vida melhores, melhor acesso aos cuidados de saúde e a efetuarem escolhas.

- 4.1 Enquanto exportação é o valor correspondente à venda de bens e serviços aos outros países (Resto do Mundo) durante um ano, importação é o valor correspondente à compra de bens e serviços ao Resto do Mundo durante um ano.
- 4.2 A região com maior peso no que se refere ao destino das exportações portuguesas em 2010 foi a Espanha para onde se destinaram 26,6% do total das exportações portuguesas em 2010.

4.3



Relatório do Banco de Portugal, 2012 (excerto)

- 4.4 Podemos concluir que, em 2010, % das exportações portuguesas se destinaram à União Europeia, com especial destaque para a Espanha e Alemanha, e que apenas ¼ dessas exportações se destinou a países fora da União Europeia, nomeadamente Angola e EUA.
- 5.1 Taxa de crescimento = $\frac{\text{Valor no final do período} - \text{Valor no início do período}}{\text{Valor no início do período}} \times 100$.
- 5.2 O valor do PIB registado pelo Japão em 2011 reduziu-se 0,7% comparativamente ao valor do ano anterior, ou seja, nesse ano o PIB decresceu 0,7%.
- 5.3 Os países da Zona Euro sofreram uma desaceleração do PIB entre 2011 e 2012, ou seja, nesse período o PIB desses países cresceu sempre só que a um ritmo inferior, pois em 2011 o PIB cresceu 1,4% e, em 2012 cresceu menos, cresceu apenas 0,3% (quase estagnou).
- 5.4 O Japão e os EUA registaram uma aceleração do PIB entre 2011 e 2012 porque as taxas de variação do PIB em 2012 nos dois países foram sempre superiores às de 2011.
- 6.1 As três regiões do mundo com maior área florestal em 2010 são a América Latina e Caraíbas, Europa e Ásia Central e África Subsariana.
- 6.2 A fórmula que permite determinar a variação da área florestal entre 1990 e 2010 = $\frac{\text{Área florestal em 2010} - \text{Área florestal em 1990}}{\text{Área florestal em 1990}} \times 100$.
- 6.3 As regiões que sofreram uma maior redução da área florestal entre 1990 e 2010 foram: a América Latina e Caraíbas, África Subsariana e os Estados Árabes.
- 6.4 Podemos concluir que a América Latina e Caraíbas e a África Subsariana que apresentaram (juntamente com a Europa e Ásia Central) as maiores coberturas florestais são também as regiões com maior área de desflorestação (juntamente com os Estados Árabes que detêm a mais reduzida área florestal). Esta situação, que se deve aos interesses de grandes empresas em explorarem minerais nessas regiões de floresta, é muito grave do ponto de vista das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e de recursos naturais das populações, entre outros.

UNIDADE 1 – A ATIVIDADE ECONÓMICA E A CIÊNCIA ECONÓMICA

QUESTÕES

Pág. 28

- 1.1 Trabalho infantil é exercido por crianças entre os 5 e os 14 anos de idade em empresas ou ao domicílio.
- 1.2 17% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos exercem atividades de trabalho no mundo. Desses, 17% são rapazes e 16% são raparigas.
- 1.3 Nos países industrializados não se conhecem atividades em que se explore mão de obra infantil e nos países menos desenvolvidos 29% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos exercem atividades de trabalho. Desses, 30% são rapazes e 28% são raparigas.

Pág. 29

- 2.1 O desemprego em Portugal sofreu uma subida acentuada e foi o terceiro maior da Zona Euro e da União Europeia no seu conjunto.
- 2.2 De março para abril de 2012 o desemprego juvenil em Portugal voltou a subir, ultrapassando a barreira (já de si muito elevada) dos 36%, atingindo 36,6%. Isto significa que mais de um terço dos jovens se encontrava sem emprego em Portugal em maio de 2012.
- 2.3 O desemprego das mulheres é mais elevado do que o dos homens devido a muitos empregadores preferirem homens a mulheres, pois elas são penalizadas pelo facto de pretenderem ser mães e de apoiarem mais as crianças e as pessoas idosas nas tarefas do cuidar. Estas discriminações estão relacionadas com os papéis tradicionais das mulheres e com o facto de não haver paridade no mercado de trabalho e na esfera doméstica (em casa homens e mulheres deveriam partilhar as tarefas e os cuidados a dispensar às crianças e às pessoas idosas).
- 2.4 Cinco ciências sociais que poderiam estudar o desemprego juvenil poderiam ser, entre outras, a Economia, a Sociologia, a História, o Direito e a Psicologia.

Pág. 31

3. Três exemplos: crescimento económico, casamento e inflação.
4. Semelhante à questão 1.4, grupo III, teste de avaliação 1, página 36 deste Caderno de Apoio ao Professor.
5. A dimensão económica da realidade social são os fenómenos económicos.

Pág. 32

- 6.1 Satisfação de necessidades, escolhas e escassez de recursos.
- 6.2 Com base na definição referida, o aluno deverá construir a sua definição.

Pág. 33

- 7.1 Recursos: água, energia solar (Sol), árvores e pessoas, por exemplo.
- 7.2 Escassez de recursos tem a ver com o facto de estes (meios para a satisfação das necessidades humanas) serem limitados face às necessidades que são ilimitadas.
- 7.3 O sismo e o tsunami que se lhe seguiu fizeram inúmeras vítimas e danificaram equipamentos produtivos, entre as quais centrais nucleares, habitações e infraestruturas. A utilização da energia nuclear foi uma escolha dos governos japoneses face à escassez de recursos energéticos deste país. Porém, esta escolha, que pareceria racional, revelou-se perigosa, pois os desastres nucleares têm efeitos terríveis na saúde e vidas das pessoas, quer atualmente, quer nas gerações vindouras. Face à escassez de recursos impõe-se a necessidade de se fazer escolhas, só que essas escolhas deverão ter em atenção as consequências sobre a vida das pessoas e sobre o ambiente, agora e no futuro.
8. A Economia estuda como adequar os recursos escassos às necessidades ilimitadas, daí a necessidade de se fazerem escolhas.

Pág. 35

9. Produção de bens alimentares: trabalhadores a produzir massas alimentícias ou numa fábrica de conservas de peixe, por exemplo.
Distribuição: empresas de camionagem que transportam essas massas ou conservas para os supermercados e aí são colocados no armazém.
Consumo: no supermercado compramos massas e conservas para as nossas refeições.
Repartição: os trabalhadores recebem salários, e os donos do capital recebem lucros, rendas e juros.
Acumulação: as pessoas que receberam rendimentos (salários, juros, rendas e lucros) se não utilizarem todo o seu rendimento no consumo pouparam e colocam-no no banco.
10. Esquema semelhante ao da página 35 do manual.

Pág. 37

11. Portugal Telecom – Empresa Não Financeiras.
Indústrias Metalúrgicas – Empresas Não Financeiras.
Caixa Geral de Depósitos – Instituição Financeira.
Companhia de Seguros Tranquilidade – Instituições Financeiras.
Ministério da Educação – Estado ou Administração Pública.
12. A TAP produz serviços não financeiros.

AVALIAÇÃO

Págs. 40 a 43

Grupo I

1. C 2. B 3. B 4. A 5. C

Grupo II

- 1.1 Poderia recorrer entre outras à Economia, à História e à Geografia. O Direito estuda, por exemplo, a regulamentação jurídica relativa ao uso e porte de armas, as violações dos direitos humanos provocados pela violência armada. A História permite-nos conhecer a violência armada e o seu desenvolvimento noutras épocas. A Geografia permite-nos, por exemplo, conhecer as regiões do mundo onde se verifica este fenómeno, por exemplo.
 - 1.2 A Economia estuda os gastos em «armas ligeiras, armas de pequeno porte e outro equipamento policial e militar», os gastos na reconstrução do aparelho produtivo das regiões ou países devastados pelos conflitos armados e os gastos em saúde, pois «Todos os dias milhões de pessoas vivem com medo da violência armada. Todos os anos, centenas de milhares de homens, mulheres e crianças são mortas, mutiladas, torturadas e obrigadas a fugir das suas casas» e a intensificação «da pobreza».
 - 1.3 A atitude metodológica necessária à explicação da realidade social é a interdisciplinaridade, pois todas as ciências sociais estudam a mesma realidade só que a partir de perspetivas diferentes, de acordo com o seu objeto de estudo específico, conceitos, metodologia e teoria próprias. A partir do texto, podemos concluir que o Direito, a Política, a Economia, a Sociologia, a Geografia, a Psicologia, entre outras ciências, estudam o fenómeno social da «violência armada».
- 2.1 Escassez é a falta de recursos que são limitados para satisfazermos as nossas necessidades que são ilimitadas.
 - 2.2 Por exemplo, pretender adquirir um jogo, fazer uma viagem ou comprar roupa e não ter dinheiro para todas essas despesas.
 - 2.3 A Economia é a ciência das escolhas, pois como refere o texto não podemos «satisfazer todas as nossas necessidades. Vivemos num mundo de escassez», desta forma temos de efetuar escolhas e decidir que necessidades satisfazemos e que necessidades deixamos por satisfazer.
- 3.1 O problema económico decorre da escassez de recursos face às necessidades ilimitadas e da necessidade de se efetuarem escolhas.

- 3.2 A expressão destacada refere-se à necessidade de racionalidade económica, pois face ao problema económico «as sociedades têm que optar pela melhor canalização dos recursos... e ainda decidir como deverá ser organizada a atividade económica», ou seja, é necessária uma gestão eficiente dos recursos (limitados) a fim de se obter o máximo benefício com o menor gasto de recursos.
- 3.3 Por exemplo, quando sacrifico uma ida ao cinema para ir lanchar com amigos ou quando deixo de comprar uma camisola para adquirir um livro.
- 3.4 Objeto da Economia: «optar pela melhor canalização dos recursos e decidir como deverá ser organizada a atividade económica».
- 3.5 A Economia é uma ciência social porque o seu objeto de estudo é a realidade social, a partir da perspetiva económica, ou seja, a dimensão económica da realidade social – os fenómenos económicos.
- 4.1 Recursos são os meios que permitem satisfazer as necessidades.
- 4.2 Três exemplos de recursos renováveis: as marés, o vento e o Sol, e de recursos não renováveis: o gás natural, o petróleo e o ouro.
- 4.3 A economia moderna consome desenfreadamente os recursos não renováveis, esgotando-os e os renováveis sem dar tempo que se renovem, pondo em causa o equilíbrio ecológico, a sustentabilidade.
- 4.4 É necessária *uma utilização sustentável dos recursos ou um combate efetivo à poluição* para se promover a sustentabilidade, ou seja, o não esgotar os recursos, promovendo o equilíbrio ecológico, e não pôr em causa a vida no planeta e o desenvolvimento humano das gerações atuais e das futuras gerações.
- 5.1 Recursos escassos/Otimização dos recursos/Benefício/ Custo de oportunidade.
- 5.2 Perante a escassez de recursos para satisfazer as necessidades ilimitadas é necessário escolher. Assim, escolho almoçar na cantina (de acordo com o princípio da racionalidade), pois satisfaço com mais qualidade (alimentação variada) e com menores gastos a minha necessidade de alimentação do que se for comer um cachorro ou um hambúrguer perto da escola. O benefício é o almoço na cantina e o custo de oportunidade é a opção sacrificada: comer um cachorro ou um hambúrguer perto da escola.
6. Famílias/Função principal: consumir.
Agente económico: Resto do Mundo/ Trocar bens, serviços e capitais.
Administração Pública/Função principal/Garantir a satisfação das necessidades coletivas e redistribuir o rendimento.
- 7.1 Agente económico é toda a entidade autónoma com capacidade para realizar operações económicas e com uma função principal, isto é, «que realizam uma função análoga» permitindo «obter uma função global da atividade económica.»
- 7.2 No agente económico Famílias uma vez que a sua principal função é consumir.
- 8.1 Os 4 países são: Chipre, Espanha, Grécia e Portugal.
- 8.2 O país é a Irlanda.
- 8.3 Os países são: Áustria, Alemanha, Holanda, Eslovénia e Bélgica.
- 8.4 As técnicas matemáticas permitem quantificar os fenómenos económicos, efetuar comparações, analisar, explicar e fazer previsões.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 44 e 45

- 1.1 Três fenómenos sociais poderão ser, por exemplo, a educação, o consumo e o emprego.
- 1.2 Fenómeno económico é uma abstração da realidade social, consiste na dimensão económica dessa realidade que é o objeto de estudo específico da Economia.
- 1.3 Para se analisar a realidade social na sua complexidade é necessário o contributo de todas as ciências sociais (interdisciplinaridade). A Economia, ao estudar a dimensão económica dessa realidade, permite estudar a pobreza, tendo em conta a atividade económica (produção, distribuição, consumo, repartição dos rendimentos e acumulação).
- 2.1 Os exemplos referidos ilustram o protagonismo de três mulheres galardoadas com o Prémio Nobel da Paz em 2011 por participarem na esfera pública, acederem ao poder político (caso da Presidente da Libéria) e defenderem os direitos das mulheres condição necessária para a igualdade entre mulheres e homens.
- 2.2 Os assentos no parlamento nacional são um indicador de desigualdade de género uma vez que em Portugal (com um valor superior ao da França, mas inferior ao da Suécia) na Assembleia da República só 27,4% do total de deputados são mulheres, quando existem mais licenciadas do que licenciados e a lei da paridade estabelece que os partidos têm de incluir pelo menos um terço de um dos sexos em lugares elegíveis nas listas para eleições legislativas, autárquicas e europeias. No que respeita à taxa de mortalidade materna, embora sendo um fator biológico, os cuidados de saúde em geral e com as grávidas em particular são construções sociais, ou seja, dependem do que a sociedade fizer no sentido de satisfazer as necessidades de saúde. As taxas de mortalidade materna podem sempre ser reduzidas ao mínimo se as sociedades lhes derem importância, constituindo, assim, também um indicador de desigualdade de género, quando essas taxas não são as mais reduzidas em comparação com outros países. Portugal ocupa também uma posição melhor do que a da França, mas pior do que a da Suécia, tendo registado em 2012, por cada 100 000 nados vivos, 7 mortes de mulheres devido a complicações da gravidez, parto ou período pós-parto (puerpério).
- 2.3 Quatro ciências sociais poderiam ser, entre outras: a Economia que analisa as diferenças de salários, pensões, trabalho doméstico (não pago) entre mulheres e homens; a Sociologia que estuda, por exemplo, a reprodução de estereótipos e de papéis de género, as causas da subalternização das mulheres, a situação das mulheres em diferentes culturas; e o Direito que analisa as normas jurídicas relativas à igualdade de direitos entre mulheres e homens.
- 2.4 A desigualdade de género é um fenómeno social que decorre da vida social, sendo estudado por todas as ciências sociais. Por exemplo, a Política e o Direito no que respeita a «Ellen Johnson Sirleaf, a primeira chefe de Estado no continente africano», Leymah Gbowee que lutou também «contra a guerra civil» e «a iemenita Tawakkul Karman [que] foi galardoadada (...) pelos direitos das mulheres e pelo ativismo em prol da democracia.» A Economia no que respeita às despesas com a saúde e educação no que respeita às taxas de mortalidade materna e também o Direito, a História, a Sociologia, a Economia, entre outras, no que se refere aos assentos de mulheres nos parlamentos nacionais.
- 3.1 O objeto de estudo da ciência económica é a dimensão económica da realidade social, ou seja, o problema económico.
- 3.2 A Economia é uma ciência social porque o seu objeto de estudo é a «atividade económica [que] não é mais do que um aspeto da atividade humana», isto é, da vida em sociedade.
- 3.3 A atitude metodológica é a interdisciplinaridade.
- 4.1 O problema económico consiste na escassez de recursos face às necessidades ilimitadas. Este exemplo ilustra a escassez de recursos «das pessoas sem-abrigo» para fazerem face à sua necessidade básica de alojamento.
- 4.2 As técnicas matemáticas permitem quantificar os fenómenos sociais. No que se refere às pessoas sem-abrigo permite conhecer o seu número, a sua repartição por sexo, idades, profissão e a esperança média de vida, por exemplo, a fim de se explicar, prevenir, encontrar soluções, dando «uma dimensão estatística ao fenómeno.»
- 5.1 Custo de oportunidade é a necessidade que foi sacrificada para se satisfazer outra (benefício) porque os recursos que são escassos não permitem a satisfação de todas as necessidades.
- 5.2 Racionalidade consiste na gestão eficiente dos recursos a fim de se obter o máximo benefício. Neste caso o gasto de recursos na produção

de corante integrado nas guloseimas não constitui exemplo de racionalidade, pois «ricos em açúcar contribuem para a formação de cáries e para a obesidade» o que representa custos suplementares, isto é, maiores gastos de recursos.

- 6.1 Agente económico é todo o interveniente na atividade económica que exerce uma função principal, apresentando no âmbito de um conjunto de agentes «um comportamento tipificado.»
- 6.2 Os elementos são: Famílias, Empresas (Não Financeiras), Instituições Financeiras, Estado (Administração Pública) e Resto do Mundo.
- 6.3 Petrolgal – Empresa Não Financeira; Cossec – Instituição Financeira; Câmara Municipal do Porto – Estado; Família Silva – Famílias; Espanha – Resto do Mundo.

UNIDADE 2 – NECESSIDADES E CONSUMO

QUESTÕES

Pág. 49

1. Necessidade é um estado de carência.
2. Todos os indivíduos sentem necessidades de alimentação, vestuário, habitação, saúde, transporte, informação, estudo, lazer e, também, necessidade de segurança, de trabalho, de se relacionar com os outros e de realização pessoal, por exemplo. As necessidades dos indivíduos são, efetivamente, múltiplas e diversificadas.
3. Necessidade de alimentação e de ostentação.
4. A sociedade industrial assenta na criação de novos bens que terão de ser escoados. Assim, através de estratégias de venda específicas, torna-se necessário criar nos potenciais consumidores o desejo da aquisição desses novos bens. Fazer o consumidor sentir essas necessidades é, então, fundamental.
5. Necessidade fisiológica: de alimentação ou repouso, por exemplo.
Necessidade de segurança: de abrigo, defesa ou proteção policial, por exemplo.
Necessidades emocionais: de nos relacionarmos com os outros na família, no trabalho ou na vida social, por exemplo.
Necessidade de reconhecimento pessoal: de vermos o nosso trabalho reconhecido, por exemplo.
Necessidade de realização pessoal: de nos sentirmos felizes com as nossas tarefas profissionais, por exemplo.
6. De facto, se um trabalhador não conseguir satisfazer as suas necessidades básicas, por auferir um salário baixo, por exemplo, não conseguirá dar a importância necessária à sua segurança no trabalho ou relacionar-se com os outros de forma adequada e cooperativa. De igual modo, não será concebível que esse trabalhador se possa sentir autorrealizado ou esperar a valorização do seu trabalho.
7. A característica é a substituíbilidade. A mesma necessidade (sede) pode ser satisfeita por intermédio de bens alternativos ou substitutos (água ou sumo).
8. Café/descafeinado; açúcar/adoçante; automóvel particular/transporte público.

Pág. 50

9. Se tivermos sede, por exemplo, podemos eliminá-la com sucessivos copos de água até atingirmos a saciabilidade (não ter mais sede).
10. Ao fim do terceiro copo foi atingida a saciabilidade total – o indivíduo não tem mais sede.
11. Um computador ou um telemóvel são necessidades dos nossos dias, não fazendo sentido há algumas décadas. As necessidades, como fenómenos sociais, são, portanto, relativas, variando no tempo. O mesmo

sucedo com o espaço geográfico ou a idade ou género dos indivíduos – o vestuário dos jovens, por exemplo, não é desejado pelos mais velhos e *vice-versa*.

Pág. 51

12. A saúde e a informação são necessidades primárias.
13. De facto, a classificação das necessidades, quanto à sua importância, é relativa dado que estamos no campo dos fenómenos sociais. Assim, jovens têm necessidades diferentes das de outras gerações (tipo de alimentação, vestuário, música, ocupação dos tempos livres, por exemplo). O mesmo se passa quanto ao género ou grupo social (um indivíduo que ocupe uma posição de chefia numa grande empresa terá preocupações de apresentação que não se justificam para outras profissões, por exemplo).
14. A necessidade de alimentação é uma necessidade individual porque todos a sentimos, independentemente de vivermos em coletividade; já a necessidade de segurança é uma necessidade coletiva, pois decorre do facto de vivermos com outros indivíduos.

Pág. 52

15. No essencial, um bem público distingue-se de um bem privado pelo facto do primeiro ser propriedade da coletividade enquanto que o segundo constitui propriedade privada não podendo ser partilhado. Relativamente ao conteúdo do texto, e reconhecendo que a investigação e o conhecimento dela resultante são fatores fundamentais para o crescimento e desenvolvimento das economias e sociedades, pode-se sempre questionar se o incentivo à investigação não será uma tarefa fundamental do Estado, a par de outras também importantes como a defesa ou a segurança nacionais. Todavia, os particulares deverão, igualmente, investir em pesquisa e conhecimento, indispensáveis à criação de novos bens e serviços, pois é da aplicação das descobertas à indústria que as empresas e a economia no seu conjunto se tornam competitivas.

Pág. 53

16. O vendedor presta um serviço, pondo ao dispor dos consumidores frutas e legumes.
17. É através do consumo, isto é, através da destruição ou uso de bens e serviços que os indivíduos anulam a carência ou necessidades que sentiam.

Pág. 54

18. O consumo é um ato económico porque, ao consumirmos, estaremos a dar ordens de produção à empresa produtora desse bem. Essa empresa produzirá mais, dará mais emprego, distribuirá mais rendimentos, investirá mais, originando um círculo virtuoso de crescimento.
19. Ao optarmos por consumir certos bens, estaremos a estimular a sua produção. As empresas que os produzem terão de empregar mais trabalhadores, aumenta o rendimento que, deste modo, criará condições para a procura e consumo. O esquema ilustra o círculo virtuoso do crescimento e o papel do consumo na economia.
- 20.1 O quadro ilustra a relação entre a quebra do consumo e a retração da economia. Tanto o consumo privado, como o consumo público (que no conjunto representam 86,5% do PIB) quando se retraem (entre 2011 e 2013 apresentaram taxas de crescimento negativas) arrastam consigo o PIB (que apresenta taxas de crescimento igualmente negativas ou nulas). Existem outras variáveis económicas que contribuem para o valor do PIB. No entanto, o consumo é, sem dúvida, uma parcela muito importante. Ou seja, os valores do quadro demonstram a importância do consumo como ato económico.
- 20.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 55

21. A figura ilustra a responsabilidade dos consumidores no ato de consumir. É através do nosso consumo que avalizamos a forma de produzir. Ao adquirirmos bens produzidos com recurso a trabalho infantil ou com prejuízo do meio ambiente estamos, indiretamente, a consentir práticas desumanas ou nefastas para o ambiente.
22. Reconhecendo a necessidade de diminuir as importações portuguesas para fazer face ao défice externo, comprar bens nacionais é, sem dúvida, uma atitude social correta. No entanto, o consumidor deverá exigir qualidade aos bens nacionais, caso contrário, estará a proteger indústrias pouco qualificadas e a impedir o estímulo necessário para o progresso.

Pág. 56

- 23.1 A necessidade de competir na era global pode induzir os produtores a recorrer a situações condenáveis do ponto de vista ético. O texto refere três situações em que a condição humana é negligenciada: a exploração do trabalho infantil, o trabalho sem garantia de direitos e o trabalho forçado.
- 23.2 Por consumo ético, podemos entender o consumo assente em critérios de produção em que se respeitem os direitos humanos e o meio ambiente.
- 23.3 O texto evidencia as responsabilidades dos consumidores nas suas opções de consumo. Ao optarem por bens produzidos com respeito pelos direitos dos trabalhadores, o consumidor estará a ter um comportamento ético e a valorizar as empresas produtoras.

Pág. 57

24. Consumo essencial é aquele que é indispensável ao quotidiano do consumidor. É o caso do consumo de água. Já o consumo de maquilhagem é um consumo supérfluo porque são bens que satisfazem necessidades terciárias, sendo, por isso, dispensáveis.
25. Todos os consumos das famílias constituem consumo privado (consumo de vestuário, por exemplo); já os consumos das Administrações Públicas são consumo público (consumo de tinteiros para as impressoras, por exemplo).

Pág. 58

26. Exemplos de consumo individual: compra de uma bicicleta, de umas calças ou de um livro.
Exemplos de consumo coletivo: utilização dos serviços de iluminação pública, de defesa nacional ou proteção civil.
27. Consumo coletivo é aquele que se destina a toda uma coletividade e não a um indivíduo em particular. Por essa razão, não é possível excluir ninguém da sua utilização e o seu consumo não prejudica outros da sua utilização. A iluminação dada por um farol é um exemplo: é fornecido pelo Estado para todos quantos necessitem da sua utilização, não se podendo impedir ninguém do seu uso, e o benefício da iluminação do farol por uma pessoa não diminui o benefício de outras que também necessitem desse serviço.
28. O chocolate que as famílias adquirem para confeccionar bolos é um bem de consumo final (a função das famílias é consumir produtos finais); já o chocolate utilizado pelas pastelarias para o fabrico de bolos é um consumo intermédio (a função das empresas é produzir bens para os quais recorrem, muitas vezes, a consumos intermédios).
- 29.
- consumo intermédio para a empresa.
 - consumo final para a família.

Pág. 59

30. Padrão de consumo é um modelo de consumo específico de um lugar, de uma época, cultura ou grupo social. A figura apresenta um mercado do norte de África, onde é possível identificar alguns utensílios e ves-

tuário próprio. A realidade ocidental é bem diversa, bastando comparar o tipo de vestuário.

31. Alguns dos fatores que podem influenciar a construção de padrões de consumo são: a cultura do grupo social em que o indivíduo se insere, as condicionantes geográficas, a idade, o sexo, a profissão e o rendimento, entre outros.
32. O texto refere fatores económicos (aumento dos impostos, diminuição das transferências sociais e eliminação dos subsídios de Natal e de férias com consequências diretas sobre o rendimento disponível) e fatores não económicos (incerteza quanto ao futuro da economia) como responsáveis pela queda do consumo em Portugal.

Pág. 60

33. c. Sendo o pão um bem inferior, o seu consumo aumentará mas menos do que proporcionalmente à variação do rendimento. Tendo triplicado o rendimento, o consumo deverá aumentar menos do que o triplo. Logo a resposta correta será 60 u.m.

Pág. 61

34. b. Considerando que o consumidor reage de forma inversa às variações do preço, então ele deverá diminuir a sua intenção de consumir.
35. Na moderna e competitiva sociedade industrial, a oferta de bens inovadores é condição para o seu sucesso.

Pág. 62

- 36.1 Os gráficos anexos confirmam a vontade de afirmação de Portugal na área da investigação e inovação.
A taxa de crescimento médio de I&D, entre 2005-2010, colocou Portugal numa posição cimeira, acima da média europeia. De igual modo, a taxa de crescimento da população ativa afeta à I&D é superior à taxa de crescimento da população ativa global. É também possível reconhecer o papel crescente das empresas privadas no campo da investigação contra a importância decrescente do Estado, o que não sucedia até há pouco tempo.
Decorrente deste esforço, as exportações portuguesas têm registado alterações, verificando-se já exportações de bens que incorporam alta e média-alta tecnologia (37,5%).

- 36.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 63

- 37.1 Portugal ocupa uma posição acima da média da UE-27, em termos de empresas com atividade inovadora. Segundo o gráfico do Eurostat, quase 60% das empresas portuguesas exercem a sua atividade com inovação em bens, processo de fabrico, organização ou *marketing*.
- 37.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 64

- 38.1 Entre 1997 e 2010, o endividamento das famílias e das empresas aumentou substancialmente. O endividamento das famílias aumentou de cerca de 40% para quase 100% do PIB e as sociedades não financeiras tiveram um aumento de 75% para mais de 100% do PIB.
- 38.2 A realizar pelo aluno.
39. O recurso ao crédito por parte das famílias possibilitou o aumento de consumo mas, também, o seu endividamento.
- 40.1 No texto são referidos como fatores condicionadores do consumo dos indivíduos: as condições sociais de existência e de trabalho, a cultura do grupo social em que o indivíduo se insere e o sistema de valores vigentes.
- 40.2 O operário de origem rural poderá ser mais ligado às suas origens e, portanto, menos influenciado pelos modelos culturais urbanos do que o operário de origem urbana. A ocupação dos seus tempos livres em centros comerciais ou a *fast-food* não deverão constituir práticas sociais do operário de origem rural, por exemplo.

41. Os comportamentos sociais resultam de um processo de socialização em que os indivíduos adquirem modelos culturais próprios da cultura em que se inserem. Assim, não é de estranhar que os consumidores reajam imitando modelos que lhes foram transmitidos como corretos. Todavia, o desejo de distinção social pode levar os indivíduos a algum desvio em relação à norma social vigente. Será do confronto e combinação entre o «seguir a norma» e «acrescentar-lhe a diferença» que se caracteriza o comportamento dos consumidores.

Pág. 65

42. A moda é um dos fatores não económicos que influencia de forma poderosa os comportamentos de potenciais consumidores. A identificação, associação e projeção que o consumidor faz relativamente ao protagonista da imagem leva-o a desejar o bem que está na moda, na expectativa da satisfação proporcionada pelo seu consumo se manifestar também em si.
- 43.1 Tendo em conta a importância da inovação nas modernas economias globais e competitivas, torna-se essencial toda a descoberta que pode acrescentar valor aos bens e serviços produzidos. Registrar essa descoberta é, por isso, fundamental, impedindo as empresas concorrentes de se apropriarem dessa mais-valia. O número de patentes relacionadas com a atividade empresarial constitui, deste modo, um indicador de dinamismo e progresso económico.
- 43.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 66

- 44.1 A marca não é só o nome do produto. A marca representa a história e o estatuto do produto; é sinónimo do que o produto é e de como é visto. É através da marca que o consumidor se identifica com o produto. Muitos consumidores optam pelo consumo de marcas por se identificarem com a imagem dos consumidores dessa marca.
- 44.2 Quando o produtor decide acondicionar os bens produzidos em embalagens de pequenas quantidades, a responsabilidade passa do distribuidor para a marca, alterando-se, assim, a relação entre o consumidor e o retalhista ou vendedor. Torna-se, então, necessário garantir esta relação de confiança e fidelidade entre o consumidor e a marca, papel reservado à publicidade.
45. A realizar pelo aluno.

Pág. 67

46. A Benetton é uma marca que transmite simpatia pela causa que defende – a igualdade entre os povos. Ao consumir os bens da referida marca, o consumidor identifica-se com a causa e mostra a sua posição em relação à temática em causa.

Pág. 69

47. Os coeficientes orçamentais para cada uma das rubricas que constituem as despesas de consumo das famílias determinam-se dividindo o gasto que as famílias efetuaram no consumo dos bens dessa rubrica pelo total das suas despesas de consumo. A título de exemplo, o coeficiente orçamental relativo à habitação, calcula-se dividindo as despesas das famílias com a habitação pelo total das suas despesas de consumo.
48. As principais diferenças verificam-se nos coeficientes orçamentais relativos à alimentação e gastos diversos.
49. A justificação prende-se com a Lei de Engel que afirma que quanto maior for o rendimento de uma família, menor será o coeficiente orçamental relativo à alimentação.

Pág. 70

- 50.1 O valor do coeficiente orçamental relativo à alimentação, no ano 2010/2011, era de 13,3. Esse valor significa que 13,3% das despesas de consumo das famílias é feita em alimentação.
- 50.2 De acordo com os valores do quadro apresentado, os coeficientes orçamentais relativos à rubrica alimentação diminuíram.

- 50.3 De acordo com a Lei de Engel, o rendimento das famílias aumentou porque os coeficientes orçamentais relativos à alimentação diminuíram.

- 50.4 A realizar pelo aluno.

Pág. 71

- 51.1 Em termos gerais, é possível afirmar que a estrutura do consumo dos europeus evoluiu no sentido do aumento do seu bem-estar, de acordo com a Lei de Engel e conforme se pode inferir do coeficiente orçamental relativo à alimentação que diminuiu entre 1994 e 2010. Quanto às outras rubricas, mantêm o seu peso relativo, o que representa um aumento proporcional ao aumento do rendimento disponível. É, contudo, de registar que em 2005 entraram três novos membros de nível económico superior (Suécia, Áustria e Finlândia), o que poderá ter contribuído para a elevação do nível de rendimento global. Já em 2004 e 2007, entraram mais doze países com níveis de rendimento inferiores. No entanto, em termos globais, verificou-se uma melhoria no rendimento dos países da União Europeia.
- 51.2 A realizar pelo aluno.
- 52.1 Portugal situa-se abaixo da média comunitária, em termos de rendimento, dado que o coeficiente orçamental relativo à alimentação é mais elevado do que a média da UE (13,3 contra 12,9). Outro valor que pode corroborar a afirmação feita refere-se ao lazer que se situa abaixo da média (5,3 contra 9,0).
- 52.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 72

- 53.1 Os gráficos ilustram as seguintes situações:
- 1.º gráfico:
- A importância das despesas com a habitação, transportes e alimentação no orçamento.
- 2.º gráfico:
- O decréscimo das taxas de poupança em 10 anos em quase todos os países, à exceção de alguns dos mais recentes membros como a Letónia, Estónia, Roménia e Lituânia. Portugal encontra-se no grupo de países (Irlanda, Grécia e Chipre) que maiores quebras tiveram na taxa de poupança.
- 3.º gráfico:
- Quanto à taxa de privação, que representa a percentagem de pessoas que não conseguem pagar 3 ou 4 dos bens considerados essenciais ao seu consumo, Portugal encontra-se acima da média europeia e longe dos países mais desenvolvidos da UE como a Suécia, a Holanda ou o Luxemburgo. Apenas a Grécia e os países da antiga Europa de Leste se encontram pior do que Portugal.

- 53.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 73

54. Os quadros apresentam algumas alterações no consumo das famílias portuguesas. Assim, relativamente ao consumo privado, verifica-se, em termos gerais, que no 4.º trimestre de 2011, houve uma retração de 3,4% em comparação com o mesmo período de 2010, em que houve um acréscimo de 3,9%. Quanto às despesas no consumo de carne, em super e hipermercados, verificou-se um aumento geral de 6,3% no 4.º trimestre de 2011, em comparação com o período homólogo de 2010 que apresentou um acréscimo de 3,9%. Verificou-se, certamente, um desvio das compras em talhos para os super e hipermercados. É de salientar, também, o elevado aumento do consumo de aves, comparativamente a outras carnes e em relação a 2010. O consumo de peixe segue a mesma tendência, observando-se um aumento das despesas das famílias em super e hipermercados. Verifica-se um aumento do consumo de peixe congelado a granel e uma diminuição de consumo de peixe fresco e marisco.

Também é de registar a preferência pelas marcas próprias, passando de 35% para 45%, nos dois períodos em análise. Por último, verificou-se, igualmente, uma diminuição do consumo de bens duradouros, atingindo-se em 2011 o mesmo valor que em 1960 e, naturalmente, um aumento do consumo de bens não duradouros. Quanto às dificuldades em pagar contas, verifica-se um elevado valor dos que afirmam ter algumas ou muitas vezes essa dificuldade. Estes valores demonstram orientações diferentes no consumo das famílias portuguesas como sejam:

- menos consumo;
- consumo de bens não duradouros (porventura, essenciais);
- desvio do consumo para os super e hipermercados (com preços mais baixos);
- grande dificuldade em pagar contas.

Pág. 74

55. A sociedade de consumo resultou do desenvolvimento da sociedade industrial e assenta em três pilares:

- produção de grande quantidade de bens e serviços;
- estímulo ao crédito;
- arte da comercialização;
- cultura de consumo.

56. Predispor ao consumo é a condição para o funcionamento da sociedade industrial. Só através de estratégias formas de persuasão é que é possível escoar a produção. Assim, produzir comportamentos consumistas é a lógica que sustenta a sociedade de consumo.

Pág. 75

57. A realizar pelo aluno.

Pág. 76

58. Os textos referem as principais características da sociedade de consumo, como seja:

- a transformação do ato de comprar numa festa, a venda numa arte e o consumo num espetáculo;
- a transformação do consumo em desejo, felicidade e juventude;
- o encurtar o ciclo de vida dos produtos, tornando-os efémeros;
- a transformação da família de unidade de produção para unidade de consumo;
- a transformação da família alargada em família urbana e nuclear, mais sujeita às técnicas de persuasão social;
- a emergência de uma cultura massificada, de rápido e efémero consumo.

Pág. 77

59. O hiperconsumo corresponde a uma nova fase da sociedade de consumo. A «tradicional» sociedade de consumo assentava em produtos estandardizados de qualidade média ou inferior; as preocupações de venda eram postas na valorização do produto. Na nova sociedade de consumo, os bens são variados e de qualidade, adaptados a diferentes segmentos da população. As preocupações passaram do produto para o consumidor. Fidelizar e satisfazer o consumidor através de uma comunicação eficiente e da valorização da marca são exemplos de novas práticas comerciais e de *marketing*.

Pág. 78

60.1 O consumismo consubstancia uma predisposição para um consumo impulsivo, pouco ponderado e irresponsável como resposta a estímulos cientificamente estudados para essa finalidade.

60.2 Seguir acriticamente modas ou adquirir bens novos em substituição de outros que ainda respondam às mesmas necessidades são dois exemplos de comportamentos consumistas.

Pág. 80

61. A sustentabilidade do Planeta deverá ser uma das principais preocupações de homens e mulheres esclarecidos e responsáveis. A destruição da biodiversidade, a delapidação dos recursos naturais, as emissões de gases com efeito de estufa, entre outros comportamentos resultantes do modelo de crescimento económico dominante, têm originado graves consequências para a natureza pondo em causa a sustentabilidade do Planeta. Corrigir estes comportamentos, gastando menos e seguindo valores ambientais e sociais, ou seja, contribuir para uma economia sustentável que respeite não só o ambiente, mas também os direitos das populações é ter uma atitude que tem em vista um mundo futuro onde seja possível viver com bem-estar.

Pág. 81

62. O que a frase pretende afirmar é que a atual sociedade de consumo subverteu a função consumo dado que a satisfação do consumidor deverá estar no efeito do consumo (satisfação de necessidades) e não na compra. É uma chamada de atenção para atitudes consumeristas, mais responsáveis, racionais e contidas.

Pág. 82

63. Área da saúde e segurança; área da economia, finanças e questões sociais; área da informação, educação e formação e área da reparação de danos e prejuízos.

AVALIAÇÃO

Págs. 86 a 89

GRUPO I

1. A 2. C 3. B 4. D 5. D

GRUPO II

1. As necessidades são relativas ao espaço e tempo em que são sentidas. Ter telemóvel é uma necessidade dos tempos atuais, por exemplo. As necessidades também têm como característica a substituíbilidade, pois podemos ocupar os nossos tempos de lazer a ver um filme no cinema ou a alugar um vídeo para ver em casa; as necessidades são saciáveis dado que as podemos satisfazer com a destruição sucessiva de quantidades dos bens apropriados para tal.

2.

Necessidades	Primárias	Secundárias	Terciárias	Individuais	Coletivas
Alimentação	X			X	
Transporte		X		X	
Férias no estrangeiro			X	X	
Segurança	X				X
Transportes públicos		X			X

3.

Exemplos de consumo	Consumo essencial	Consumo supérfluo	Consumo final	Consumo intermédio	Consumo privado	Consumo público	Consumo individual	Consumo coletivo
Uso de joias		X	X		X		X	
Fornecimento de iluminação pela Câmara Municipal local	X		X			X		X
Ingestão de bens alimentares pelas famílias	X		X		X		X	
Utilização de fruta numa fábrica de sumos	X			X	X		X	

4.
 - a. As necessidades são relativas e condicionadas pelas estratégias de *marketing*.
 - b. Na competitiva sociedade atual, a qualificação dos recursos humanos é uma necessidade primária.
 - c. As necessidades individuais são aquelas que são satisfeitas de forma pessoal, embora digam respeito a outros membros da coletividade.
 - f. O consumo sustentável tem a sua imagem no consumerismo.

5.1

Estrutura da despesa	Família Pereira		Família Sousa	
	Euros	Coefficientes orçamentais	Euros	Coefficientes orçamentais
Alimentação	500	50%	1000	20%
Vestuário	100	10	1000	20
Habituação	200	20	750	15
Saúde, educação	150	15	1000	20
Diversos	50	5%	1250	25
Rendimento mensal	1000	100%	5000	100%

- 5.2 Considerando que a família Pereira dispõe de um rendimento inferior à família Sousa e tem um coeficiente orçamental relativo à alimentação de 50%, então a família Sousa, de acordo com a Lei de Engel, deverá ter um coeficiente orçamental relativo à alimentação inferior.
- 5.3 No entanto, em termos absolutos, é natural que a família Sousa, de maior rendimento, gaste mais na alimentação do que a família Pereira.
- 5.4 A família que gasta mais, em termos percentuais, terá de ser a família Pereira, a que auferir um rendimento menor.
- 5.5 A Lei de Engel relaciona o rendimento das famílias com o coeficiente orçamental relativo à alimentação, afirmando que essa relação é inversa.
- 5.6 O preço dos bens e o rendimento das famílias são dois dos fatores económicos que podem influenciar o consumo.
- 5.7 A inovação tecnológica, ao criar novos bens, por exemplo, constitui um estímulo ao consumo. A apetência pelo «novo», comportamento típico da sociedade de consumo, é um fator que leva ao desejo e aquisição.
- 6.1 Sociedade de consumo é a sociedade da 2.^a Revolução Industrial, nascida do pós Segunda Guerra Mundial. Caracteriza-se:
 - pelo excesso de produção que é necessário escoar, através das modernas estratégias de *marketing*;
 - pelo tipo de bens – produzidos em série, baratos e de duração limitada;
 - por comportamentos de consumo massificados.
- 6.2 Os bens são produzidos em série, de preço acessível e de qualidade e duração limitadas.
- 6.3 Foi a industrialização que, ao produzir grandes quantidades, criou o problema da sua venda. Então a industrialização exigiu a criação de modelos de comportamento nos consumidores de modo a escoar essa produção. Estava criada a sociedade de consumo.
- 6.4 A frase refere que a sociedade de consumo cria modelos de comportamento assentes na massificação dos consumos e lazeres. No entanto, se, por um lado, a massificação cria a ilusão de igualdade, por consumirmos todos; por outro lado, esses consumos não anulam as desigualdades sociais existentes. A sociedade de consumo é uma ilusão de equidade social.
7. O economista americano John K. Galbraith refere a mudança operada no sentido do funcionamento da economia, após o final da Segunda Guerra Mundial. Dantes, o consumidor dava «ordens de produção» às empresas, através da sua procura; agora são as empresas que produzem e pressionam os consumidores para a aquisição. É o fenómeno da «fileira inversa».
- 8.1. O consumerismo é um movimento de crítica aos excessos da sociedade de consumo. Os modelos de comportamento consumeristas, ao preconizarem o combate ao esbanjamento, ao desperdício, à poluição, etc., reconhecem a necessidade de proteção do Planeta e contribuem para a sua sustentabilidade.
- 8.2. Reciclar e poupar.

9. O texto chama a atenção para a necessidade do consumidor assumir a atitude de responsabilidade. De facto, hoje, todos estamos informados acerca das consequências dos nossos atos sobre o ambiente, sobre a sociedade em geral e sobre as gerações mais novas. Deste modo, quando optamos pela compra de um bem deveremos saber se a sua produção e venda respeitaram direitos fundamentais; e refletir sobre comportamentos menos corretos quando desperdiçamos ou não reciclamos.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 90 a 91

- 1.1 Habitação.
- 1.2 R. A. Açores.
- 1.3 Pelo facto do coeficiente orçamental relativo à alimentação ser o mais elevado relativamente às outras regiões do país, permite concluir, segundo a Lei de Engel, que a R. A. Açores é aquela que apresenta menor nível de rendimentos.
- 2.1 De acordo com a Lei de Engel, Portugal tem um nível de rendimento inferior ao da média dos países da UE-27 porque tem um coeficiente orçamental relativo à alimentação mais elevado.
- 2.2 Teria de ter um coeficiente orçamental relativo à alimentação de valor inferior ao de Portugal, isto é, inferior a 16,9%.
- 2.3 O fator que influencia o consumo, segundo a Lei de Engel, é o rendimento.
- 2.4 Fator económico: crédito.
Fator não económico: moda.
3. Hábitos alimentares (juntámos o melhor de Portugal); cultura jovem (os jovens gostam da *McDonalds*) e preço (é um bem acessível).
- 4.1 O crédito, através das suas políticas, pode facilitar ou não o consumo. Políticas de crédito baseadas em taxas de juro baixas podem impulsionar o consumo, sendo o contrário igualmente verdadeiro. Existe, pois, uma relação entre as duas variáveis económicas – crédito e consumo.
- 4.2 O texto refere alguns dos fatores que podem condicionar o consumo (taxas de juro baixas na concessão de crédito) e as consequências sobre o endividamento das famílias.
- 5.1 Os serviços incluídos no quadro correspondem a necessidades que não são de primeira ordem.
- 5.2 O quadro relativo a março de 2012, informa-nos de que, no total, as despesas nesse tipo de serviços diminuiu 5% em relação ao mês de março de 2011. Desse total, as maiores diminuições referem-se a ginásios, restaurantes e saídas à noite. No entanto, do conjunto, ressalta o aumento de idas ao cinema. O quadro evidencia:
 - as restrições em bens de cultura e lazer que a generalidade dos portugueses teve de fazer, por força das dificuldades que o país estava a passar;
 - as maiores restrições foram nos ginásios, restaurantes e saídas à noite que correspondem a serviços dispensáveis, em tempos de crise;
 - o aumento de idas ao cinema, espetáculos e museus por corresponder a consumos considerados mais acessíveis e indispensáveis.
- 6.1 Os fatores referidos no texto são económicos e não económicos, como os motivacionais.
- 6.2 O *marketing* é a atividade que, através de estudos sofisticados sobre o comportamento humano, auxilia a função de escoamento da produção industrial, através do consumo.
- 6.3 O texto refere as preocupações que caracterizam a sociedade de consumo: a necessidade de conhecer o comportamento dos consumidores para influenciar os seus consumos.
- 7.1 O principal fator que influencia o consumo dos portugueses é o preço.
- 7.2 Enquanto os consumidores europeus têm optado por bens de maior qualidade, os portugueses orientam-se, prioritariamente, pelos preços. Já em relação aos produtos ecológicos, os consumidores portugueses encontram-se numa posição superior relativamente aos europeus (75% contra 63%), evidenciando consciência e responsabilidade social e ambiental.

UNIDADE 3 – A PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

QUESTÕES

Pág. 94

1. Bem é um meio que permite satisfazer necessidades.
2. Um bem económico é aquele que é escasso. É a escassez que transforma um bem livre num bem económico já que, sendo as necessidades superiores aos recursos existentes, ter-se-á de sacrificar alternativas que naturalmente têm um custo de oportunidade.
3. O peixe é um bem económico porque a sua pesca/produção implicou rejeitar a utilização dos equipamentos e trabalhadores para outras alternativas. O valor da melhor opção rejeitada representa o custo de oportunidade da pesca representada na figura.

Pág. 95

4. Livro, impressora e computador são bens materiais.
Cerimónia religiosa, consulta de um advogado e ensino são serviços ou bens imateriais.
5. Bens de consumo destinam-se ao consumo final das famílias. Ex: fruta e computadores.
Bens de produção destinam-se ao ato produtivo das empresas. Ex: fruta para fazer sumos e computadores que contribuem para o processo produtivo de qualquer empresa.

Pág. 96

6. São verdadeiras as seguintes afirmações:
 - a. O gás constitui um bem de consumo intermédio para a padaria X.
 - b. A água é um bem de consumo final para uma família Sousa.
7. Bem duradouro: máquina de lavar louça.
Bem não duradouro: pó para a máquina de lavar louça.
8.
 - azeite / óleo = bens sucedâneos ou substitutos.
 - transporte público / transporte privado = bens sucedâneos ou substitutos.
 - computador / programas informáticos = bens complementares.
 - leitor de DVD / DVD = bens complementares.

Pág. 97

9.

Bens	Natureza	Função	Duração
Automóvel particular	Material	Bem de consumo	Duradouro
Automóvel ao serviço de uma empresa	Material	Bem de produção	Duradouro
Farinha para consumo caseiro	Material	Bem de consumo	Não duradouro
Farinha para o pasteleiro	Material	Bem de produção	Não duradouro

Pág. 98

10. Produção é um comportamento social que consiste na combinação de vários elementos com o fim de se obter um bem capaz de satisfazer necessidades humanas. Os bens produzidos devem-se destinar ao mercado e o trabalho incorporado ser objeto de remuneração.
11. À escolha do aluno.

Pág. 101

12. A estrutura produtiva da economia portuguesa corresponde a uma economia terciarizada e, portanto, desenvolvida.
- 13.1 Setor I = $172\,670 \times 0,022 = 3798,74$ milhões de euros
Setor II = $172\,670 \times 0,233 = 40232,11$ milhões de euros
Setor III = $172\,670 \times 0,745 = 128\,639,15$ milhões de euros
- 13.2 A realizar pelo aluno.
14. Setor primário: agricultura e silvicultura.
Setor secundário: construção e indústria vidreira.
Setor terciário: comércio e justiça.

Pág. 102

15. Países desenvolvidos: Portugal, Japão e Suécia.
Países em desenvolvimento: Indonésia.
Países menos desenvolvidos: Afeganistão, Camboja e Etiópia.

Pág. 104

- 16.1 Setor secundário.
- 16.2 Marceneiro, oficina, madeira, cola, pregos, ferramentas e carrinha.
- 16.3 Marceneiro = força de trabalho.
Madeira, cola e pregos = objetos de trabalho.
Oficina, ferramentas e carrinha = meios de trabalho.
Madeira, cola, pregos, oficina, ferramentas e carrinha = meios de produção ou capital.

Pág. 105

- 17.1 Recurso renovável é aquele que é suscetível de ser renovado num período de tempo relativamente curto, dependendo da natureza do bem; já um recurso não renovável é aquele que uma vez utilizado não pode ser substituído.
- 17.2 Carvão mineral e petróleo.
- 17.3 Petróleo: América Central e do Sul, Médio Oriente e África.
Carvão mineral: Europa e Eurásia e o continente americano.

Pág. 106

- 18.1 Gás natural: Médio Oriente, África, Europa e Eurásia.
- 18.2 Relativamente aos recursos naturais petróleo e gás natural, a região que mais se destaca, em termos de reservas, é o Médio Oriente; em relação ao petróleo e carvão é a América do Sul e Central.
No entanto, em termos gerais, o Médio Oriente é a região que concentra maiores reservas.
19. EUA (em todos os tipos de energia), Alemanha (solar e eólica), Espanha (solar e eólica) e China (eólica).

Pág. 107

20. As práticas agrícolas intensivas, a criação de gado em regime intensivo ou a venda de madeiras para a indústria são causas de destruição violenta da área de floresta.

Pág. 108

- 21.1 População inativa = População residente – população ativa
= 5 104 000
- 21.2 Reformados, inválidos, jovens e donas de casa e outros trabalhadores não remunerados, ou seja, todos os que não se incluem na população ativa.
- 21.3 A realizar pelo aluno.

Pág. 109

- 22.1 Taxa de atividade = $\frac{\text{População ativa}}{\text{População residente}} \times 100$

$$52,1 = \frac{\text{População ativa}}{10\,647} \times 100$$

$$\text{População ativa} = 5547 \text{ milhares}$$

- 22.2 O valor obtido significa que em cada 100 indivíduos residentes, 52 trabalham ou estão desempregados.
- 22.3 A realizar pelo aluno.
- 22.4 Indivíduos empregados e desempregados.
- 23.1 O gráfico evidencia a ainda fraca qualificação dos recursos humanos. De facto, 62% da população disponível para a produção não possui qualquer qualificação (4%) ou apenas possui a escolaridade básica (58%). No entanto, 38% tem qualificações de nível secundário (20%) ou superior (18%), o que indicia progressos na área da educação e formação científica e tecnológica, indispensáveis para acrescentar valor à produção.
- 23.2 A realizar pelo aluno.

Pág. 110

- 24.1 Os gráficos permitem verificar que é o setor terciário o que mais emprego dá e apresenta um sentido crescente. Segue-se a indústria transformadora, mas em sentido decrescente. O setor agrícola e a construção oferecem menos emprego e a sua oferta manteve-se estável no período observado.
- Quanto ao tipo de trabalho, verifica-se que é ainda o trabalho por conta de outrem que mais pesa no total do emprego (76,3%) e destes 59,5% têm contrato sem termo. Conclui-se, assim, que, em 2009, a estrutura do emprego permitia classificar o país como terciarizado e desenvolvido e a situação dos trabalhadores baseava-se no trabalho por conta de outrem com estabilidade (cerca de 60% tinha contrato sem termo).
- 24.2 A realizar pelo aluno.
25. Os dois países com maiores taxas de emprego são a Holanda e a Dinamarca e os dois países com menores taxas de emprego são Malta e Hungria. Portugal situa-se entre os países com maiores taxas de emprego, em 2009, com valores acima da média de UE-27.
- 26.1 Portugal situa-se na média europeia.
- 26.2 Países com taxas superiores: Dinamarca, Suécia e Finlândia.
Países com taxas inferiores: Malta, Itália e Espanha.

Pág. 111

- 27.1 Em qualquer dos grupos considerados (total, homens, mulheres e jovens), a evolução é crescente. Em cerca de 10 anos, a taxa de desemprego total, mais do que triplicou, passando de 4% para 12,7%; a taxa de desemprego para os homens passou de 3,2% para 12,4%; a taxa de desemprego feminino passou de 5% para 13,1% e os desempregados juvenis passou de 9,4% para 30,1%. Do conjunto dos grupos, foi a taxa de desemprego masculina que mais aumentou (ultrapassando o triplo).
- 27.2 Taxa de desemprego = (desempregados / população ativa) X 100 = 12,7%
- $$12,7 = (\text{desempregados} / 5543) \times 100$$
- Desempregados = 704 milhares
- 27.3 A realizar pelo aluno.

Pág. 112

28. A terciarização de uma economia significa que o setor terciário é aquele que domina a atividade económica. Esta situação deve-se ao facto deste setor ser indispensável ao desenvolvimento dos outros – o primário e o secundário. Mas é, sobretudo, nas economias desenvolvidas atuais, que a terciarização é evidente com o aparecimento de novos serviços baseados na informação e informatização.

Pág. 113

29. Desemprego tecnológico – é aquele que resulta da inovação tecnológica e da inadaptação do trabalhador às novas tecnologias.
Desemprego repetitivo – é aquele que resulta da inadaptação do trabalhador a diferentes e sucessivos postos de trabalho.
- Desemprego de longa duração – é aquele que dura para além de um ano e tem como causa a crise económica dos países ou a ausência de competências profissionais.

Pág. 114

- 30.1 Em termos de desemprego, em 2011, Portugal situava-se acima da média da UE, só ultrapassado pela Espanha, Grécia, Letónia, Estónia, Lituânia, Eslováquia e Irlanda.
- 30.2 A realizar pelo aluno.
- 31.1 No conjunto dos países da UE, Portugal é dos países com mais elevada taxa de desemprego de longa duração, só ultrapassado pela Espanha, Letónia, Eslováquia, Irlanda, Lituânia e Grécia.
- 31.2 A realizar pelo aluno.
32. Mais valor acrescentado aos bens e serviços produzidos e, consequentemente, mais rendimento.

Pág. 115

- 33.1 Embora a aprendizagem ao longo da vida tenha vindo a aumentar em Portugal, os seus valores são ainda inferiores à média europeia.
- 33.2 A aprendizagem ao longo da vida é uma condição para a sobrevivência do trabalhador, da empresa e da economia. Sem a indispensável atualização em termos de conhecimentos teóricos e práticos, o trabalhador não conseguirá segurar o seu posto de trabalho, não será produtivo para a empresa e a economia do seu país não poderá crescer. Na atual economia competitiva e global, ser capaz de responder aos seus desafios científicos e tecnológicos é a condição para a criação de mais-valias e rendimento.
- 33.3 A realizar pelo aluno.

Pág. 117

34. Capital circulante: tecidos, linhas e botões.
Capital fixo: máquina de corte, tesouras, carrinha de distribuição e armazém.

Pág. 119

35. A economia de um país depende da qualificação da sua população. São os recursos humanos que irão dar valor à produção realizada. Uma população instruída, formada e com altas competências científicas e tecnológicas é a condição para uma economia produtiva, com alto valor acrescentado e, portanto, competitiva.

Pág. 120

36. No total, os gráficos ilustram resultados satisfatórios no domínio da formação e conhecimento, embora a tabela relativa aos resultados do estudo Pisa de 2009 evidencie ainda algum atraso no domínio das ciências e matemática. No entanto, o gráfico relativo à percentagem de alunos do ensino superior em ciências e engenharia mostra uma posição acima da média europeia embora a percentagem de frequência de cursos em matemática, ciências e informática ainda seja um pouco inferior. Quanto ao emprego em I&D, o gráfico mostra, igualmente, uma posição acima da média europeia. Por último, verifica-se, ainda, que as empresas privadas já representam uma percentagem importante em termos de trabalhadores em I&D.

Pág. 121

- 37.1 Todos os pontos representam possibilidades da empresa produzir 100 unidades. A diferença entre os três pontos está na combinação dos fatores produtivos capital e trabalho. Assim, no ponto A, a empresa produz 100 unidades, com 3 unidades de capital e 10 trabalhadores; no ponto B, a mesma produção é realizada com 2 unidades de capital e 15 trabalhadores; já no ponto C, a mesma produção é realizada com 1 unidade de capital e 30 trabalhadores.
- 37.2 Se o custo do trabalho aumentasse para 15 u.m., o empresário continuaria a produzir no ponto B por ser o que corresponde ao menor custo total: 465 u.m. contra 510 (ponto A) e 570 (ponto C).

Pág. 122

38. Adaptabilidade: os fatores produtivos podem adaptar-se às diversas situações produtivas, aumentando ou diminuindo a quantidade da sua utilização.
Complementaridade: os fatores produtivos complementam-se na produção dos bens.
Substituibilidade: dentro de certos limites, é possível substituir um fator produtivo por outro.
39. No curtíssimo prazo, não há qualquer possibilidade de alterar a produção e portanto também a combinação dos fatores produtivos. No curto prazo, há a possibilidade de alterar os fatores produtivos variáveis como o trabalho e as matérias primas; já os fatores produtivos fixos não têm possibilidade de ser modificados.
No longo prazo, tanto os fatores produtivos fixos como os variáveis podem ser adaptados a novas situações.

Pág. 123

- 40.1 Produtividade = Produção / N.º trabalhadores
= 3000 / 100 = 30 unidades por trabalhador
- 40.2 Produtividade = Produção / Custo do trabalho
= 3000 / 2000 = 1,5 unidades por u.m.

Pág. 124

41. A produtividade marginal foi de 15 unidades.
42. Produtividade do trabalho (em termos físicos) = $\frac{\text{Produção física}}{\text{N.º trabalhadores}}$
= $\frac{2000}{100} = 20$ peças / trabalhador / dia
- Produtividade média do trabalho (em termos monetários) =
= $\frac{\text{Custo da produção}}{\text{N.º trabalhadores}} = \frac{2000 \times 30}{100} = 600$ euros / dia / trabalhador

Pág. 126

43. A produtividade marginal vai aumentando até ao 12.º trabalhador, por se aproveitarem melhor as sinergias disponíveis. Até esse ponto, por cada trabalhador que vai entrando, há um maior aproveitamento dos fatores produtivos disponíveis, gerando acréscimos de produção cada vez maiores. No entanto, depois do 12.º trabalhador, embora a produção continue a aumentar, essa produção vai sendo cada vez menor porque começa a haver saturação dos fatores produtivos fixos. Assim, observa-se no gráfico uma curva com uma fase crescente até ao 12.º trabalhador (fase das produtividades marginais crescentes) e uma fase decrescente posterior (fase das produtividades marginais decrescentes).

44. No curto prazo, apenas os fatores produtivos trabalho ou capital circulante são variáveis pelo que, mantendo-se o capital inalterado, haverá um ponto em que a produtividade marginal será decrescente.

Pág. 128

- 45.1 São rendimentos que se obtêm quando se altera a escala de produção. Existem situações em que os benefícios por se aumentar a escala de produção são mais do que proporcionais aos aumentos dos fatores produtivos.
- 45.2 Os custos fixos vão-se anulando quando a quantidade produzida aumenta, permitindo que os custos totais médios (ou custos unitários) se reduzam. Esta situação só é possível quando se pode alterar a combinação de todos os fatores produtivos (o que só é possível no longo prazo).

Pág. 129

- 46.1 São situações que surgem quando a escala de produção ultrapassa um certo valor. Neste caso, os custos unitários ou custos totais médios aumentam.
- 46.2 As deseconomias de escala surgem quando, a partir de um determinado ponto, começa a haver problemas de gestão, de controlo, de escoamento dos bens produzidos, etc. Assim, os aumentos de fatores produtivos, correspondem acréscimos menos do que proporcionais.

AVALIAÇÃO

Págs. 132 a 135

GRUPO I

1. A 2. C 3. D 4. B 5. B

GRUPO II

- 1.1 Setor I – agricultura e silvicultura.
Setor II – construção e indústrias transformadoras.
Setor III – saúde e transportes.

- 1.2 É o país Y.
1.3 Porque apresenta uma estrutura produtiva assente no setor terciário e um setor primário percentualmente reduzido.

- 2.1 Capital – edifício com um armazém anexo; 5 máquinas de costura, 1 máquina de corte, 2 computadores, para além das matérias-primas e subsidiárias relativas à sua atividade; uma carrinha para distribuição dos bens confeccionados.
Força de trabalho – 5 costureiras, 1 técnico de corte, 1 informático e 1 gestor.
- 2.2 O capital circulante é incorporado no produto em transformação (matérias-primas); já o capital fixo apenas sofre algum desgaste (máquinas).

- 3.1 Empregados e desempregados.

- 3.2 Taxa de atividade = $\frac{\text{População ativa}}{\text{População residente}} \times 100 = 52\%$

- 3.3 Taxa de desemprego = $\frac{\text{Desempregados}}{\text{População ativa}} \times 100 = 13\%$

- 4.1

Itens	2005	2011
População residente total (milhares)	10 563	10 647
População ativa (milhares)	5545	5543
População empregada (milhares)	5123	4839
População desempregada (milhares)	422	704
Taxa de atividade (%)	52	52
Taxa de desemprego (%)	7,6	12,7
Desemprego de longa duração (milhares)	211	375

- 4.2 A taxa de atividade entre 2005 e 2011 manteve-se, mas a taxa de desemprego aumentou de 7,6% para 12,7%.
- 4.3 Em valores absolutos, verifica-se tanto um aumento da população desempregada e também do desemprego de longo prazo.
- 4.4 O despedimento tecnológico é o despedimento por inadaptação do trabalhador à inovação tecnológica exigida no desempenho das suas funções. Duas medidas que podem ser consideradas como forma de evitar tal situação são a formação contínua por iniciativa do próprio trabalhador e por parte da empresa.

- 5.1 Produtividade média do trabalho é a quantidade produzida em média pelos trabalhadores de uma empresa e obtém-se dividindo a produção total pelo número de trabalhadores.

- 5.2

Ano	N.º de trabalhadores	Produção	Produtividade média do trabalho
t	15	300	20
t + 1	20	360	18
t + 2	30	450	15

O ano em que o trabalho apresentou uma produtividade mais elevada foi em t.

- 5.3 Enquanto a produtividade média refere-se à totalidade da produção e à totalidade dos trabalhadores, a produtividade marginal refere-se ao aumento da produção quando se emprega mais um trabalhador.

- 5.4

Ano	N.º de trabalhadores	Produção	Produtividade média do trabalho	Produtividade marginal do trabalho
t	15	300	20	-----
t + 1	20	360	18	$360 - 300 = 60$ $/ 5 = 12$
t + 2	30	450	15	$450 - 360 = 90$ $/ 10 = 9$

- 5.5 Os valores obtidos permitem concluir que é mais vantajoso empregar 20 trabalhadores do que 30 porque a produtividade marginal vai baixar.

6.1 Ponto A – representa a produção de 300 unidades, combinando 5 unidades de capital com 10 trabalhadores.

Ponto B – representa a produção de 300 unidades, combinando 2 unidades de capital com 20 trabalhadores.

Ponto C – representa a produção de 300 unidades, combinando 1 unidade de capital com 40 trabalhadores.

6.2 Custo de produção no ponto A:

Custo do capital = 5 x 100

Custo do trabalho = 10 x 20

Custo total = 700 u.m.

Custo de produção no ponto B:

Custo do capital = 2 x 100

Custo do trabalho = 20 x 20

Custo total = 600 u.m.

Custo de produção no ponto C:

Custo do capital = 1 x 100

Custo do trabalho = 40 x 20

Custo total = 900 u.m.

A melhor opção técnica é no ponto B.

6.3 Custo de produção no ponto A:

Custo do capital = 5 x 80

Custo do trabalho = 10 x 25

Custo total = 650 u.m.

Custo de produção no ponto B:

Custo do capital = 2 x 80

Custo do trabalho = 20 x 25

Custo total = 660 u.m.

Custo de produção no ponto C:

Custo do capital = 1 x 80

Custo do trabalho = 40 x 25

Custo total = 1080 u.m.

Neste caso, a melhor opção seria o ponto A.

7.1

Quantidade produzida	Custos fixos (u.m.)	Custos variáveis (u.m.)	Custos totais (u.m.)	Custos unitários (u.m.)
5	50	70	120	24
7	50	90	140	20
10	50	120	170	17
15	50	190	240	16
20	50	250	300	15

7.2 O quadro ilustra a Lei das Economias de Escala. À medida em que aumentam as quantidades produzidas, o valor de cada unidade produzida, em média, vai diminuindo (de 24 u.m. por bem produzido até 15 u.m.).

7.3 A empresa deverá produzir ao mínimo custo unitário, isto é, deverá produzir 20 unidades.

7.4 A partir de 10 unidades, a empresa já terá lucro visto que o custo de produção por unidade produzida (17 u.m.) é inferior ao preço de mercado (18 u.m.).

7.5 O máximo lucro ocorre com a produção de 20 unidades porque corresponde ao menor custo unitário.

Com 5 ou 7 unidades produzidas, a empresa terá prejuízo, visto o preço de mercado ser inferior ao custo de produção.

Com 10 unidades produzidas, o lucro será = $(18 - 17) \times 10 = 10$ u.m.

Com 15 unidades produzidas, o lucro será = $(18 - 16) \times 15 = 30$ u.m.

Com 20 unidades produzidas, o lucro será = $(18 - 15) \times 20 = 60$ u.m.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 136 e 137

1.1 Grupo X corresponde aos países do Médio Oriente a Norte de África porque são países produtores de petróleo, o que representa um setor primário forte, e são menos desenvolvidos economicamente, o que se traduz num setor terciário menos forte do que acontece nos países mais desenvolvidos, como os da UE. O Grupo Y corresponde aos países da União Europeia porque têm economias terciarizadas.

2. O gráfico permite concluir que:

- embora se verifique alterações nos períodos analisados, as regiões mais afetadas pelo desemprego são o Alentejo e o Norte. No entanto, o Algarve aparece, a partir de 2009, como uma região igualmente afetada pelo desemprego.
- em 2010, as regiões mais afetadas pelo desemprego foram o Alentejo, o Algarve e o Norte.
- o desemprego acentuou-se em todas as regiões, em particular, no Algarve e no Norte.

3.1 Os grupos mais afetados pelo desemprego são os indivíduos portadores do 3.º ciclo do ensino básico seguidos pelos indivíduos portadores do ensino secundário.

3.2 A formação ao longo da vida pode constituir uma estratégia de combate ao desemprego porque qualifica os trabalhadores para tarefas mais exigentes, indispensáveis ao crescimento económico.

$$3.3 \text{ Taxa de desemprego} = \frac{\text{desempregados}}{\text{População ativa}} \times 100$$

$$\text{Taxa de desemprego} = \frac{\text{população residente} - \text{pop.inativa} - \text{trabalhadores}}{\text{população ativa}} \times 100$$

Taxa de desemprego = igual à expressão anterior

$$4.1 \text{ Produtividade média do trabalho} = \frac{\text{Produção}}{\text{N.º de trabalhadores}}$$

4.2 O texto, retirado do anuário do Eurostat 2010, refere que Portugal poderia subir no *ranking* da produtividade do trabalho no conjunto dos países da UE se investisse em I&D em articulação com um aumento do empreendedorismo. De facto, mais I&D permitiria mais inovação, condição indispensável para a obtenção de mais valor acrescentado. Este investimento, em articulação com mais empreendedorismo, poderia fazer com que Portugal se tornasse mais produtivo e competitivo. Assim, três medidas passíveis de contribuir para a solução do problema apresentado poderiam ser:

- mais investimento em educação;
- mais I&D;
- facilidades para a criação de empresas.

5.1 Em 2011, Portugal apresentou melhores resultados em TIC (utilização e infraestrutura), financiamento e aplicação do conhecimento.

5.2 O pilar «aplicação do conhecimento» passou de 2,44 para 2,87, o que significa que a economia portuguesa utiliza mais o conhecimento produzido integrando-o na área da produção empresarial.

5.3 O investimento em conhecimento é a estratégia para que a produção realizada possa ter mais valor acrescentado. Novos métodos de produção, novos bens com novas qualidades são fatores que podem aumentar o valor dos bens produzidos e a competitividade da produção nacional.

5.4 O gráfico revela que no período de um ano (2010-2011), a economia portuguesa apresentou progressos no que se refere às condições para a inovação. Todos os indicadores relativos à inovação melhoraram. Mais investimento em TIC, mais financiamento e mais conhecimento aplicado podem constituir bons indicadores para uma maior competitividade da economia portuguesa. Por outro lado, os outros indicadores, como a envolvente institucional, o capital humano e o empreendedorismo, por exemplo, embora tenham melhorado, não se distanciaram muito, no período considerado. De qualquer modo, houve progressos na área da inovação, o que é um bom indicador de competitividade da economia portuguesa.

UNIDADE 4 – COMÉRCIO E MOEDA

QUESTÕES

Pág. 142

- 1.1 Produtores – hotéis.
Grossistas – operadores e centrais de reservas.
Retalhistas – agências de viagens e agências especializadas em eventos.
Consumidores – Particulares e empresas.

Pág. 145

2. Podem ser referidas, entre outras marcas a *Parfois*, *Optivisão*, *Aerosoles*, *Pano Branco*, *Império Bonança* e *lanidor*.
3. Proximidade e serviço personalizado.

Pág. 146

4. Possibilidade de escolha dada a grande variedade de produtos/marcas e preços atrativos.

Pág. 147

5. A resposta depende da região onde a escola está inserida.

Pág. 150

- 6.1 Economia de tempo e comodidade.
- 6.2 Falta de segurança no pagamento e impossibilidade de ver e experimentar o produto.

Pág. 152

- 7.1 Troca direta – bens por outros bens e troca indireta – bens por moeda.
- 7.2 O problema do valor dos bens a transacionar coloca-se na troca direta quando os intervenientes na troca consideram que os bens a trocar apresentam valores desiguais. A parte que considera que o seu bem possui valor superior não aceita fazer a troca. Já com a intervenção da moeda esse problema fica resolvido.

Pág. 153

8. Como o ouro depositado era inferior ao valor das notas emitidas, os depositantes corriam o risco de não poderem converter a moeda em ouro, caso um grande número de pedidos de conversão fossem feitos em simultâneo.

Pág. 154

9. Não, apenas constituem instrumentos de movimentação dos depósitos bancários.

Pág. 156

10. Depósito de 500 euros em notas – unidade de valor e reserva de valor. Moeda de papel.
Emissão de cheque no montante de 70 euros para pagamento da eletricidade – meio de pagamento e unidade de valor. Moeda escritural.
Pagamento de um livro com cartão *visa* – meio de pagamento. Moeda escritural.

Pág. 160

11. O preço do bilhete para um concerto de um artista muito conhecido é mais caro por duas razões: por um lado, a procura por parte dos consumidores é maior e, por outro, o custo do concerto (nomeadamente, o pagamento ao cantor) é mais elevado, comparativamente ao espetáculo dado por um artista menos famoso.
12. O preço de venda terá de cobrir o preço de custo, de forma a gerar lucro para o empresário. Desta forma, se o preço de custo de um bem aumentar, o preço de venda também irá subir.

Pág. 161

13. A subida dos salários fez aumentar a procura. Como a oferta não aumentou, o excesso de procura fez subir os preços dos bens. A subida dos preços atingiu um valor significativo – 30%.

Pág. 162

14. A subida dos salários origina um aumento da procura que, não sendo correspondida pela oferta, irá provocar subida dos preços. Caso a subida dos salários seja superior ao aumento da produtividade, o custo de produção aumentará, o que se repercutirá na subida dos preços.
15. Os preços em 2011 apresentaram uma taxa de variação de 2,7%, comparativamente ao valor de 2010 (1,6%). Para este aumento contribuiu principalmente a subida dos preços da energia (1.2 p.p.), tendo o preço variado de 7,4%, em 2010, para 11,9%, em 2011. Em segundo lugar verificou-se um crescimento dos preços dos bens alimentares transformados em 2011 (3,3%) comparativamente ao ano de 2010 (0,9%).

Pág. 163

16. Estando os consumidores na expectativa da descida generalizada dos preços irão adiar as suas compras, o que a médio e longo prazo se irá traduzir numa redução do consumo e portanto em maior quebra das vendas e da produção. Estas quebras irão originar despedimentos, falências, menor emprego, ou seja, recessão.

Pág. 164

- 17.1 2005, 2007, 2008 e 2009.
- 17.2 Como o aumento das remunerações foi superior ao aumento dos preços, os trabalhadores ganharam poder de compra.

Pág. 165

- 18.1 Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis (1,1%); transportes (1,0%); saúde (0,59%) e produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (0,4%);
- 18.2 Vestuário e calçado; lazer (-0,21), recreação e cultura (0,01%).

Pág. 166

- 19.1 Os valores revelam grandes variações: uma descida da inflação em dez. de 08 (0,2%) comparativamente a dez. de 07 (2,7%), que se acentuou em dez. de 09 (0,0%), verificando-se um aumento da taxa de variação em dez. de 10 (2,4%) e que se acentuou em dez. de 11 (3,5%).
- 19.2 Entre dez. de 07 e set. de 08 a taxa média da inflação ficou próxima dos 3% verificando-se até ago. de 09 uma descida da inflação para valores próximos dos 0%. No último trimestre de 09 e até junho de 10 verificou-se uma queda dos preços (inflação negativa), verificando-se no último trimestre desse ano uma nova subida da inflação, mantendo-se esta trajetória de aumento até final de 2011 (3,9%).
- 19.3 Setembro de 2008 (2,9%) e março de 2009 (0,0%).
- 19.4 Sim pois entre março e dezembro de 2009, a inflação (taxa de variação homóloga) registou valores negativos.

Pág. 167

20. Entre fev. de 2011 e fev. de 2012, o valor do IHPC apresentado na Zona Euro (2,7%) encontrava-se acima do valor de referência estabelecido para a estabilidade dos preços (2%), refletindo os valores do IHPC de vários países, acima da média da Zona Euro, como a Estónia (4,4%), a Eslováquia (4%), Portugal (3,6%) e Bélgica (3,3%).
- 21.1 Portugal – 3,8%; Zona Euro – 2,7%.
- 21.2 Entre março e setembro de 08, a subida da inflação foi mais acentuada na Zona Euro do que em Portugal; de setembro de 08 a dezembro de 09 verificou-se um período de desinflação acentuada tanto em Portugal como na Zona Euro, tendo Portugal registado mesmo uma queda dos preços. No ano de 2010, verificou-se uma nova subida da inflação (em Portugal apenas a partir de setembro de 2010) que se manteve ao longo de 2011, embora mais lentamente na Zona Euro do que em Portugal. Em 2011 o valor da inflação no nosso país ficou acima da Zona Euro, ao contrário dos períodos anteriores.
- 21.3 O diferencial mostra a diferença entre os valores da inflação entre a Zona Euro e Portugal. Entre março de 2008 e dezembro de 2010 o diferencial revela os menores valores da inflação em Portugal comparativamente à Zona Euro; os valores negativos do diferencial devem-se à desaceleração dos preços, mais significativa em Portugal. Ao longo do ano de 2011, o diferencial apresenta valores positivos, o que traduz uma aceleração dos preços tanto em Portugal como na Zona Euro, mas com maior incidência em Portugal, em que o ritmo de crescimento dos preços foi superior.

AVALIAÇÃO

Págs. 170 a 173

Grupo I

1. A 2. B 3. A 4. D 5. C

Grupo II

- 1.1 Os cartões de débito e crédito constituem os meios de pagamento mais utilizados (55%). Em segundo lugar, surge o numerário (moedas e notas) que representa 37,2%, sendo os restantes meios de pagamento utilizados pouco significativos.
- 1.2 Embora os cartões sejam o meio de pagamento mais utilizado em ambos os tipos de retalho, ele é manifestamente superior no retalho não alimentar (65,5%), possivelmente pelo maior valor dos produtos adquiridos e pela existência de terminais eletrónicos. Relativamente ao retalho alimentar o numerário tem maior peso comparativamente ao retalho não alimentar (43,6% contra 23,2%), o que se deve por um lado, ao menor valor dos produtos em causa e, por outro, à falta de terminais eletrónicos nas lojas de menor dimensão, características do comércio tradicional.
- 2.1 Esta expressão traduz o conjunto dos estabelecimentos comerciais que vendem diretamente ao consumidor, produtos à unidade.
- 2.2 A crise económica tem levado a uma redução da procura e do consumo, o que tem afetado o comércio. Para contornar esta situação, os retalhistas que se dirigem preferencialmente para uma classe com maior poder de compra, têm procurado localizar os seus estabelecimentos em espaços que atraem esse tipo de consumidores – centros comerciais de 1.ª linha e zonas comerciais de prestígio.
- 2.3 Fácil acesso, maior proximidade e atendimento mais personalizado.
- 3.1 *Franchising* é um contrato em que o franchisador cede ao franchisado o direito de este se apresentar sob a sua marca mediante o pagamento de uma renda.
- 3.2 Os negócios em *franchising* contribuem com 3,1% para o PIB do país e representam 1,5% do emprego do país.
- 3.3 Em 2010, 73 novas marcas de *franchising* entraram no país e o conjunto de negócios, neste tipo de comércio, representou um crescimento de 8% comparativamente ao ano de 2009.
- 3.4 O setor dos serviços representa mais de 50% do total de empresas de *franchising* a operar no país.

Grupo III

- 1.1 Inflação é a subida generalizada e contínua dos preços.
- 1.2 Taxa de inflação homóloga compara o valor do IPC num mês com o mesmo mês do ano anterior.
- 1.3 Neste período os preços variaram entre 3,2% e -2%.
- 1.4 Uma das causas da inflação é o aumento dos preços dos bens importados, com relevância para o petróleo, com repercussões na subida dos preços internos nomeadamente dos combustíveis e da energia. A subida dos preços destes bens, por sua vez, vai-se repercutir no aumento dos preços dos bens finais, pela via do aumento dos custos de produção.
- 1.5 A consequência referida é a queda do poder de compra dos consumidores, uma vez que os salários não acompanham a subida dos preços, dada a situação de contenção e até de redução salarial que o país tem registado.
- 2.1 O valor do índice significa que no país x, no ano 2011, os preços aumentaram 2% em relação ao ano anterior.
- 2.2
$$\text{IPC } 2011 / 2010 = \text{Cabaz de compras } 2011 / \text{cabaz de compras } 2010 \times 100$$
$$102 = X / 1500 \times 100$$
$$X = 1530$$

Em 2011 o cabaz custou 1530 euros.
- 2.3
$$\frac{102 - 100}{100} \times 100$$

A taxa de inflação foi de 2%.

Grupo IV

- 1.1 Irlanda (1,7%) e Espanha (2,9%)
- 1.2 Sim pois a média da Zona Euro cifrou-se nos 3, 0% e Portugal registou um valor de 3,8%.
- 1.3 Sendo o objetivo da inflação 2% verifica-se que, em 2011, apenas Malta e Irlanda estão dentro do parâmetro (1,5% e 1,7%). Todos os outros membros da Zona Euro apresentaram um valor de inflação superior, o que explica que a média da Zona Euro tenha ultrapassado a meta desejável para a estabilidade dos preços.
- 2.1 O poder de compra dos portugueses em 2011 caiu mais de 4%, o pior valor desde 1984 em que este indicador registou uma queda de cerca de 8%.
- 2.2 A razão da queda do poder de compra prende-se com a descida dos salários ao mesmo tempo que se verificou uma subida dos preços, em resultado do aumento dos custos de produção, em particular da energia.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 174 e 175

- 1.1 O inquérito mostra que, entre janeiro e março de 2011, o grau de satisfação dos consumidores, no que toca a compras de produtos de informática, foi mais elevado nas lojas de cadeias comerciais (Fnac e Media Markt), comparativamente às lojas tradicionais; no que se refere a produtos de eletrónica o grau de satisfação foi idêntico entre duas cadeias comerciais (*Worten* e *Fnac*) e as lojas tradicionais; nos eletrodomésticos o grau de satisfação favoreceu as lojas tradicionais, embora com uma diferença pouco significativa face às cadeias comerciais. Nas telecomunicações a questão não se evidenciou, dado o tipo de loja em questão.
- 1.2 Relativamente aos eletrodomésticos a despesa média efetuada foi semelhante entre os dois tipos de comércio, com maior peso nas lojas tradicionais (€502 contra €460). Nos restantes produtos a despesa média realizada foi maior nas cadeias comerciais do que nas lojas tradicionais: em produtos informáticos a despesa média nas cadeias comerciais foi de €469 e nas lojas tradicionais foi de €386; na área da eletrónica e telecomunicações a despesa média nas cadeias comerciais foi de €424 contra €272 nas lojas tradicionais.
- 1.3 Os valores recolhidos revelam que não há grande diferença no grau de satisfação dos consumidores entre os dois tipos de lojas, com exceção na área de informática onde a satisfação com uma das cadeias comerciais é manifesta. Em termos de despesa média pode-se concluir que os consumidores efetuaram maior valor de gastos nas cadeias comerciais, em particular na área de informática, comparativamente às lojas tradicionais.
- 2.1 A tendência de desaceleração dos preços desde o final de 2008, que se acentuou em 2009, em que a taxa média atingiu valores negativos (-2,0% no final do ano), inverteu-se em 2010 e 2011, tendo, neste ano, a taxa de inflação média alcançado o valor de 3,6%.
- 2.2 O crescimento dos preços em 2011 verificou-se em todos os bens (4,4%) com particular destaque para os produtos energéticos (12,8%) e bens alimentares transformados (3,1%).
- 2.3 Duas das razões da subida dos preços foi o aumento do IVA e o aumento dos preços administrativos no setor dos transportes públicos e dos produtos farmacêuticos.

UNIDADE 5 – PREÇOS E MERCADOS

QUESTÕES

Pág. 178

1. Mercado é toda a situação em que, confrontando-se as intenções opostas de compradores e vendedores, se chega a um acordo sobre o preço e a quantidade transacionada.
2. Sendo o mercado toda a negociação que permite chegar a um acordo (sobre preço e quantidade) entre vendedores e compradores, é fácil

entender que esse processo pode ser desenvolvido, atualmente, segundo modelos e meios diferentes. Já não é necessária a presença física de compradores e vendedores; basta recorrer a outro meio, nomeadamente telefónico ou informático, por exemplo, para se concretizar essa discussão. Dados os progressos nas tecnologias de informação e comunicação, as formas de diálogo são inúmeras, não sendo, portanto, necessária a comunicação presencial.

Pág. 179

3. Podemos entender por mercado de trabalho todo o processo através do qual empregadores e empregados ou seus representantes (sindicatos, por exemplo), se confrontam no sentido de chegar a um acordo sobre horários, salários e outras condições de trabalho.

Pág. 180

4. A procura representa o comportamento dos compradores e expressa-se pela relação inversa entre o preço e as quantidades procuradas.
- 5.1 A procura agregada é o somatório das procuras individuais para um determinado preço.
- 5.2 O valor da procura agregada quando o preço do bem X é de 5 u.m. é 15.

Pág. 181

6. A Lei da Procura afirma que as quantidades procuradas variam na razão inversa dos respetivos preços.
7. O ponto (520; 4) significa que os compradores estão dispostos a comprar 520 unidades do bem X quando o seu preço for de 4 euros; já o ponto (400; 10) significa que os compradores estão dispostos a comprar apenas 400 unidades do bem X quando o seu preço for de 10 euros.
Pode-se concluir que a quantidade procurada varia na razão inversa do preço do bem.

Pág. 182

8. Cinco dos fatores que podem influenciar a procura (mantendo-se tudo o resto constante) podem ser:
 - o rendimento dos compradores;
 - a política de crédito que vigora no mercado;
 - os gostos dos compradores;
 - o preço dos bens complementares ou substitutos;
 - a demografia.
9. A variação ao longo da curva da procura representa alterações das intenções de compra resultantes de alterações do preço do bem. De facto, as quantidades procuradas dependem do preço do bem (mantendo-se tudo o resto constante). No entanto, quando as quantidades procuradas variam por alteração de outros fatores (sem ser o preço), já haverá lugar a novas curvas da procura. Por exemplo, se o rendimento dos compradores aumentar, os compradores poderão estar dispostos a comprar mais quantidade, ao mesmo preço.

Pág. 183

10.
 - Curva P''
 - Curva P'
 - Curva P''
 - Curva P'

Pág. 185

11. A oferta representa o comportamento dos produtores/vendedores e expressa-se pela relação direta entre o preço e as quantidades oferecidas.
- 12.1 A oferta agregada é o somatório das ofertas individuais para um determinado preço.
- 12.2 O valor da oferta agregada quando o preço do bem X é de 5 u.m. é de 15 unidades.

Pág. 186

13. A Lei da Oferta afirma que as quantidades oferecidas variam na razão direta dos respetivos preços.
14. O ponto (420; 4) significa que os vendedores estão dispostos a vender 420 unidades do bem X quando o seu preço for de 4 euros; já o ponto (600; 10) significa que os vendedores estão dispostos a vender 600 unidades do bem X quando o seu preço for de 10 euros.
Pode-se concluir que a quantidade oferecida varia na razão direta do preço do bem.

Pág. 187

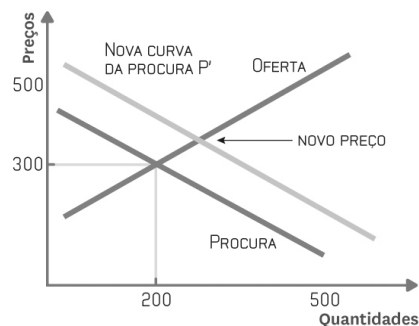
15. Cinco dos fatores que podem influenciar a oferta (mantendo-se tudo o resto constante) podem ser:
 - os custos do trabalho;
 - os custos do capital;
 - impostos sobre a produção;
 - alterações tecnológicas;
 - aumento do número de empresas no mercado.

Pág. 188

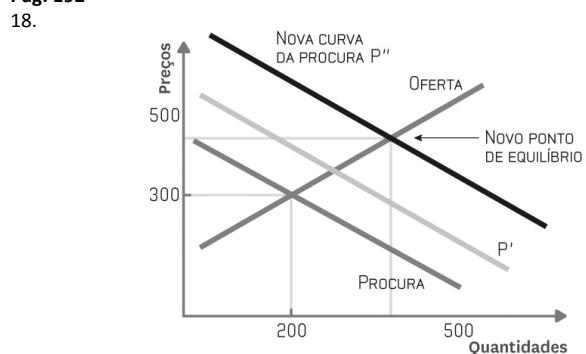
16.
 - Curva O'
 - Curva O''
 - Curva O''

Pág. 191

- 17.1 O equilíbrio exige que as quantidades procuradas e oferecidas sejam iguais. Então: $Q_{\text{procura}} = Q_{\text{oferta}} = 500 - P = -100 + P$
 $Q = 200$
 $P = 300$
- 17.2 A curva da procura deslocar-se-á para a direita e o preço aumentará.



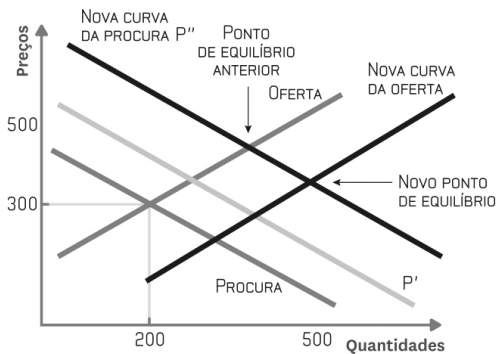
Pág. 192



Pág. 193

- 19.1 A oferta, reconhecendo a intenção dos compradores de comprar mais quantidade do bem X e de pagar por ele um preço superior, estará disposta a produzir mais. Então, a curva da oferta deslocar-se-á para a direita, o que fará, a prazo, baixar o preço do bem e aumentar a quantidade oferecida.

19.2



Pág. 15

20. No curto prazo e mantendo-se tudo o resto constante, a procura deslocar-se-á para a direita, fazendo com que o preço e a quantidade aumentem. Isto porque, a um preço mais baixo, os potenciais consumidores vão estar mais interessados em adquirir quantidades maiores do bem. No entanto, dada a transparência de mercado e a mobilidade dos fatores produtivos, novos produtores serão atraídos para a produção desse bem que está a dar lucro. Deste modo, no médio prazo, aumentando a oferta, o preço terá de descer para escoar o excesso de produção.
21. No mercado de concorrência perfeita, o mecanismo de mercado corrigirá qualquer situação de desequilíbrio para um novo ponto de equilíbrio. Por isso, qualquer desequilíbrio será sempre temporário e solúvel.

Pág. 195

22. Liberdade de entrada no mercado – o mercado de concorrência perfeita pressupõe que todos os produtores se possam instalar no mercado e que os consumidores sejam livres de adquirir os bens que desejarem. O livre funcionamento do mercado afasta, portanto, a intervenção de qualquer outro agente que possa perturbar o livre jogo procura/oferta.
- Atomicidade – para que nenhum dos intervenientes no mercado possa ter influência sobre o preço, é necessário que, tanto do lado da oferta como da procura, haja múltiplas pequenas unidades.
- Transparência do mercado – todos os agentes económicos deverão ter a informação necessária sobre o funcionamento do mercado para decidirem racionalmente.
- Mobilidade dos fatores produtivos – os produtores deverão poder alocar os fatores produtivos à produção que lhes parecer mais conveniente, deslocando-os de atividades menos lucrativas.
- Homogeneidade dos bens produzidos – é por causa da semelhança entre os bens produzidos que poderá haver concorrência.

Pág. 196

23. Os dois tipos de mercados podem distinguir-se, essencialmente, pelo número de unidades do lado da oferta e pelo tipo de bens produzidos, o que determina diferentes níveis de poder sobre a fixação dos preços.
- 24.

Mercados	N.º compradores	N.º vendedores	Tipo de bens	Poder sobre o preço
Monopólio	muitos	um	homogêneos	total
Oligopólio	muitos	alguns	homogêneos	bastante

Pág. 197

Mercados	N.º compradores	N.º vendedores	Tipo de bens	Poder sobre o preço
Monopólio	muitos	um	homogêneos	total
Concorrência monopolística	muitos	muitos	heterogêneos	pouco

26. No mercado de concorrência perfeita, o preço é determinado pelo confronto entre oferta e procura. Nos mercados de concorrência imperfeita depende do número de unidades do lado da oferta: no mercado monopolista, o poder de determinar o preço é total, já que depende unicamente do produtor; no mercado oligopolista, o poder é, de certo modo, concertado entre os poucos produtores; no mercado de concorrência monopolística, dado que o número de produtores é grande mas os produtos são diferenciados, o poder de determinar o preço é pouco.
27. A concentração empresarial é o agrupamento de várias empresas por motivos de eficiência (melhor gestão, economias de escala, etc.) ou aquisição de poder (fuga à concorrência), por exemplo.

Pág. 198

28. A concentração empresarial vertical consiste no agrupamento de empresas que percorram a produção de um mesmo bem; já a concentração horizontal consiste no agrupamento de empresas do mesmo ramo de atividade.
29. As vantagens para os produtores têm a ver com a possibilidade da nova empresa ter uma gestão mais globalizante, com objetivos mais ambiciosos. Do ponto de vista técnico, poderá haver uma melhor gestão, combinando mais eficientemente os fatores produtivos, obter economias de escala, fixar preços mais baixos, etc. Os consumidores, pelo seu lado, poderão beneficiar de melhores produtos a preços mais baixos, por exemplo. No entanto, tudo dependerá do poder que a nova empresa ou grupo económico tiver sobre os preços, sendo este o maior inconveniente para os consumidores, já que para os produtores não haverá inconvenientes.

Pág. 199

30. Uma OPA é uma estratégia de concentração empresarial, concretizada por uma operação financeira, em que uma empresa oferece aos acionistas de outra, cotada em Bolsa, um valor superior pelas suas ações.

AVALIAÇÃO

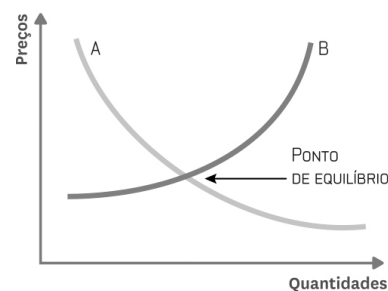
Págs. 202 a 205

GRUPO I

1. B 2. C 3. D 4. D 5. A

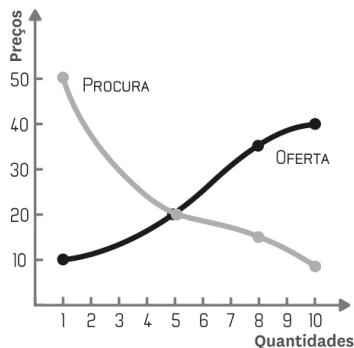
GRUPO II

- 1.1 Mercado é toda a situação em que produtores/vendedores e compradores interagem, procurando consenso sobre o preço e a quantidade do bem que desejam transacionar.
- 1.2 Curva A – curva da procura.
Curva B – curva da oferta.
- 1.3



- 1.4 Ponto de equilíbrio é o ponto em que produtores e consumidores estão dispostos a trocar o bem, em termos de preço e quantidade.

- 2.1 O quadro B.
 2.2 A Lei da Procura estabelece a relação inversa entre preços e quantidades.
 2.3



- 2.4 O ponto de equilíbrio é: $Q = 5$; $P = 20$
 2.5 A curva da procura do bem Y deslocar-se-ia para a direita.
 2.6 Se baixar o preço de um bem substituto, os consumidores do bem Y irão desviar a sua procura para o bem substituto, diminuindo a procura de Y. A nova curva da procura do bem Y ficará à esquerda da curva inicial.
 3.1 Na oferta, os preços e as quantidades variam no mesmo sentido.
 3.2 A oferta de um bem pode ser influenciada por múltiplos fatores como o custo dos fatores produtivos ou variações climatéricas que alterem as quantidades produzidas.
 3.3 A Lei da Oferta afirma que preços e quantidades variam numa razão direta.
 4. No curto prazo, quando o rendimento disponível dos consumidores baixa, a curva da procura desloca-se para a esquerda (ao mesmo preço, os consumidores desejam adquirir quantidades menores). No longo prazo, a oferta poderá baixar os preços de modo a que a procura seja estimulada para comprar mais, equilibrando-se preços e quantidades.
 5. O texto do economista João César das Neves ressalta a importância da peça central do mecanismo de mercado – o preço. É através da variável «preço» que se ajustam, no mercado, as quantidades procuradas e oferecidas, até se atingir o equilíbrio, isto é: até que produtores e compradores cheguem a acordo. Mexer nos preços é, por isso, interferir no normal funcionamento do mercado.
 6. (A) Quando baixa o preço de um bem substituto, a procura do bem de referência desce.
 (B) Quando o preço de um bem aumenta, a oferta desse bem tende a aumentar.
 (D) Quando sobem os custos de produção, a oferta do bem produzido diminui.
 (E) Um mau ano agrícola faz deslocar a curva da oferta para a esquerda.
 7.1 Porque se os bens foram diferenciados não haverá competição entre as empresas, dado que cada uma terá o seu mercado formado pelos consumidores do seu bem.
 7.2 Atomicidade e transparência, isto é, informação sobre o funcionamento do mercado.

8.

Tipos de mercado	Número de compradores	Número de vendedores	Tipo de bens transacionados	Poder sobre o preço
Concorrência perfeita	muitos	muitos	homogêneos	nulo
Monopólio	muitos	um	um	total
Oligopólio	muitos	alguns	pouco diferenciados	bastante
Concorrência monopolística	muitos	muitos	diferenciados	pouco

- 9.1 Fusão.
 9.2 Fusão é o processo pelo qual diversas empresas se juntam (por associação ou incorporação) formando uma nova empresa com melhor gestão dos seus recursos e mais poder sobre o mercado.
 9.3 Porque o poder que a nova empresa vai ter sobre o mercado altera as regras da concorrência perfeita.
 9.4 Aquisições, por exemplo.
 10.1 Fusões e aquisições.
 10.2 A fusão consiste no agrupamento negociado de empresas; já as aquisições caracterizam-se por resultarem de operações públicas de compra, por vezes hostis.
 10.3 Uma OPA é uma situação em que uma empresa se propõe comprar outra.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 206 e 207

1.

- Figura A – corresponde a (C).
 Figura B – corresponde a (D).
 Figura C – corresponde a (B).
 Figura D – corresponde a (A).

- 2.1 A coluna a que corresponde a procura é a coluna «Quantidades A».
 2.2 Porque se verifica uma relação inversa entre preços e quantidades.
 2.3 O ponto A significa que, ao preço 10, os consumidores não estão interessados em comprar o bem X, enquanto que os produtores estão disponíveis para produzir 80 unidades.
 O ponto C significa que, ao preço 6, os consumidores estão interessados em comprar 40 unidades do bem X e os produtores disponíveis para produzir 40 unidades. É o ponto de equilíbrio.
 O ponto E significa que, ao preço 2, os consumidores estão interessados em comprar 80 unidades do bem X, enquanto que os produtores não estão disponíveis para produzir o bem X.
 2.4 Entre os pontos C e E há excesso de procura.
 2.5 Porque corresponde aos preços 2 e 4 em que o oferta está interessada em produzir menos.
 2.6 Há excesso de oferta nos pontos A e B.
 2.7 Porque aos preços de 8 e 10, as quantidades oferecidas são superiores às procuradas.
 2.8 É o ponto C, dado que produtores e consumidores estão de acordo quanto ao preço e quantidade.
 2.9 A Lei da Procura afirma que preços e quantidades variam na razão inversa.
 2.10 A Lei da Oferta afirma que preços e quantidades variam na razão direta.
 2.11 É um mercado de concorrência perfeita.
 2.12 Porque nenhum dos agentes económicos tem influência sobre o preço. Este é determinado por ajustamentos sucessivos entre as quantidades oferecidas e as procuradas.
 3.1 $48 - 6P = -8 + 2P$
 $P = 7$
 $Q = 6$
 3.2 Ponto 1 = (quantidade = 4; preço = 9) porque é um ponto da nova curva da oferta que se deslocou para a esquerda.
 3.3 Ponto 4 = (quantidade = 3; preço = 7,5) porque corresponde a uma nova curva da procura que se deslocou para a esquerda.
 4.1 É um mercado oligopolístico.
 4.2 Porque o poder sobre o preço é grande, não resultando do livre jogo entre a oferta a procura.
 5.1 A procura aumentou, deslocando-se para a direita.
 5.2 A oferta, no curto prazo, não consegue adaptar-se às novas solicitações da procura, pelo que aumentarão os preços. No longo prazo, a produção poderá aumentar e dar origem a uma nova situação de equilíbrio.

- 5.3 A descida dos impostos pode constituir um estímulo ao crescimento económico porque permite que as empresas produzam mais e criem mais emprego. Com esse novo emprego haverá mais rendimento distribuído e, por consequência, mais procura, estimulando toda a atividade económica.
- 6.1 Uma OPA consiste na aquisição de uma empresa por outra mais forte por intermédio de uma oferta pública de aquisição.
- 6.2 Uma das vantagens poderá ser a nova empresa ser mais forte, mais competitiva, promovendo melhores preços e mais qualidade. Um dos inconvenientes poderá ser um controlo excessivo sobre o mercado.

UNIDADE 6 – RENDIMENTO E REPARTIÇÃO DOS RENDIMENTOS

QUESTÕES

Pág. 210

1. Conserva de peixe (satisfaz necessidades alimentares); vestuário (satisfaz necessidades de vestuário); papel (satisfaz necessidades de comunicação, educação, ...); gasolina (satisfaz necessidades energéticas).

Pág. 211

2. Fator trabalho (salários): $75\,000/104\,000 \times 100 = 72,11\%$
Fator capital = $100,00\% - 72,11\% = 27,89\%$

Pág. 212

- 3.1 Em 2008: $426,00 - 403,00/403,00 \times 100 = 5,70\%$
Em 2009: $450,00 - 426,00/426,00 \times 100 = 5,63\%$
Em 2010: $475,00 - 450,00/450,00 \times 100 = 5,55\%$
Em 2011: $485,00 - 475,00/475,00 \times 100 = 2,10\%$
Em 2012: $485,00 - 485,00/485,00 \times 100 = 0,00\%$
- 3.2 A RMMG é muito importante porque permite aos trabalhadores que têm menores qualificações terem uma remuneração mínima que permita a satisfação das necessidades básicas e, simultaneamente ser uma referência para todas as categorias profissionais e para o RSI (Rendimento Social de Inserção).
- 4.1 Enquanto em 2009, 8,1% dos trabalhadores recebiam a RMMG, em 2010 já eram 9,4% e, em 2011, em cada 100 trabalhadores 10,9 recebiam a RMMG.
- 4.2 A percentagem de trabalhadores abrangidos pela RMMMG sobe sempre, ou seja, há uma subida da proporção de trabalhadores abrangidos pela RMMG no período considerado.
- 4.3 Como as mulheres trabalham maioritariamente em setores considerados tradicionais femininos como limpezas, restauração, têxteis, vestuário e calçado, esses setores são os que pagam salários mais baixos e muitos deles o salário mínimo (RMMG). A sociedade tradicional considera que os salários das mulheres são os complementos dos dos homens e não o de pessoas autónomas.
5. O salário mínimo nacional (atualmente denominado RMMG) constitui uma referência, pois é a partir desse valor que se negociam os salários das outras categorias profissionais.

Pág. 213

6. Renda é o rendimento das pessoas que possuem terras, andares, armazéns e outras instalações e que as arrendam, ou seja, é o rendimento que auferem os proprietários.
7. Juro é o rendimento que auferem as pessoas que detêm capital (capitalistas) e concedem empréstimos.
8. $5000 \text{ euros} \times 0,015 \times 1 = 75 \text{ euros}$
9. Lucro constitui a remuneração das pessoas que detêm empresas. Determina-se subtraindo ao preço de venda o preço de custo.

- 10.1 Os países da UE-27 com custos da hora de trabalho inferiores a Portugal são: Malta, República Checa, Eslováquia, Estónia, Hungria, Polónia, Letónia, Lituânia, Roménia e Bulgária.
- 10.2 Em Portugal, o custo da hora de trabalho é inferior a 15 euros, inferior à média dos 27 países da UE que é cerca de 23 euros e inferior à média dos países da Zona Euro que atinge cerca de 28 euros.
- 11 Repartição funcional dos rendimentos é a repartição dos rendimentos pelos fatores de produção: força de trabalho (salários) e capital (juros, rendas e lucros), permitindo analisar a proporção (%) do rendimento que cabe a cada fator de produção.

Pág. 214

- 12.1 Em 2012, a proporção dos salários (a fatia dos salários) no total do rendimento não chegava a atingir 50% (era 49,74%).
- 12.2 Entre 1995 e 2010, a percentagem do fator trabalho (remunerações/salários) no rendimento subiu sempre, atingindo em 2010 50,26% do rendimento. Porém, em 2011 e 2012 essa proporção no rendimento vem-se reduzindo. Essa descida tem a ver, entre outras, com o aumento do desemprego e precarização dos trabalhadores que origina a descida dos salários.

Pág. 215

13. Repartição pessoal do rendimento consiste na repartição do rendimento pelas pessoas que constituem a comunidade, permitindo analisar as desigualdades na repartição do rendimento pelas famílias (mesmo que sejam constituídas por um único elemento).
- 14.1 Se um homem ganhar 1000 euros por mês, uma mulher, tendo em conta a disparidade salarial média de 16,4%, ganhará menos 164 euros ($1000 \times 16,4/100 = 164$ euros). Deste modo, uma mulher ganhará 1000 euros - 164 euros = 836 euros.
- 14.2 A pesquisar nos sites da CITE, CIG, http://ec.europa.eu/justice/gender-equality/document/index_en.htm#h2-7, CGTP, por exemplo.
- 14.3 Três fatores poderão ser, entre outros, propriedade dos meios de produção, nível educacional e ramo de atividade.

Pág. 216

15. A região onde se trabalha pode originar desigualdades sociais uma vez que em Portugal (Continente) as remunerações médias mensais variam entre €1153, a mais alta (Lisboa), €917 (Setúbal, a 2.ª mais alta), €854 (Coimbra, a 3.ª mais alta) até €692 (Guarda, a mais baixa do continente).

Pág. 217

16. Enquanto o salário nominal corresponde ao que o trabalhador ganha pelo trabalho prestado, o salário real é a quantidade de bens e serviços que o trabalhador pode comprar com o salário nominal (o poder de compra do trabalhador).
17. O salário real em 2010 aumentou porque os salários nominais aumentaram 4,7% e os preços 1,4%. Em 2011, os salários reais desceram porque os salários nominais aumentaram menos do que a inflação.

Pág. 218

- 18.1 Em Portugal em média, em 2011, cada pessoa auferia um rendimento de 18 912,40 euros.
- 18.2 A evolução do rendimento nacional bruto *per capita* sofre oscilações entre 2007 e 2011: aumenta de 2007 para 2008; diminui de 2008 para 2009, volta a aumentar de 2009 para 2010 e de 2010 para 2011 sofre de novo uma redução.

Pág. 219

- 19.1 Em Portugal, em 2011, em média, cada pessoa auferia um rendimento de 11 046 dólares PPC (Paridades do Poder de compra, ou seja o que 1 dólar pode comprar nos diferentes países).
- 19.2 Ao ser uma média o rendimento *per capita* encobre as desigualdades sociais, de género, regionais; não contempla a economia informal, o autoconsumo; não identifica a natureza da riqueza, por exemplo, e não integra outras dimensões para além da económica.

20. O IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, é um indicador composto que integra as dimensões económica, sociocultural e demográfica, superando o rendimento *per capita* que apenas contempla a dimensão económica.
21. Portugal no conjunto dos 8 países representados no quadro apresenta-se no penúltimo lugar no que se refere ao IDH. Encontra-se adiante da Roménia que apresenta uma esperança de vida à nascença mais baixa do que Portugal, bem como um rendimento *per capita* mais reduzido. Porém no que respeita à média de anos de escolaridade, Portugal é o país com piores resultados, ou seja, com uma média de anos de escolaridade de 7,7 anos enquanto todos os outros têm 10 ou mais anos de escolaridade. Em relação à Polónia (com melhor IDH), Portugal embora tenha um rendimento *per capita* e uma esperança de vida superiores, apresenta uma média de anos de escolaridade mais baixa. Podemos concluir que uma das limitações de Portugal é o baixo nível educacional.

Pág. 221

22. Em 2010, Portugal apresentava um índice de Gini de 33,7, o que evidencia desigualdade na repartição dos rendimentos, pois este indicador de desigualdade quanto mais distante de zero estiver evidencia maior desigualdade, pois está-se mais distante da diagonal que representa a igualdade absoluta.
23. Portugal regista sempre uma maior desigualdade do que a média dos países da UE, no período considerado, porque o valor do índice de Gini registado por Portugal é sempre superior ao da média dos países da UE.

Pág. 225

24. Em 2012, $903,7/2919,8 \times 100 = 30,95\%$
Os impostos diretos representam 30,95% dos impostos cobrados em 2012.
 $2016,1/2.919,8 \times 100 = 69,05\%$
Os impostos indiretos representam 69,05% dos impostos cobrados em 2012.
Conclui-se que o peso dos impostos indiretos no total dos impostos cobrados é muito superior ao peso dos impostos diretos.
25. Peso do IVA, $1960,9/2.016,1 \times 100 = 97,26\%$
Conclui-se que o IVA representa a quase totalidade dos impostos indiretos cobrados em 2012, ou seja, em cada 100 € de impostos indiretos cobrados €97,26 são provenientes do IVA.
26. Enquanto os impostos diretos cobrados decresceram 21,3% entre 2011 e 2012, os impostos indiretos, cresceram 4,2%.
27. Esta situação demonstra que a redistribuição dos rendimentos está posta em causa porque o principal instrumento fiscal desta política redistributiva são os impostos diretos.

Pág. 226

- 28.1 O subsídio de desemprego permite fazer face a situações inesperadas em que as pessoas ficam sem receber salário por estarem impossibilitadas de exercer a sua atividade profissional. Sem salários, as pessoas desempregadas ficam sem possibilidade de satisfazerem as suas necessidades básicas; no entanto, a proteção social através do subsídio de desemprego, divide solidariamente estes prejuízos por todos os que estão a receber salários e pagam ao Estado as contribuições sociais.
- 28.2 Janeiro de 2012,
 $(334\,184 - 317\,118) / 317\,118 \times 100 = 5,38\%$
Fevereiro de 2012,
 $(351\,959 - 334\,184) / 334\,184 \times 100 = 5,31\%$
Março de 2012, $(360\,174 - 351\,959) / 351\,959 \times 100 = 2,33\%$
O número de beneficiários do subsídio de desemprego tem vindo sempre a crescer todos os meses o que se revela preocupante, pois é sintoma de aumento do desemprego.

Pág. 227

- 29.1 A Segurança Social permite que as pessoas com maiores dificuldades sociais tenham acesso a meios que lhes permitam satisfazer as necessidades básicas.

- 29.2 Exemplos de prestações sociais: pensões, subsídios de desemprego, abono de família, RSI, etc.
30. O abono de família pela sua enorme abrangência (1 170 387) reveste-se de enorme importância, pois permite fazer face a despesas com crianças e jovens em idade escolar, proporcionar uma vida digna em que possam satisfazer as suas necessidades de saúde, educação e alimentação, por exemplo.
31. As verbas da Segurança Social provêm das contribuições sociais (trabalhadores e empresas), das transferências do Estado e de outras receitas.
32. Outras despesas sociais relevantes são: as despesas com as pensões, subsídios do desemprego e assistência médica, por exemplo.
33. A despesa com a saúde é fundamental pois permite aumentar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento da sociedade.
34. O Estado obtém as suas receitas fundamentalmente através da cobrança de impostos.
- 35.1 Os grupos etários com maior número de beneficiários são: os menores de 18 anos (de longe o de maior dimensão); entre os 40 e 44 anos; entre os 35 e os 39 anos; e entre os 45 e os 49 anos.
- 35.2 $123\,939 / 329\,272$ (total de beneficiários) $\times 100 = 37,64\%$
- 35.3 As crianças e os jovens (menores de 18 anos) representam 37,64% do total de beneficiários, constituindo, assim, o grupo etário que mais sofre a pobreza porque representam a maior fatia de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).
36. O RSI destina-se às pessoas que vivem situações de maior pobreza e permite-lhes a satisfação de necessidades básicas, além de uma ajuda para a sua integração social e profissional.

Pág. 228

- 37.1 Entre 2007 e 2011, o rendimento disponível dos particulares sofreu oscilações: cresceu em 2007 e 2008, decresceu em 2009, voltou a subir em 2010, mas em 2011 decresceu de novo.
- 37.2 A descida do rendimento disponível dos particulares em 2011 deveu-se à redução das remunerações do trabalho (salários e ordenados), das transferências internas e das contribuições sociais.

Pág. 229

- 38.1 Em 2010, $(15\,877,6 - 15\,311,5) / 15\,311,5 \times 100 = 3,69\%$
Em 2011, $(15\,758,7 - 15\,877,6) / 15\,877,6 \times 100 = -0,74\%$
- 38.2 Três consequências poderão ser, entre outras, a descida do nível de vida e qualidade de vida das pessoas, o aumento da pobreza e da exclusão social e um retrocesso no desenvolvimento do país.

Pág. 230

39. A Zona Euro está a empobrecer porque se o rendimento nacional bruto por habitante, em 2007, era 100, em 2012, é inferior a 100 em quase todos os países da Zona Euro com exceção da Alemanha, da Áustria e de Chipre, países onde cresceu, pois o valor é superior a 100.

Pág. 231

- 40.1 Os países com um PIB *per capita* superior à média da UE-27 são: Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, França, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Finlândia, Suécia, Reino Unido (da UE-27; e fora da UE: EUA e Japão).
- 40.2 Portugal é dos países com mais baixo PIB *per capita* no contexto dos países representados. Apenas alguns países da Europa Central e de Leste é que apresentam valores semelhantes ou inferiores aos de Portugal.

Pág. 232

- 41.1 O grupo etário e o género mais afetados pelo desemprego na UE-27 e na Zona Euro são os jovens e as mulheres e em Portugal são os jovens e os homens.
- 41.2 Os países com uma taxa de desemprego superior à média da UE-27 são: Eslováquia, Espanha, Estónia, Grécia, Irlanda, Portugal, Bulgária, Hungria, Letónia e Lituânia.

41.3 Portugal apresenta uma das taxas mais elevadas de desemprego no contexto dos países da UE-27, a 3.^a mais elevada a seguir à Espanha e à Grécia

42.1 Os países onde mais de metade da população não conseguia pagar uma semana de férias fora do seu domicílio, em 2010, são Portugal, Malta, Bulgária, Hungria, Eslováquia, Polónia, Lituânia, Letónia e Estónia.

42.2 Portugal no contexto dos países da UE-27 só encontra uma situação semelhante em Malta e em países da Europa Central e do Leste.

Pág. 233

43.1 As regiões com uma remuneração média mensal base superior à média nacional (€900) são apenas as de Lisboa e de Setúbal.

43.2 As regiões com uma remuneração média mensal base inferior à média nacional (€900) são todas com exceção das de Lisboa e de Setúbal.

43.3 Podemos concluir que existe uma discrepância entre Lisboa e todas as outras regiões, pois mesmo na de Setúbal encontra-se uma diferença de €236 na remuneração média mensal em relação à de Lisboa.

44.1 São os distritos de: Beja, Bragança, Coimbra, Lisboa, Portalegre e Setúbal.

45.1 Por exemplo, na região de Lisboa, por cada 100 pessoas ativas existem 16,5 pessoas desempregadas.

45.2 As 3 regiões com maior taxa de desemprego são: Algarve, Lisboa e Madeira.

45.3 A taxa de desemprego é muito elevada em todas as regiões, sendo a região Centro a que apresenta uma taxa menos elevada.

Pág. 234

46.1 As atividades económicas com remunerações superiores a 1000 euros são: eletricidade, gás; captação, tratamento, despoluição; transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação; atividades financeiras e seguros; atividades imobiliárias; atividades consultadoria, científicas e técnicas; educação; atividades artísticas, espetáculos, desporto e recreativas.

46.2 As atividades económicas com maior percentagem de trabalhadores abrangidos pela RMMG são: as atividades imobiliárias; alojamento, restauração e similares; comércio e reparação de veículos automóveis; eletricidade, gás; e indústrias extrativas.

46.3 As atividades que, em geral, apresentam maior percentagem de trabalhadores abrangidos pela RMMG são as que não exigem grandes investimentos e utilizam recursos humanos com menos qualificações.

47.1 Percentagem de mulheres nas:

- Pensões de invalidez: $139\,220 / 282\,361 \times 100 = 49,30\%$
- Pensões de velhice: $1\,036\,960 / 1\,960\,510 \times 100 = 52,89\%$
- Pensões de sobrevivência: $576\,453 / 705\,860 \times 100 = 81,66\%$

47.2 Em relação às pensões de invalidez as mulheres representam praticamente metade das pessoas abrangidas, mas em relação às pensões de velhice representam mais de metade porque têm uma esperança de vida mais elevada do que os homens e em relação às pensões de sobrevivência representam a esmagadora maioria porque as mulheres também são as pessoas que maioritariamente vivem situações de viuvez devido à sua maior longevidade.

Pág. 235

48.1 O grupo etário de 45 anos e mais também representa uma elevada percentagem de indivíduos desempregados que, devido à idade terão maior dificuldade em encontrar emprego e em se requalificarem. As mulheres são maioritárias na situação de desemprego nos grupos etários dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos, correspondendo à idade em que têm crianças, demonstrando uma penalização da maternidade, quando esta é uma função social.

49.1 Algumas consequências são, entre outras, maiores discriminações, subalternização, menor autonomia, menor escolha, maior precariedade, maior pobreza, pensões mais baixas no futuro.

AVALIAÇÃO

Págs. 238 a 241

Grupo I

1. B 2. A 3. A 4. B 5. D

Grupo II

1.1 (em milhares de unidades monetárias)

Famílias	Salários	Juros	Rendas	Lucros	Total
A	800				800
B		500	800	2000	3300
C	1200	200	100	100	1600
D	1300	120			1420
Rendimento Nacional	3300	820	900	2100	7120

1.2 A repartição funcional dos rendimentos consiste na repartição dos rendimentos pelos fatores de produção (capital e trabalho).

1.3
$$\frac{3300 \text{ u.m.}}{7120 \text{ u.m.}} \times 100 = 46,34\%$$

1.4 A repartição pessoal do rendimento diz respeito à repartição dos rendimentos pelas famílias. Neste exemplo existem desigualdades na repartição dos rendimentos. Enquanto a Família A tem um rendimento de 800 unidades monetárias, a Família B recebe 3300 u.m. Por sua vez, as Famílias C e D auferem 1600 e 1420 u.m., respetivamente.

2.1 Enquanto o salário nominal é a quantidade de dinheiro que o trabalhador recebe pelo trabalho prestado, o salário real corresponde à quantidade de bens e serviços que o trabalhador consegue adquirir com o salário nominal. Corresponde ao poder de compra dos trabalhadores.

2.2 Para que os trabalhadores mantivessem o poder de compra em 2012 e em 2013, o aumento dos salários nominais deveriam ser igual ao do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor em Portugal, respetivamente, 3,0% e 1,1%.

3.1 O país Z é aquele onde existem maiores desigualdades na repartição dos rendimentos, seguido país Y. O país X é o que apresenta a menor desigualdade na distribuição dos rendimentos.

3.2 A linha diagonal representa a igualdade absoluta – 20% da população recebe 20% do rendimento, 30% da população recebe 30% do rendimento, 50% da população recebe 50% do rendimento, 80% da população recebe 80% do rendimento, etc.

3.3 Fontes de desigualdade na distribuição dos rendimentos poderão ser, entre outras, o nível educacional, o grau de formação profissional, o género e a propriedade privada dos meios de produção.

4.1 $12\,000 / 4\,000 = 3$

O leque salarial era de 1 para 3 em 1975.

4.2 O valor do salário mais elevado triplicava o valor do salário mínimo em 1975.

4.3 Os alunos irão pesquisar.

4.4 Os alunos concluirão que o teto salarial hoje em dia é muito superior ao verificado em 1975.

5.1 As finalidades da redistribuição dos rendimentos são a redução das assimetrias da repartição primária dos rendimentos.

5.2 As políticas de redistribuição dos rendimentos integram as políticas fiscais e as políticas sociais.

5.3 Por exemplo, as políticas fiscais traduzem-se na criação de impostos sobre os rendimentos ou sobre bens e serviços. Geralmente, os impostos diretos apresentam taxas progressivas (os rendimentos mais elevados estão sujeitos a taxas mais altas) a fim de se reduzirem as desigualdades sociais e de o Estado arrecadar mais receitas para fazer face às despesas sociais.

- 6.1 Transferências sociais são, por exemplo, o pagamento de pensões, subsídio de desemprego ou abono de família.
- 6.2 O risco de pobreza reduziu-se entre 2007 e 2008, isto é, a proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de risco de pobreza passou de 18,5% para 17,9%. (O limiar de risco de pobreza corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente. O valor mediano separa a metade inferior da amostra da metade superior.)
- 6.3 Os grupos etários com maior taxa de risco de pobreza após as transferências sociais nos três anos considerados são: o de 0 a 17 anos, seguido dos idosos (65 anos e mais). O grupo das pessoas adultas é o que apresenta menor taxa de risco de pobreza por corresponder às pessoas em idade ativa.
- 6.4 As políticas sociais são de grande importância na redução das desigualdades sociais e ao garantirem às pessoas mais desfavorecidas o acesso a meios que lhes permitirão a satisfação de necessidades básicas, a igualdade de oportunidades e prevenir situações de pobreza ou de exclusão.
- 7.1 Rendimento disponível dos particulares = salários + rendimentos de empresas e propriedade + transferências internas + transferências externas – impostos diretos – contribuições para a Segurança Social.
- 7.2 O rendimento disponível dos particulares é aplicado no consumo e na poupança.
- 8.1 Prestação social é uma transferência do Estado para um indivíduo ou família em função de um risco social. São exemplos de prestações sociais os abonos de família, o RSI (Rendimento Social de Inserção), as pensões e o subsídio de desemprego.
- 8.2 Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, as contribuições e quotizações sociais tiveram sempre uma variação positiva em relação ao mesmo mês do ano anterior, embora com oscilações ao longo deste período (cresceram sempre, embora com ritmos diferentes). Entre dezembro de 2011 e maio de 2012 as contribuições e quotizações sociais sofrem variações negativas, isto é, decrescem em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- 8.3 Entre janeiro de 2009 e janeiro de 2011, as prestações sociais tiveram sempre uma variação positiva em relação ao mesmo mês do ano anterior (cresceram sempre com oscilações e a ritmos cada vez menores desde maio de 2010). Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2011, a taxa de variação foi negativa, ou seja, o montante de prestações sociais sofreu uma descida em relação aos mesmos meses do ano anterior, neste período. Entre dezembro de 2011 e maio de 2012 as prestações sociais voltam a crescer em relação aos meses homólogos do ano anterior.
- 8.4 Podemos concluir que a situação verificada a partir de dezembro de 2010 em que as taxas de variação das contribuições e quotizações sociais são superiores às das prestações sociais se deve a uma menor intervenção das políticas sociais que se acentua entre janeiro de 2011 e dezembro de 2011, período em que o montante de prestações sociais sofreu uma descida. Porém, entre dezembro de 2011 e maio de 2012 as prestações sociais voltam a crescer em relação aos meses homólogos do ano anterior e as contribuições e quotizações sociais sofrem variações negativas o que revela que houve aumento do desemprego causado pelas falências de empresas o que originou, por um lado uma descida do montante das contribuições e quotizações sociais e uma subida das prestações sociais devido ao crescente pagamento de subsídio de desemprego.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 242 e 243

- 1.1 PIB *per capita* obtém-se dividindo o PIB de um país pela população total residente e corresponde ao produto médio por habitante.
- 1.2 O Luxemburgo é o país da UE-27 que apresenta o PIB *per capita* mais elevado (índice superior a 250), ou seja, mais de 2,5 vezes superior ao da média dos países da UE-27 (índice 100). Acima deste valor encontram-se além do Luxemburgo, a Holanda, Irlanda, Dinamarca, Áustria, Suécia, Bélgica, Alemanha, Finlândia, Reino Unido, França e Itália. Espanha e Chipre têm um PIB *per capita* semelhante ao da UE a 27 (índice 100) todos os restantes países incluindo Portugal apresentam um PIB *per capita* inferior ao da UE-27 (índice 100), ou sejam, índices inferiores a 100, des-

tacando-se a Roménia e a Bulgária com um PIB *per capita* menos de metade da média da UE-27 (índice inferior a 50).

- 1.3 Portugal no contexto dos 27 países da UE detém um PIB *per capita* inferior ao da média da UE-27 (índice 100), atingindo um índice de cerca de 80 (o PIB *per capita* de Portugal é cerca de 80% do da média da UE-27).
- 1.4 Os 13 países com um PIB *per capita* inferior ao da média da UE-27 necessitam de medidas de proteção social, entre outras medidas de política económica, a fim de fomentar a coesão social na UE e garantir a igualdade de oportunidades, a satisfação das necessidades básicas e prevenir situações de pobreza e de exclusão social.
- 2.1 Os países que apresentam maiores taxas de desemprego em 2011 foram: Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal e França. Em 2012 foram: Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda e França. Em 2013 foram: Espanha, Grécia, Portugal, Irlanda e França.
- 2.2 Em geral, os países que apresentam maiores taxas de desemprego são os que apresentam baixas taxas de crescimento do PIB ou até mesmo descidas do PIB (taxas de variação negativas) como são os casos de Portugal, Grécia e Espanha (em 2012 e 2013).
- 2.3 Portugal apresenta uma situação muito difícil, pois além da variação do PIB neste período ser negativa, a taxa de desemprego mantém-se muito elevada e foi das que sofreu um maior incremento.
- 2.4 Os alunos poderão recorrer aos *sites* indicados na componente Multimédia.
- 3.1 Discriminação salarial consiste no facto de algumas categorias salariais terem salários mais baixos do que outras. Por exemplo, os salários das mulheres em Portugal são, em média, 18% inferiores aos dos homens.
- 3.2 Um dos fatores que pode originar desigualdades sociais é o género e, de facto como é referido na afirmação: «É essencialmente nas camadas mais escolarizadas da população feminina que a discriminação salarial e a precariedade contratual mais se fazem sentir» o que evidencia que é pelo facto de se ser mulher que se ganha menos, uma vez que as mulheres com maior nível educacional sofrem maiores discriminações no trabalho.
- 3.3 Os alunos poderão recorrer aos *sites* indicados na componente Multimédia.
- 4.1 Desigualdade social é um fenómeno social que existe em todos os países do mundo, embora seja mais acentuada nuns do que noutros. A desigualdade social decorre das assimetrias na distribuição dos rendimentos e está associada à pobreza e à exclusão social. O texto ilustra uma situação de desigualdade social que forçou Amadou Camarra a deixar o seu país de origem e ir para França onde continua a viver uma situação de grande pobreza e exclusão uma vez que «Apesar de ter contactado com associações que apoiam os Menores Isolados e Estrangeiros (MIE) em Marselha, ainda não conseguiu alojamento e continua a pernoitar na estação de comboios, com roupas e uma manta disponibilizadas pela associação, onde passa parte dos seus dias para contactar com jovens e frequentar um curso de francês.»
- 4.2 Levantar os alunos a concluir que, existem grandes desigualdades sociais e que, como têm as necessidades básicas satisfeitas, têm objetivos muito diferentes dos de Amadou Camarra.
- 4.3 Os alunos poderão recorrer aos *sites* indicados na componente Multimédia e efetuar pesquisas na Câmara Municipal, na Junta de Freguesia e junto de ONG.

UNIDADE 7 – POUPANÇA E INVESTIMENTO

QUESTÕES

Pág. 246

1. Poupança = Rendimento – Consumo
Poupança = 1600 – 1350 = 250 euros
- 2.1 Maior crescimento – 2005; menor crescimento – 2011.
- 2.2 O crescimento da taxa de poupança em 2009, atendendo ao decréscimo do rendimento disponível (– 0,4%) só pode ser explicado pela queda acentuada do consumo das famílias (– 4,3%).

Pág. 249

- 3.1 Investimento 2010 – 33 839 milhões de euros
2011 – 29 802 milhões de euros
4. Tendo o investimento total em 2011 diminuído comparativamente a 2010, em termos nominais e, principalmente em valores reais, isso significa que a sociedade não aumentou os bens de produção de forma a possibilitar o crescimento da economia. Pelos valores apresentados pode-se até concluir que em muitas empresas, a reposição do capital utilizado não foi realizada, contribuindo para o decréscimo da produção.

Pág. 250

- 5.
- investimento material;
 - investimento imaterial;
 - investimento financeiro;
 - investimento imaterial
 - investimento material
 - investimento material

Pág. 254

- 6.1 Tem necessidade de financiamento pois não possui os meios financeiros suficientes para a despesa de investimento.
- 6.2 290 mil euros.
- 6.3 Capital alheio pois esses meios financeiros são disponibilizados por terceiros.

Pág. 255

7. Ao fim de 4 meses: $150\,000 \times 0,038 \times 1/3 = 1900$ euros.
Ao fim de 1 ano: 5700 euros.

Pág. 257

- 8.1 $15\,000 \times 0,07 \times 1 = 1050$ euros.
- 8.2 Taxa ativa – 7%; taxa passiva – 2,1%.
- 8.3 A taxa ativa tem de cobrir a taxa a pagar pelos bancos aos depositantes de forma ao banco ter um ganho.

Pág. 258

9. Em 2008, 2009 e 2010 houve maior incentivo à poupança pois os depósitos eram remunerados acima da inflação. Em 2011, a situação inverteu-se pois a taxa de juro dos depósitos não cobriu a inflação, o que pode ter constituído menor incentivo à aplicação da poupança em depósitos bancários.

Pág. 260

- 10.
- crédito à produção (de funcionamento), a curto prazo, particular e interno;
 - crédito ao consumo, a médio prazo, particular e interno;
 - crédito público, de longo prazo e externo.

Pág. 262

11. As instituições Financeiras Monetárias podem receber depósitos, enquanto as Instituições Financeiras Não Monetárias não o podem fazer.

Pág. 263

12. As sociedades de *factoring* ao adquirirem os títulos de créditos em cobrança, mediante a aplicação de uma taxa de juro, emprestam dinheiro aos agentes que cederam os títulos, estando, deste modo, a conceder-lhes financiamento.

Pág. 266

13. A compra de ações é considerado, normalmente, um investimento financeiro de risco pois o preço destes títulos na Bolsa está sujeito a grandes flutuações e o seu rendimento está dependente dos resultados das sociedades e da política de distribuição de dividendos.

Pág. 268

14. Os títulos da dívida pública são emitidos pelos Estados e, portanto, a compra destes títulos, por parte dos investidores e aforradores, representa uma forma de empréstimo concedido aos Estados.

Pág. 269

15. Quando uma agência de *rating* atribui uma má notação à capacidade de um país proceder ao cumprimento do serviço da dívida (pagamento de juros e do capital em dívida) existe aquilo que se designa por risco soberano que se traduz na subida do preço dos títulos emitidos, ou seja, no aumento da taxa de juro a cobrar pelas entidades credoras.

Pág. 270

16. Através da emissão de ações, a empresa aumenta o capital, trazido pelos novos sócios, os acionistas. Se optar pela emissão de obrigações, a empresa obtém o financiamento através de um empréstimo, tendo de remunerar os detentores desses títulos com juros e, no fim do prazo, proceder ao reembolso do capital emprestado.

Pág. 273

- 17.1 O investimento líquido apresenta em ambos os gráficos valores inferiores ao investimento bruto pois, o seu valor resulta da diferença, para cada ano, entre o investimento e o desinvestimento realizado.
- 17.2 Maior investimento líquido – 2011
Menor investimento líquido – 2009
- 17.3 Anos de 2011 e 2007.
- 17.4 O valor apresentado (– 5658) milhões de euros significa que, nesse ano, o valor do desinvestimento realizado por Portugal no exterior foi superior ao valor do investimento realizado.
18. Os investimentos diretos estrangeiros, traduzindo-se na abertura de novas empresas ou no reforço do capital de empresas já existentes, contribuiu para o aumento da capacidade produtiva e do emprego, proporcionando, através da riqueza criada, um maior rendimento a distribuir pelos fatores produtivos, que se irá refletir positivamente na procura (consumo e investimento). Desta forma, o investimento direto estrangeiro contribuirá para o crescimento das economias.

AValiação**Págs. 276 a 279****Grupo I**

1. B 2. B 3. A 4. A 5. D

Grupo II

- 1.1 O consumo e a poupança são os destinos do rendimento disponível. A parte do rendimento disponível que não for gasta em consumo constitui a poupança.
- 1.2 O nível da poupança está relacionado com o nível de rendimento disponível. Em termos absolutos a poupança aumentará com o aumento do rendimento disponível. O quadro apresenta valores relativos à variação destes dois indicadores e é possível verificar que o rendimento disponível registou um menor crescimento no período considerado (tendo diminuído em 2011), ao contrário da taxa de poupança, o que revela uma quebra da parcela gasta em consumo.

- 1.3 O crescimento da taxa de poupança (9,7%) face à queda do rendimento disponível (– 4,5%), mostra que as famílias portuguesas, na situação de crise económica do país, tendo receio do futuro, nomeadamente do desemprego, baixaram o seu nível de consumo.
2. A situação de crise económica em que o país se encontrava refletiu-se na queda do investimento como os valores fornecidos mostram: em 2008 o investimento em capital fixo representava 22,5% do PIB e em 2011 essa parcela reduziu-se para 18,1%. Os principais fatores atribuídos a essa diminuição do investimento são as poucas perspectivas de venda, dada a quebra do consumo, a fraca rentabilidade do investimento que afasta os investidores pela receio de não retorno da despesa e a dificuldade em obter o crédito necessário.
- 3.1 O crédito constitui o meio de as empresas obterem os recursos financeiros à sua atividade quando não dispõem de capacidade de financiamento.
- 3.2 A oferta de crédito tem decrescido devido às dificuldades de financiamento dos bancos nacionais nos mercados internacionais, o que leva os bancos a restringir os montantes de crédito a conceder, a aplicar taxas de juro elevadas e a exigir maiores garantias. Estas restrições resultam numa menor procura de crédito por parte dos agentes económicos.
- 3.3 Para ultrapassar as dificuldades do mercado de crédito nacional, algumas empresas têm recorrido a financiamentos junto de instituições financeiras internacionais.

Grupo III

- 1.1 Tendo emitido um empréstimo obrigacionista, a Brisa utilizou recursos financeiros disponibilizados por terceiros, o que mostra que a empresa teve necessidade de financiamento.
- 1.2 A compra de obrigações emitidas pela empresa, por parte dos agentes económicos com poupança positiva, traduz-se num empréstimo concedido à empresa que obtém, desta forma os recursos financeiros de que carece.
- 1.3 As empresas podem abrir o seu capital a outros sócios através da emissão de ações.
- 2.1 Investimento direto estrangeiro.
- 2.2 Este tipo de investimento caracteriza-se pela entrada de capital num país estrangeiro, que se pode traduzir na abertura de empresa ou participação no capital de uma empresa já instalada nesse país. No exemplo referido, a empresa francesa Peugeot investiu capital na República Checa e na Rússia, instalando nestes países fábricas, em parceria com outras empresas de automóveis. A Mota-Engil (empresa portuguesa) é outro exemplo de investimento direto no exterior.
- 2.3 Aumento das vendas e expansão do mercado.
- 3.1 Diversificar as aplicações e investir a longo prazo reduz o risco e aumenta as possibilidades de rentabilidade.

- 3.2 A crise da economia europeia, particularmente, na Zona Euro, refletiu-se na flutuação das bolsas e a crise da dívida do Estado português tem gerado incerteza junto dos aforradores. Aplicações diversificadas (depósitos a prazo, ações, fundos de investimento, obrigações e títulos da dívida pública) e de prazo mais longo é a solução mais prudente.
- 3.3 A crise do euro e da nossa economia refletiu-se na evolução da bolsa portuguesa como o gráfico revela: entre janeiro de 2007 e abril de 2012 verificou-se uma grande quebra dos valores do índice PSI-20, que reflete o valor médio da cotação das 20 principais empresas portuguesas cotadas na bolsa.
- 3.4 e 3.5 Depende da resposta do aluno.

ECONOMIA APLICADA

Págs. 280 e 281

- 1.1 O nível de rendimento influencia o nível de poupança. Como o nível de rendimento das famílias portuguesas é baixo, a sua capacidade de poupar é reduzida. Os valores mostram que, em 2011, depois de pagar as despesas fixas, 50,4% das pessoas ficaram apenas com 10% do rendimento disponível. Apenas 7,8% ficaram com 40% do rendimento disponível.
Além dos descontos obrigatórios para os sistemas de Segurança Social, a grande maioria das famílias não fez qualquer poupança para a reforma (66,6%), apenas 20,9% constitui poupança. O baixo rendimento é uma das razões para um tão baixo valor.
A política de austeridade aplicada no país e a contração da economia tem levado a uma diminuição do rendimento das famílias, limitando a sua capacidade de poupança.
- 2.1 O património das famílias portuguesas concentra-se em ativos reais (87,5%) – a casa em primeiro lugar (54,6%), o carro em segundo lugar (26,3%) e um negócio (13,6%), em terceiro lugar; os ativos financeiros representam 12,5% do património das famílias, com destaque para os depósitos a prazo, que representam 58,1% do total destes ativos. Os títulos mobiliários, como ações e títulos da dívida pública, representam 12,8% dos ativos financeiros das famílias e os depósitos à ordem 12,5%.
Analisando a percentagem de famílias com ativos reais verifica-se que 71,5% das famílias portuguesas possuem casa própria, 72,2% têm carro e apenas 7,6% possui um negócio. Quanto às famílias que possuem ativos financeiros, 93% têm depósitos à ordem, 85,5% possui outros ativos financeiros (principalmente empréstimos a familiares e amigos) e 43,7% possui depósitos a prazo.
- 2.2 Uma primeira conclusão é a preferência manifesta das famílias portuguesas por aplicar a sua poupança em ativos reais, com destaque para a casa e carro. Relativamente à aplicação da poupança em ativos financeiros, o produto mais representativo é constituído pelos depósitos à ordem e a prazo.

